



UNIVERSIDADE DE LISBOA
Faculdade de Medicina Veterinária

CONTROLOS VETERINÁRIOS NOS POSTOS DE INSPEÇÃO FRONTEIRIÇOS
DUAS REALIDADES

Diogo Antas Botelho Lobo Fernandes

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

Doutora Yolanda Maria Vaz

Doutor Fernando Manuel d'Almeida Bernardo

Doutora Maria Gabriela Lopes Veloso

ORIENTADOR

Mestre Cees Klinkenberg

CO-ORIENTADOR

Doutor Fernando Manuel d'Almeida
Bernardo

2014

LISBOA



UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

CONTROLOS VETERINÁRIOS NOS POSTOS DE INSPEÇÃO FRONTEIRIÇOS
DUAS REALIDADES

Diogo Antas Botelho Lobo Fernandes

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM MEDICINA VETERINÁRIA

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

Doutora Yolanda Maria Vaz

Doutor Fernando Manuel d'Almeida Bernardo

Doutora Maria Gabriela Lopes Veloso

ORIENTADOR

Mestre Cees Klinkenberg

CO-ORIENTADOR

Doutor Fernando Manuel d'Almeida
Bernardo

2014

LISBOA

Aos meus Avôs

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Fernando Manuel d'Almeida Bernardo, em primeiro lugar pela disponibilidade e amabilidade demonstradas durante todo o processo de coordenação e elaboração desta dissertação. Por todo o seu envolvimento durante a minha formação académica, pela capacidade singular de transmissão de conhecimento, correspondendo assim às expectativas por mim criadas relativamente ao âmbito da Inspeção Veterinária e Segurança Alimentar. Pela visão clara e pragmática demonstrada na abordagem e discussão de variados temas sempre com um humor singular.

Ao meu orientador de estágio, Mestre Cees Klinkenberg, e ao Dr. Jack Vera pela forma atenciosa como me receberam e orientaram dentro das instalações da NVWA, tornando possível esta experiência tão enriquecedora a vários níveis. Um agradecimento especial às várias equipas de veterinários e inspetores auxiliares que me acompanharam durante as várias semanas no PIF de Roterdão. Em especial à Dr.^a Jasmine Woudstra, Dr.^a Isabelle Goeminne, Dr.^a Girma Meskerem e Dr.^a Fernanda Fonseca pelo tempo e atenção despendidos durante a minha formação e disponibilidade para o esclarecimento de dúvidas.

À Dr.^a Alina Maria Espinha pela excelente receptividade e integração na equipa do PIF do porto de Lisboa, como também aos restantes veterinários e funcionários que a compõem, pela simpatia e cooperação reveladas.

Aos meus pais e irmão que estiveram sempre presentes e me apoiaram nesta e noutras etapas da vida, sem eles teria sido bem mais complicado. Uma menção especial à Tia Lília pelo apoio e força suplementar nos momentos mais difíceis. À Avó Maria Antónia, Tia Eugénia Maria e Tio/Padrinho António João pela ajuda e carinho prestados. A todos os outros familiares que sempre torceram por mim e que (in)felizmente seria necessário umas quantas páginas para os enumerar.

Agradeço também a todos os amigos que me acompanharam, aturaram e suportaram durante estes anos de Universidade: os “da Casa”, da Faculdade, da Catedral, do dia e da noite, pelo apoio e amizade demonstrados.

RESUMO

As importações de produtos de origem animal de países terceiros para a União Europeia (UE), devem respeitar uma série de regras específicas impostas pela legislação comunitária tendo em vista a salvaguarda da respetiva segurança sanitária, no momento da sua entrada no mercado único europeu. A verificação desses requisitos está a cargo das autoridades veterinárias de cada Estado Membro (EM) em pontos de entrada específicos devidamente aprovados, denominados Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF). Nestes locais, são efetuados controlos oficiais sob responsabilidade de uma equipa composta por médicos veterinários que certifica o cumprimento das condições impostas referentes à higiene pública veterinária e à sanidade animal em cada remessa.

Para garantir a lealdade nas relações comerciais é fundamental portanto, que existam, entre todos os PIF dispersos pelo território da UE, procedimentos harmonizados quando são executados os controlos veterinários, antecidos de uma uniformização do processo de aprovação de cada PIF.

O PIF de Roterdão, localizado dentro do maior porto europeu, faz parte da lista oficial de Postos de Inspeção aprovados pela Comissão Europeia (CE), sendo também o principal ponto de entrada de produtos importados para toda a Europa. Já o PIF portuário de Lisboa, embora tenha uma expressão diminuta no quadro europeu é o local de chegada do maior número de remessas de produtos de origem animal oriundos de países terceiros e destinados ao território português.

Nesta dissertação é efetuada uma análise comparativa dos procedimentos de controlo que são executados nos dois PIF, evidenciando e descrevendo as diferentes realidades destes dois PIF portuários, contextualizando-os igualmente no quadro geral europeu.

Palavras-chave: importação, países terceiros, UE, controlos veterinários, PIF

ABSTRACT

Animals and products of animal origin imported into the European Union from third countries must respect rules imposed by the European legislation, regarding, among others, the safeguard of its safety at the moment of their respective entrance into the European common market. The verification of these requirements is a responsibility of the veterinary authorities of each Member State in specific entry points, duly approved, denominated Border Inspection Posts (BIP). In these places, official controls are carried out under the responsibility of a team of veterinarians that certify the compliance with the conditions imposed relating to veterinary public hygiene and animal health in each shipment.

To ensure fairness in trade relations is crucial, therefore, assuring that between all BIPs scattered over the territory of the European Union, harmonized procedures when veterinary checks are performed, preceded by a standardization of the approval process of each BIP.

The Rotterdam BIP, located within the largest European port, is part of the official list of checkpoints approved by the European Commission, being also the main entry point for imported products throughout Europe. On the other hand, Lisbon BIP, although not as significant in the European context, is the place of arrival of the largest number of consignments of products of animal origin from third countries into the Portuguese territory.

This dissertation performs a comparative analysis of the control procedures that are executed in both BIPs, showcasing and describing the different realities of these two ports and contextualizing them within the overall European framework.

Keywords: import, third countries, EU, veterinary checks, BIP

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	II
ABSTRACT	III
ÍNDICE GERAL	IV
ÍNDICE DE FIGURAS	VI
ÍNDICE DE TABELAS	VII
ÍNDICE DE DIAGRAMAS E GRÁFICOS	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS	IX
RESUMO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS REALIZADAS	1
1. O PAPEL DOS POSTOS DE INSPEÇÃO FRONTEIRIÇOS (PIF) NA SALVAGUARDA DA SAÚDE E DA LEALDADE DE CONCORRÊNCIA	4
1.1. INTRODUÇÃO	4
1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL	4
1.3. POSTOS DE INSPEÇÃO FRONTEIRIÇOS (PIF)	5
1.3.1. Aprovação dos Posto de Inspeção Fronteiriço	7
1.3.2. Auditorias da FVO (Food and Veterinary Office)	12
1.4. SISTEMAS INFORMÁTICOS UTILIZADOS NOS PIF	13
1.4.1. TRACES – “Sistema Especializado de Controlo do Comércio”	13
1.4.2. RASFF – “Sistema de Alerta Rápido para Géneros Alimentícios e Alimentos para Animais”	14
1.4.3. Sistemas informáticos holandeses	20
1.5. DVCE - DOCUMENTO VETERINÁRIO COMUM DE ENTRADA	21
1.6. PRODUTOS SUJEITOS A CONTROLO VETERINÁRIO NOS PIF	22
1.7. CONTROLOS VETERINÁRIOS	24
1.7.1. Controlo documental	25
1.7.2. Controlo de identidade	27
1.7.3. Controlo físico	28
1.8. DECISÃO VETERINÁRIA	30
1.8.1. Aprovação de remessas	30
1.8.2. Destino das remessas “não aptas”	30
1.9. REGIMES ESPECIAIS DE CONTROLO	31
1.9.1. “Controlos reduzidos”	31
1.9.2. “Controlos reforçados”	33
1.10. REMESSAS NÃO DESTINADAS À IMPORTAÇÃO NA EU	37
1.10.1. Reimportação	37
1.10.2. Trânsito	37
1.10.3. Transbordo	39
1.10.4. Remessas destinadas a armazenamento em zonas francas, entrepostos francos e entrepostos aduaneiros	40
2. FUNCIONAMENTO DOS PIF DE LISBOA E ROTerdÃO	43
2.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	43
2.1.1. PIF DE LISBOA	43
2.1.2. PIF de Roterdão	44
2.2. ESTRUTURAS	46
2.2.1. PIF de Lisboa	46
2.3. ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	47
2.3.1. PIF de Lisboa	47
2.3.2. PIF de Roterdão	48
2.4. ORGANIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS CONTROLOS VETERINÁRIOS	49
2.4.1. PIF de Lisboa	49

2.4.2. PIF de Roterdão	50
2.5. MATERIAL E EQUIPAMENTO TÉCNICO	51
2.5.1. PIF de Lisboa	51
2.5.2. PIF de Roterdão	52
3. CASOS PRÁTICOS	54
3.1. CONTROLO VETERINÁRIO EFETUADO A UMA REMESSA DE MIGAS DE PALOCO DO PACÍFICO SALGADAS E REFRIGERADAS PROVENIENTE DA CHINA.....	54
3.2. CONTROLO VETERINÁRIO EFETUADO A UMA REMESSA DE DIVERSOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PROVENIENTES DA CHINA.	56
3.3. CONTROLO VETERINÁRIO EFETUADO A UMA REMESSA DE PEIXE CONGELADO PROVENIENTE DA CHINA.	58
3.4. CONTROLO VETERINÁRIO EFETUADO A UMA REMESSA DE MEL PROVENIENTE DA GUATEMALA.....	61
3.5. CONTROLO VETERINÁRIO EFETUADO A REMESSA DE SANGUE DESFIBRINADO DE VITELA PROVENIENTE DA AUSTRÁLIA.	64
3.6. CONTROLO VETERINÁRIO EFETUADO A UMA REMESSA DE CARNE (LOMBOS) DE BOVINO PROVENIENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	66
4. DISCUSSÃO	68
5. CONCLUSÃO	79
ANEXOS	86
ANEXO 1. LISTA DOS PIF E CENTROS DE INSPEÇÃO DE HOLANDA E PORTUGAL DEVIDAMENTE APROVADOS (DECISÃO 2009/821/CE).....	86
ANEXO 2. DOCUMENTO VETERINÁRIO COMUM DE ENTRADA PARA PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – REGULAMENTO (CE) nº 136/2004.....	87
ANEXO 3. MODELO DE CERTIFICADO VETERINÁRIO QUE ACOMPANHA REMESSAS DE PRODUTOS DESTINADOS AO FORNECIMENTO DE NAVIOS – ANEXO DA DECISÃO 2000/571/CE.	89
ANEXO 4. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE NOTIFICAÇÕES POR PAÍS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (RASFF, 2013).....	91
ANEXO 5. LISTA DE PROCEDIMENTOS OFICIAL DA NVWA RELATIVA À SELEÇÃO DE AMOSTRAS PARA CONTROLO DE IDENTIDADE E FÍSICO.....	92
ANEXO 6. RESULTADOS DO PLANO DE CONTROLO DE RESÍDUOS NOS PIF DE LISBOA EM 2012.	93
ANEXO 7. RESULTADOS DO CONTROLO DE AGENTES MICROBIOLÓGICOS NOS PIF DE LISBOA EM 2012.	94
ANEXO 8. ENTREPOSTOS FRANCOS E DESTINADOS A ABASTECIMENTO DE MEIOS DE TRANSPORTE MARÍTIMOS EM PORTUGAL.	95

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição geográfica dos PIF aprovados em Portugal	6
Figura 2. Distribuição geográfica dos PIF aprovados nos Países Baixos	7
Figura 3. Edifício da Delegação Aduaneira de Alcântara Norte	46
Figura 4. Edifício da Autoridade Aduaneira Holandesa em Reeweg, Roterdão	47
Figura 5. Sala de Inspeção do Centro de Inspeção de Alcântara do PIF de Lisboa	53
Figura 6. Palanque do Centro de Inspeção de Alcântara do PIF de Lisboa	53
Figura 7. Sala de Inspeção na empresa Eurofrigo Abel Tasmanstraat - PIF Roterdão	53
Figura 8. Local de descarga na empresa Wibaco – PIF de Roterdão	53
Figura 9. Pormenor do interior do contentor na zona livre do pavimento	55
Figura 10. Pormenor de caixas à porta do contentor salpicadas com	55
Figura 11. Amostra dos vários produtos de origem animal provenientes da China não declarados no “Manifesto de carga” – vista geral (à esquerda), em pormenor (à direita)	57
Figura 12. Caixas de Paloco do Pacífico após a abertura das portas do contentor	59
Figura 13. Caixas de Arinca fumada na parte inferior do conteúdo	59
Figura 14. Acumulação de gelo no interior das caixas devido à quebra da cadeia de frio	60
Figura 15. Alteração de cor da arinca fumada	60
Figura 16. Disposição dos bidões de mel da Guatemala no interior do contentor	63
Figura 17. Certificado de inspeção antinarcóticos da autoridade policial equatoriana	63
Figura 18. Certificado sanitário correspondente à remessa de sangue desfibrinado de vitela proveniente da Austrália	65
Figura 19. Correto encerramento e colocação do selo aduaneiro num saco contendo um lote de uma remessa para expedição	67

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Nº de horas de contacto real com casos práticos	1
Tabela 2. Nº de remessas observada durante o período de contacto no PIF de Lisboa	2
Tabela 3. Nº de remessas observadas durante o período de contacto no PIF de Roterdão	2
Tabela 4. Caraterização dos tipos de mensagem RASFF	16
Tabela 5. Evolução das notificações RASFF por país de origem (cinco principais)	18
Tabela 6. Tipos de Notificações no RASFF de produtos sujeitos a controlo veterinário em 2012	18
Tabela 7. Grupos de produtos e frequência dos controlos físicos a efetuar em remessas de produtos importados de países terceiros (Anexo I da Decisão 94/360/CEE e suas alterações)	32
Tabela 8. Controlos veterinários realizados em situações de transbordo de remessas em PIF portuários	39
Tabela 9. Centros de inspeção do PIF do porto de Lisboa e tipos de produtos admitidos a controlo (Decisão 2001/881/CE)	43
Tabela 10. Centros de inspeção do PIF do porto de Roterdão e tipos de produtos admitidos a controlo (Decisão 2001/881/CE)	45
Tabela 11. Tipos de entrepostos existentes no porto de Roterdão	45
Tabela 12. Diferenças de materiais e equipamento nos PIF de Alcântara e Roterdão	52
Tabela 13. Elementos relativos à importação de uma remessa de migas de paloco salgadas refrigeradas proveniente da China	54
Tabela 14. Elementos relativos à importação de uma remessa ilegal de vários produtos de origem animal provenientes da China	56
Tabela 15. Elementos relativos à descrição da remessa de vários produtos de origem animal provenientes da China (não declarados no “Manifesto de carga”)	57
Tabela 16. Elementos relativos à importação de uma remessa de peixes congelados proveniente da China	58
Tabela 17. Elementos recolhidos sobre a remessa de mel da Guatemala	61
Tabela 18. Elementos relativos à importação de uma remessa de sangue desfibrinado de vitela proveniente da Austrália	64
Tabela 19. Elementos relativos ao trânsito de uma remessa de carne de bovino proveniente dos EUA	66

ÍNDICE DE DIAGRAMAS E GRÁFICOS

Diagrama 1. Estruturação e comunicação no sistema RASFF (DG SANCO, 2009)	17
Diagrama 2. Etapas do controlo veterinário para Importações no PIF (NVWA, 2013)	36
Gráfico 1. Proporção dos diferentes produtos de origem animal recebidos no PIF de Lisboa destinados ao consumo humano entre 2011 e 2012 (DGAV, 2013)	44

LISTA DE ABREVIATURAS

ANIMO – Animal Movement System

CE – Comissão Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CN – Código(s) de Nomenclatura

DEFRA – Department for Environment, Food and Rural Affairs

DGAV – Direção Geral de Alimentação e Veterinária

DG SANCO – Directorate-General for Health And Consumers

DSHPV – Direcção dos Serviços de Higiene Pública Veterinária

DSAVRLVT – Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região de Lisboa e Vale do Tejo

DSVR – Direções de Serviços Veterinários Regionais

DVCE – Documento Veterinário Comum de Entrada

EFSA – European Food Safety Authority

EFTA – European Free Trade Association

EM – Estado(s) Membro(s)

EUA – Estados Unidos da América

FVO – Food and Veterinary Office

IC – Interessado no Carregamento

INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

IVO – Import Veterinair Online

NVWA – Nederlandse Voedsel en Warenautoriteit

OMG – Organismo(s) Geneticamente Modificado(s)

PIF – Posto(s) de Inspeção Fronteiriço(s)

PNCRC – Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes

RASFF – Rapid Alert System for Food and Feed

SHIFT – System to Assist with the Health Controls of Import of Items of Veterinary Concern at Frontier Inspection Posts from Third Countries

TRACES - Trade Control And Expert System

UE – União Europeia

VGC – Veterinair Grens Controle

Resumo das Atividades Práticas Realizadas

Esta dissertação teve por base um estágio de carácter profissional realizado nos termos a que se refere a alínea a) do parágrafo 3º do artigo 6º do Regulamento do Mestrado Integrado em Medicina Veterinária conforme indicado no Anexo II do Despacho reitoral n.º 11281/2013 de 9 de Agosto.

O documento foi estruturado de acordo com o estabelecido no parágrafo 4 do artigo 10º do mesmo Regulamento. O tema tratado inscreve-se no âmbito das áreas disciplinares da Inspeção Sanitária, Segurança dos alimentos e Saúde Pública Veterinária, e consistiu no acompanhamento dos Serviços Veterinários em dois Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF) Europeus: Porto de Lisboa (Portugal) e Porto de Roterdão (Holanda).

Ao longo deste período, tive a oportunidade de acompanhar diariamente o trabalho efetuado quer pelos médicos veterinários oficiais quer também por todos os outros elementos que fazem parte de cada equipa (assistentes técnicos veterinários, técnicos administrativos e funcionários alfandegários), nos diferentes locais de inspeção.

No total, a duração deste estágio compreendeu um período de Fevereiro a Junho de 2013 nos Portos Lisboa e de Roterdão (Tabela 1).

Tabela 1. Nº de horas de contacto real com casos práticos.

Local	Nº de horas de contacto
PIF Lisboa	180
PIF Roterdão	410
TOTAL	590

Em Lisboa, tive a possibilidade de observar e auxiliar diariamente os médicos veterinários oficiais responsáveis pelo controlo das importações de produtos de origem animal para consumo e não consumo humano, assim como produtos para a alimentação animal. Durante este período foi-me disponibilizada toda a legislação implícita, essencial a ter em conta neste tipo de controlos. Para além disto, pude acompanhar todo o processo de elaboração de certificados sanitários para animais de companhia, sem carácter comercial, que viajarão para países fora da União Europeia (EU). Neste caso prestei quer *in situ*, quer por via telefónica o esclarecimento de dúvidas aos respetivos proprietários, sobre quais os requisitos que cada animal deveria apresentar, consoante o seu país de destino.

Tabela 2. Nº de remessas observada durante o período de contacto no PIF de Lisboa.

Tipos de Produtos		Nº Remessas
Origem Animal	Consumo Humano	127
	Não Consumo Humano	2
Alimentação Animal		13
TOTAL		142

Já em Roterdão, devido ao elevado volume de tráfego portuário, segui durante as várias semanas, diferentes equipas (constituídas por médicos veterinários oficiais, assistentes técnicos e pessoal alfandegário) responsáveis pelos diferentes tipos de controlo consoante o destino das remessas: importação, transbordo, armazenamento e reimportação.

Devido à maior casuística presente neste local, obtive uma maior e melhor perspetiva da aplicação da legislação europeia à medida que os casos práticos foram surgindo.

Tabela 3. Nº de remessas observadas durante o período de contacto no PIF de Roterdão.

Tipo de Produtos		Nº Remessas
Origem Animal	Consumo Humano	602
	Não Consumo Humano	23
Alimentação Animal		0
TOTAL		625

Neste estágio foi-me dada a oportunidade de poder efetuar um vasto tipo de tarefas decorrentes de todo o processo de entrada de remessas aquando da sua chegada a território europeu:

■ Controlo Documental:

- Verificação da existência da documentação exigida que acompanha cada remessa seu e correto preenchimento;
- Consulta dos requisitos para importação através da plataforma informática IVO (*Import Veterinair Online*);

■ Controlo de Identidade:

- Controlo dos números do contentor e do selo aposto correspondente;
- Confirmação visual da concordância entre os produtos e os respetivos documentos e certificados veterinários;

- Controlo Físico:
 - Execução de ensaios físicos (prova de corte, descongelamento, cozedura e medição de pH);
 - Exames organoléticos aos respetivos produtos (avaliação do aspeto, cor, cheiro, consistência e sabor);
 - Controlo da Cadeia de Frio – medição da temperatura externa (interior de cada contentor em vários pontos deste) e interna (do próprio produto), no caso de produtos refrigerados e congelados;
- Recolha de amostras sempre que necessário para controlo analítico;
- Consulta de notificações no sistema de rede de alerta (RASFF – *Rapid Alert System for Food and Feed*);
- Preenchimento informático do DVCE (Documento Veterinário Comum de Entrada) através das plataformas TRACES (*Trade Control And Expert System*) ou VGC (*Veterinair Grens Controle*);
- Controlo quantitativo e qualitativo de lotes em armazém a serem expedidos para outros entrepostos ou navios;
- Controlo semanal de *stock* de remessas ou partes de remessas armazenadas nos diferentes entrepostos e zonas francas;
- Arquivamento mensal de toda a documentação respeitante a cada remessa recebida durante o respetivo mês no PIF;

De facto, a escolha deste tema para a dissertação de final de curso deve-se a um crescente interesse e gosto desenvolvido durante o meu percurso académico nas áreas de Inspeção Veterinária, Segurança dos Alimentos e Saúde Pública Veterinária. Quanto aos locais onde o estágio decorreu, revelaram ser uma oportunidade muito enriquecedora, durante o qual pude consolidar e adquirir novos conhecimentos, obter uma visão realista de todos os fatores envolvidos nas trocas comerciais, não limitada a uma pura perceção científica do trabalho em si. De salientar que ao contactar com dois locais com exigências completamente diferentes, que são o Porto de Lisboa e o Porto de Roterdão, cada um com os seus pontos fortes e fracos, pude concluir que a realidade de um não tem que obrigatoriamente ser aplicada ao outro e vice-versa.

Esta dissertação pretende descrever detalhadamente a atividade e responsabilidade de um médico veterinário oficial no PIF e efetuar uma análise comparativa entre os dois locais, incluídos no âmbito da política sanitária seguida pela UE.

1. O PAPEL DOS POSTOS DE INSPEÇÃO FRONTEIRIÇOS (PIF) NA SALVAGUARDA DA SAÚDE E DA LEALDADE DE CONCORRÊNCIA

1.1. Introdução

A atual UE, desde a instituição do Mercado Único a 1 de janeiro de 1993, caracteriza-se pela livre circulação de pessoas, de alguns bens transacionáveis, serviços e capitais entre os diferentes Estados Membros (EM). Em termos estruturais, conferiu uma base interna mais capaz e sólida no cumprimento das responsabilidades internacionais e na defesa dos seus legítimos interesses comerciais.

Sobretudo nestas últimas décadas, tem-se assistido, por parte da Comissão Europeia (CE), ao aumento do esforço votado aos assuntos relacionados com a política sanitária, com particular cuidado, a questões relativas à higiene dos alimentos, sanidade animal e proteção ambiental.

Tal posição leva a que determinados produtos exportados por certos países terceiros para o mercado interno europeu sejam encarados como de elevado risco e perigo sanitários.

A nível central, foi elaborada uma extensa base legislativa europeia que exige o cumprimento de uma série de requisitos a aplicar pelos países terceiros que pretendam exportar os seus produtos para território europeu. Não só no ponto de partida como também no local de entrada dos produtos em território europeu, é necessário haver um controlo eficaz, a fim de se garantir o total cumprimento das exigências sanitárias impostas e a correspondente segurança dos produtos.

Para isso, em todos os pontos de entrada (portos, aeroportos, pontos fronteiriços por via terrestre – rodoviária e ferroviária) de géneros alimentícios e de produtos animais, é essencial a existência dos PIF, locais onde é possível garantir que todo e qualquer produto apresente os requisitos necessários, a fim de não comprometer qualquer aspeto relacionado com a saúde pública, a sanidade animal e o ambiente.

Em particular, os controlos respeitantes a todos os produtos de origem animal para consumo e não consumo humano em cada PIF são da responsabilidade de uma equipa constituída por médicos veterinários, sob a tutela e coordenação das autoridades veterinárias nacionais de cada EM.

1.2. Enquadramento Legal

Numa primeira fase e no domínio dos controlos veterinários, houve a necessidade de uniformizar toda uma estrutura e sequência dos controlos fronteiriços dentro da comunidade, determinando regras e normas específicas da organização do mercado comum europeu e, principalmente, respeitante à importação de produtos provenientes de países terceiros. Assim sendo, foi introduzida na Lei dos EM a Diretiva 90/675/CEE de 10 de dezembro de 1990 que fixava os princípios relativos à organização dos controlos veterinários dos

produtos provenientes de países terceiros introduzidos na Comunidade. Consequentemente, foi adotado um vasto conjunto de novas decisões, diretivas e regulamentos complementares a esta.

Acompanhando a evolução dos mercados e respondendo à maior exigência dos controlos, tal diretiva foi revogada e subsequentemente substituída pela Diretiva 97/78/CE de 18 dezembro de 1997.

Este enquadramento legal tem como objetivo exigir que os restantes países terceiros exportadores cumpram também eles, quer a nível da produção quer a nível da colocação dos produtos no mercado, com as condições sanitárias em vigor dentro da UE a fim de “evitar a propagação de doenças contagiosas nos animais e garantir a segurança dos aprovisionamentos e assegurar a estabilização dos mercados, harmonizando simultaneamente as medidas necessárias para garantir a proteção das pessoas e dos animais” (Diretiva 97/78/CE).

Com o intuito de averiguar tais cumprimentos, é da responsabilidade do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e Saúde Animal, criado pela Comissão Europeia (CE), aprovar e elaborar uma lista onde constem os países terceiros habilitados a exportar os seus produtos para a UE. Por seu turno, cabe às autoridades competentes desses países proceder à elaboração de uma outra lista contendo os estabelecimentos admitidos a poderem colocar os seus produtos dentro do mercado europeu. Foi com base neste princípio que foi aprovada a Diretiva 2002/99/CE que estabelece as regras de polícia sanitária aplicáveis à produção, transformação, distribuição e introdução de produtos de origem animal destinados ao consumo humano.

Aquando da chegada das remessas a território europeu, a CE estabeleceu listas, inseridas na Decisão 2007/275/CE, respeitante a todos os produtos de origem animal sujeitos a controlo veterinário nos PIF.

Toda a legislação respeitante aos controlos veterinários fronteiriços é de facto muito numerosa e vasta, devido ao grande número de produtos importados e aos requisitos aplicados a cada situação específica. A fim de evitar uma explicação exaustiva de cada uma, nesta dissertação serão apenas abordadas as mais importantes e que se enquadram nos assuntos mencionados ao longo do trabalho.

1.3. Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF)

Os PIF são estruturas devidamente aprovadas, localizadas em pontos de entrada no território da UE, nos quais se efetuam os controlos veterinários oficiais de toda e qualquer remessa de animais ou produtos obtidos de animais, proveniente de um País Terceiro. Tais procedimentos são da responsabilidade de um médico veterinário, coadjuvado por auxiliares formados especialmente para esse efeito, incumbidos de inspecionar todos os animais vivos, produtos animais e de origem animal e para a alimentação animal. Com base na

Decisão 2001/812/CE, o funcionamento de todos os PIF deve obedecer a condicionantes muito específicas, quer a nível de instalações, de pessoal, de equipamentos quer a nível de regras de funcionamento. Só com um cumprimento muito rigoroso de todos esses requisitos é que adquirem o estatuto de aprovação oficial por parte da CE.

Nos termos da Decisão supramencionada e na sequência da abolição de fronteiras económicas entre os EM, cada PIF e/ou o centro de inspeção anexo, deve situar-se fisicamente o mais próximo possível dos pontos de entrada no território da UE, exceto em casos de notória limitação geográfica. De acordo com a sua localização estes podem ser classificados em PIF portuários, aeroportuários, rodoviários ou ferroviários, sendo que, por via-férrea, o controlo deverá ser processado na primeira estação existente após o cruzamento da fronteira. Dependendo da área geográfica e da capacidade de gestão de cada país, este poderá possuir tantas instalações quantas se reconhecerem como necessárias (Figuras 1. e 2.).

Ainda que o modo de atuar nestas estruturas seja regido por normativas centrais europeias, é imputado às autoridades veterinárias nacionais a responsabilidade de coordenar a atividade dos serviços veterinários com a maior eficácia possível.

No território português, todos os controlos veterinários realizados aos produtos em cada PIF estão a cargo da DGAV (Direção Geral de Alimentação e Veterinária) através da DSHPV (Direção de Serviços de Higiene Pública Veterinária).

Figura 1. Distribuição geográfica dos PIF aprovados em Portugal.



Já nos serviços equivalentes a todos os controlos efetuados em solo holandês, estes são executados por elementos da NVWA (Nederlandse Voedsel en Warenautoriteit) – agência independente e credenciada, sob a alçada do Ministério da Economia, Agricultura e Inovação Holandês e prestadora de serviços no Ministério da Saúde Pública, Bem-Estar e Desporto.

Figura 2. Distribuição geográfica dos PIF aprovados nos Países Baixos.



Levando em conta as características estruturais e funcionais apresentadas por cada PIF, e em função do tipo de aprovação atribuído, os PIF estão autorizados a receber determinados tipos de produtos, consoante os requisitos cumpridos e os recursos disponíveis. Para, o controlo dos diferentes produtos serão necessárias distintas abordagens, nomeadamente no que respeita a operações de receção, tratamento, acondicionamento e armazenamento dos produtos.

1.3.1. Aprovação dos Posto de Inspeção Fronteiriço

Todos os PIF, e os centros de inspeção contíguos, para poderem obter um estatuto legal de “aprovados”, onde possam ser executados os controlos veterinários, necessitam cumprir um leque variado de exigências conforme estabelece o Anexo da Decisão 2001/812/CE. Nesse diploma estabelecem-se os requisitos necessários para a aprovação dos PIF responsáveis pelo controlo veterinário dos produtos provenientes de países terceiros. Estas imposições pretendem assegurar parâmetros aceitáveis de higiene, segurança, eficácia de operação e comunicação, em sintonia com as medidas de política sanitária implementadas ao longo das últimas décadas dentro da UE.

As exigências legais para aprovação de um PIF dizem respeito a questões relacionadas com estruturas, equipamentos, pessoal, procedimentos, registos e higiene.

1.3.1.1. Infraestruturas

A construção destes espaços deve respeitar uma série de normas com o intuito de promover a organização das tarefas e criar condições de trabalho seguras durante os controlos – conforme o Anexo da Decisão 2001/812/CE.

Assim, é necessário:

- Estruturação em zonas distintas, devidamente identificadas e separadas fisicamente, como: locais para descarga de contentores, espaço exclusivo para a execução de controlos de identidade e físicos, zonas restritas para o armazenamento de remessas ou lotes destas;
- Criação de uma área exclusiva e bem delimitada destinada à circulação e descarga dos veículos dedicados ao transporte das remessas, se possível coberta;
- Construção de armazéns ou salas com dimensões adequadas aos volumes das mercadorias recebidas, que possibilitem manter as remessas retidas em condições de temperatura ideais à sua conservação. Tais instalações devem ter um sistema de controlo de acesso especial que garanta às autoridades responsáveis uma limitação à entrada de agentes estranhos ao serviço;
- Implementação de instalações sanitárias e de vestuário adequadas ao número de trabalhadores no local;
- Iluminação natural e artificial adequada;
- Abastecimento adequado de água quente e fria em todas as salas de inspecção.

1.3.1.2. Equipamentos e Materiais

Todas as instalações do PIF e centros de inspeção adjacentes, devem dispor de equipamentos apropriados e em número suficiente para serem utilizados durante os controlos de identidade e físicos, uma vez que estes pressupõem o uso de uma ampla série de materiais indispensáveis durante os atos de inspecção, consoante os vários tipos de produtos passíveis de serem apresentados.

Conforme o Anexo da Decisão 2001/812/CE, os PIF dedicados ao controlo de produtos de origem animal comprometem-se a possuir, no mínimo e em permanência, os seguintes equipamentos:

- Equipamentos adequados à pesagem, ou acesso a esses equipamentos;
- Quaisquer equipamentos necessários à abertura e ao exame dos produtos apresentados;
- Equipamentos destinados a manter a temperatura adequada nos espaços de temperatura controlada (refrigeração, congelação);
- Uma mesa de trabalho com superfície de fácil lavagem e desinfeção;

- Equipamentos para colheita de amostras, tais como: serras, instrumentos de corte, meios de recolha de amostras das remessas e recipientes para acondicionamento de amostras;
- Fita adesiva, tampas ou rótulos numerados com vista a assegurar a rastreabilidade;
- Termómetros adequados à medição de temperatura à superfície e no interior dos produtos, balanças para pesagem de amostras, potenciómetros;
- Equipamentos de descongelação ou forno de micro-ondas;
- Equipamentos para armazenagem temporária de amostras que careçam de temperatura controlada, e contentores adequados ao transporte das mesmas, na pendência da sua expedição para o laboratório.

1.3.1.3. Pessoal

Relativamente aos recursos humanos, a responsabilidade dos controlos veterinários é imputada a um veterinário oficial, sendo que nos casos referentes a produtos da pesca estes podem ser delegados a um agente oficial nos termos da Decisão 93/352/CEE. A estes compete tomar e emitir uma decisão final, devendo estar presentes e supervisionar a realização de todos os atos inspetivos ou de verificação dos produtos. Adicionalmente, deverão ser assistidos por um número suficiente de pessoas de modo a poderem realizar todos os atos de controlo necessários nos PIF, entenda-se portanto, um número adequado de outros veterinários oficiais e auxiliares com formação específica para o efeito.

São igualmente delegadas tarefas complementares aos auxiliares, como a verificação documental, realização dos controlos de identidade e físicos, recolha de amostras, realização de análises de carácter geral e tarefas no âmbito da gestão administrativa. Todos os elementos que compõem a equipa oficial deverão periodicamente receber formação específica relativa aos controlos veterinários.

1.3.1.4. Documentação

Todos os PIF deverão possuir dentro das suas instalações, documentação e registos de fácil acesso aos intervenientes, sobretudo no que se refere a toda a legislação europeia aplicável, como aos procedimentos e processos de tomada de decisão aquando dos controlos realizados.

A esse propósito, o Anexo da Decisão 2001/812/CE, exige que, no mínimo, seja disponibilizada a seguinte documentação:

- Exemplares de várias decisões da UE ou dos EM que estabeleçam um modelo de certificado sanitário ou qualquer outro documento que deva acompanhar os produtos dos países terceiros;
- Exemplares de quaisquer decisões de salvaguarda que proíbam ou restrinjam a importação de produtos para a UE;

- Lista atualizada dos países terceiros (ou regiões destes) autorizados a enviar produtos ou animais para a UE;
- Lista atualizada dos estabelecimentos de países terceiros autorizados a expedir produtos para a UE;
- Lista atualizada dos PIF, incluindo todos os pormenores sobre as valências disponíveis sobre esses postos;
- Lista atualizada das zonas francas, entrepostos francos e entrepostos aduaneiros aprovados;
- Lista atualizada dos estabelecimentos aprovados para a receção dos produtos em trânsito por um determinado EM;
- Legislação europeia atualizada relativa aos produtos e procedimentos abrangidos por controlos veterinários.

1.3.1.5. Registos

Cabe aos veterinários oficiais registar e arquivar toda e qualquer informação relativa às remessas que tenham sido sujeitas a controlo nas instalações do PIF. Deverá ainda anexar igualmente todos os certificados e outros documentos veterinários que acompanhem as partidas e a respetiva cópia do certificado emitido durante o controlo que vincula a decisão veterinária. Este conjunto de documentos deverá ser arquivado e mantido nas instalações durante um período de, pelo menos, três anos.

Nos termos estipulados na Decisão da Comissão supracitada, também devem ser conservados os seguintes registos:

- Informações atualizadas sobre as remessas de produtos cuja importação ou entrada na UE tenha sido recusada e que tenham sido reexpedidos; cada EM deverá comunicar aos restantes e à CE todas as informações referentes às remessas reexpedidas; estas informações devem ser comunicadas a todos os PIF pela autoridade central competente;
- Registo de todas as remessas reexpedidas, destruídas ou autorizadas pelo veterinário oficial para utilizações diversas; o registo deve incluir todas as situações em que exista um prazo para intervenção pelo veterinário oficial no caso de produtos declarados “não aptos”, expedidos em trânsito ou encaminhados para um determinado destino, e sempre que sejam necessárias ações de acompanhamento;
- Registo de amostras recolhidas para exame laboratorial, juntamente com os pormenores relativos aos exames laboratoriais solicitados e aos resultados dos exames em causa;
- Registos relativos à frequência reduzida de controlos físicos de remessas de certos produtos a importar de alguns países terceiros;
- Todos os registos acima enumerados poderão ser guardados quer em suporte eletrónico ou em papel.

1.3.1.6. Procedimentos

Para a realização de todos os atos de controlo veterinário, é de capital importância que esteja estabelecido detalhadamente e com clareza o conjunto das normativas e dos métodos definidos para a execução dos controlos veterinários. A melhoria da uniformização de processos dentro da UE é fundamental relativamente às garantias de saúde pública e animal no contexto da livre circulação de pessoas e bens no mercado único europeu.

No tópico relativo a este tema a Decisão 2001/812/CE refere que:

- É da responsabilidade da autoridade competente assegurar uma estreita cooperação entre os diversos serviços implicados na inspeção de produtos provenientes de países terceiros.
- As inspeções físicas e controlos de identidade, com exceção dos controlos de selagem, devem realizar-se nas instalações de inspeção. Os controlos e inspeções em causa devem ser efetuados de forma a evitar a contaminação cruzada e, se necessário, respeitar as condições de controlo da temperatura às quais os produtos são transportados. Sempre que sejam inspecionados produtos não embalados destinados ao consumo humano, os controlos devem realizar-se ao abrigo das condições meteorológicas, devendo proceder-se à manipulação higiénica e à proteção dos produtos em causa durante a descarga e a carga.
- O veterinário oficial deve ter, no mínimo, um conhecimento adequado das disposições aplicáveis à eliminação dos resíduos de origem animal descarregados na área sob a sua jurisdição. Sempre que a eliminação dos resíduos se efetue também sob a sua responsabilidade, devem manter-se registos dos controlos efetuados e das anomalias detetadas. Caso a eliminação dos resíduos seja efetuada sob a responsabilidade de outra autoridade competente, o veterinário oficial deverá cooperar estreitamente com esta última e obter todas as informações necessárias.
- O veterinário oficial deve ter um conhecimento adequado de quaisquer zonas francas, entrepostos francos, entrepostos aduaneiros ou fornecedores de navios na área abrangida pelo PIF ou nas imediações da mesma. Devem efetuar-se controlos regulares aos entrepostos ou fornecedores em causa, devendo manter-se no escritório do PIF um registo que demonstre tal facto.

1.3.1.7. Higiene

De modo a garantir permanentemente um nível de higiene adequado e minimizar o risco de contaminação cruzada, os PIF deverão ser concebidos e construídos de forma a que a higienização das suas superfícies e dos seus equipamentos seja a mais simples e eficaz possível. Para além disso, deve ser tomado em conta o cumprimento dos requisitos de higiene profissional, por forma a respeitar a saúde de todos os intervenientes envolvidos durante todo o processo de controlo. Para isso deverá existir um conjunto de medidas preventivas implementadas, entre as quais:

- Os revestimentos das paredes e dos pavimentos devem ser de limpeza e desinfeção fáceis e dotados de características de drenagem adequadas (declive);
- Um teto limpo e de limpeza fácil;
- A existência de equipamentos e produtos de limpeza e desinfeção armazenados e adequados às necessidades do posto, arrumados em local específico devidamente identificado. Ou então a contratação de uma empresa de prestação de serviço externa que implemente um sistema eficiente de limpeza e desinfeção das instalações;
- Utilização separada de diferentes equipamentos para diferentes produtos – por exemplo, existência de facas diferentes para a abertura de embalagens de carne e peixe;
- Separação física entre as instalações de receção, salas de inspeção e para armazenamento entre produtos destinados ao consumo humano e os destinados ao não consumo humano. Tal imposição deve ser também cumprida em relação ao armazenamento de produtos harmonizados e não harmonizados com a legislação europeia;
- Restrição do acesso e da entrada somente a pessoal autorizado nas salas de inspeção;
- Implementação de um plano de controlo de pragas;
- Uso de instrumentos resistentes a processos de degradação – por exemplo facas e mesas em aço inoxidável;
- Utilização de equipamento de proteção individual, tais como bata branca, rede para o cabelo, máscara, calçado adequado e evitar o uso de adornos como pulseiras, anéis, relógios, perfumes, maquilhagem, durante a manipulação dos produtos;
- Limpeza adequada das mãos com sabão e desinfetante entre as diferentes inspeções;
- Higienização de todos os equipamentos e utensílios usados após cada controlo, assim como de todas as áreas da sala de inspeção no final de cada dia (Anexo da Decisão 2001/812/CE).

1.3.2. Auditorias da FVO (*Food and Veterinary Office*)

Depois de a autoridade responsável de um EM assegurar o cumprimento das exigências estipuladas na Decisão 2001/812/CE e apresentar uma proposta oficial à CE de inclusão de um novo PIF na lista europeia oficial ou de um novo centro de inspeção, o FVO (*Food and Veterinary Office*), na qualidade de serviço da CE responsável pela garantia da aplicação e do cumprimento adequados da legislação comunitária no âmbito da segurança dos alimentos, sanidade animal, fitossanidade e bem-estar dos animais, por intermédio de um equipa especializada inicia uma auditoria, em parceria com a autoridade competente do país, para verificação do cumprimento dos requisitos mínimos. Somente após este procedimento é que o PIF poderá ser incluído na lista de PIF aprovados na UE.

Com o intuito de verificar a manutenção de tais requisitos dentro dos parâmetros estabelecidos na legislação europeia, como refere o Artigo 2º da Decisão 2001/881/CE, o FVO avalia também, periodicamente (cada ano ou no máximo trienalmente) o sistema de

controles veterinários implementados em cada um dos estabelecimentos existentes na UE. Após a conclusão de cada missão, é publicado um relatório dirigido às autoridades competentes nacionais, acessível ao público, destacando os vários aspetos que carecem obrigatoriamente de alterações, sugestões de melhorias e o respetivo resultado final da avaliação. Posteriormente, é dever da autoridade competente informar a CE sobre todas as modificações e progressos consumados. Caso o EM não atenda às conclusões e recomendações dessa missão de inspeção e não se verifique o cumprimento das alterações previstas dentro de um prazo razoável, os serviços centrais europeus podem determinar a supressão do PIF em questão. De todas as formas, em casos especiais relacionados com problemas de saúde pública ou animal, um EM, pode e deve sempre que entender suspender a aprovação de um PIF, devendo para isso, informar a CE e todos os outros EM da referida ação, descrevendo os motivos subjacentes (Artigo 6º da Diretiva 97/78/CE).

1.4. Sistemas Informáticos utilizados nos PIF

1.4.1. TRACES – “*Sistema Especializado de Controlo do Comércio*”

Na década de 90, acompanhando o progresso informático, a UE começou a estudar uma forma de fornecer uma rede computadorizada à escala europeia dedicada à segurança alimentar e saúde animal, com o objetivo de fortalecer o mercado único europeu e a proteção dos consumidores.

Assim, numa primeira fase, foi criado e desenvolvido o sistema ANIMO relativo à rastreabilidade do movimento animal, facilitando desta forma a intercomunicação entre as várias autoridades veterinárias europeias. Além desta, foi projetada uma segunda rede (SHIFT) que permitiria auxiliar e gerir os aspetos sanitários de todos os produtos de origem animal provenientes de países terceiros, aquando dos controlos veterinários nos PIF. Contudo, nunca chegou a ser implementada em toda a sua plenitude.

Só mais tarde e tentado responder à lacuna existente, a CE tentou associar estas duas funcionalidades num único sistema veterinário integrado. Em abril de 2004 é então implementado o sistema TRACES, segundo a Decisão 2004/292/CE, relativa à sua aplicação em todas as trocas comerciais entre os EM e países terceiros. Esta plataforma, traduzida em 33 idiomas diferentes (das quais 24 são as línguas oficiais da UE), disponibiliza uma ligação em rede entre autoridades centrais e locais, PIF, países terceiros e operadores económicos.

Caracteriza-se por ser um instrumento elementar, possuindo um amplo conjunto de funcionalidades não limitadas ao campo das trocas comerciais, como também em matéria de gestão de risco, sanidade animal e higiene alimentar.

No caso dos controlos veterinários fronteiriços, releva-se essencialmente útil pois facilita a troca de informação por via eletrónica, desde a notificação e apresentação de toda a

documentação necessária à importação, como a pré-notificação da remessa no PIF de origem e a elaboração e intercâmbio de certificados sanitários entre as autoridades dos países terceiros e da UE.

Em função da origem e natureza do produto em questão, através do TRACES, para cada importação é possível aceder a todos os requisitos necessários assim como ao procedimento de controlos a seguir até à sua admissão no mercado interno.

Durante o controlo oficial, o veterinário responsável utiliza esta ferramenta de trabalho de modo a poder inteirar-se sobre qualquer informação útil referente à remessa, base legislativa, informação sobre o operador de origem, exigências de certificação, verificação de existência de produtos colocados em rede de alerta e controlos reforçados. Também recorre a esta ferramenta para averiguar em cada caso possíveis medidas de salvaguarda, tipos de controlos exigidos e análises requeridas.

No caso de, após a realização dos controlos, subsistirem dúvidas quanto à decisão sanitária final a tomar sobre a remessa ou parte desta, utilizando esta plataforma, as autoridades podem pesquisar decisões e procedimentos adotados em relação a outras remessas semelhantes controladas anteriormente, em qualquer outro PIF da Comunidade.

No que diz respeito à rastreabilidade dos produtos, o TRACES faculta uma fácil e rápida identificação da localização e circulação do produto dentro do mercado, sendo que em casos de emergência sanitária facilmente se poderá proceder à sua recolha.

Para além do mais, mediante a introdução de dados efetuada pelas diferentes autoridades nacionais de cada EM, esta rede formula uma ampla base de informações estatísticas, permitindo assim uma caracterização pormenorizada do panorama comunitário no âmbito da saúde pública ao longo do tempo.

O seu constante aperfeiçoamento e desenvolvimento de novas ferramentas registadas ao longo destes últimos anos, contribuiu para uma maior celeridade dos procedimentos administrativos, diminuição da carga burocrática (e.g. introdução de certificados sanitários digitais), rapidez na troca de informação (e.g. rejeição automaticamente transferida para o RASFF) e permitiu a criação de novas interfaces entre organizações e entidades, como os agentes económicos e serviços aduaneiros, sendo que estes últimos atuam em estreita ligação com autoridades veterinárias neste tipo de controlos.

1.4.2. RASFF – “*Sistema de Alerta Rápido para Géneros Alimentícios e Alimentos para Animais*”

Uma das ferramentas de trabalho mais utilizadas nos PIF é o RASFF. Alguma da informação veiculada pela base de dados associada ao sistema determina comportamentos inspetivos específicos, nomeadamente no que concerne ao alvo e à frequência destes controlos oficiais.

O RASFF é uma base dados informática que permite uma rápida troca de informações entre todos os EM, relativas a riscos sanitários encontrados em géneros alimentícios. O sistema informático ficou plenamente operacional a partir de 2002, sob coordenação de uma unidade específica da DG SANCO (Direção-Geral da Saúde e dos Consumidores) da CE. A disponibilização de informação relevante em tempo real *online* possibilita o desencadeamento de intervenções diversas e aplicação de medidas corretivas em tempo útil por forma a garantir a segurança sanitária do sistema de abastecimento em géneros alimentícios na UE.

A sua criação teve como base legislativa o Regulamento (CE) nº 178/2002, o qual estabeleceu os princípios e normas gerais da legislação alimentar, criou a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) e também estabeleceu procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios.

Esta plataforma é um instrumento que permite o acesso rápido e constante a informação sempre atualizada sobre casos relacionados com perigos sanitários detetados em géneros alimentares ou em alimentos para animais, como também relativamente aos resultados finais das respetivas providências (medidas) tomadas para controlar as várias situações registadas e das pertinentes ações de seguimento adotadas.

Deste modo, cada país reporta os casos emergentes à CE que por sua vez, procede à sua análise, determinando posteriormente as vias de comunicação e acesso dessas mesmas informações às autoridades competentes, agentes económicos e consumidores de cada país.

Ao longo dos anos tem-se registado um progressivo crescimento do número de “notificações de alerta” neste sistema (exceção feita ao ano de 2012), havendo uma clara prevalência de notificações originadas nos PIF da UE – aproximadamente 50% nos últimos 4 anos (RASFF, 2012).

No que concerne a Portugal, todos os assuntos relacionados com as notificações RASFF são da inteira responsabilidade da DGAV, enquanto no caso do território holandês é imputado à NVWA.

É da responsabilidade da CE divulgar o relatório anual do RASFF, que analisa e estuda todas as notificações comunicadas decorrentes do ano término.

Estes documentos podem ser consultados por qualquer pessoa no sítio virtual da UE na DG SANCO.

Resumindo, o RASFF torna-se assim um utensílio imprescindível na prevenção da introdução de géneros alimentares e alimentos para animais na UE suscetíveis de veicular perigos sanitários, os quais consoante a sua natureza podem constituir risco direto ou indireto para a saúde humana ou animal. Este sistema ganha também especial relevância a nível do mercado interno, contribuindo para uma maior transparência e justiça nas questões respeitantes às regras concorrenciais (Bernardo & Almeida, 2007).

1.4.2.1. Natureza das Mensagens RASFF

No sistema RASFF são lançados quatro principais tipos de mensagens:

1- Notificação de **Alerta**:

- Sempre que seja identificado um risco grave num produto para alimentação humana ou animal, encontrando-se este disponível no mercado, sendo necessária uma ação imediata por parte dos EM.

2- Notificação de **Informação**:

- Referente a alimentação humana ou animal para o qual há um sério risco previamente identificado, mas sem necessidade de uma ação rápida sobre o produto;
ou
- Não é um risco grave, mas útil para o controlo de alimentos / alimentação animal noutros EM.

3- **Notícia**:

- Não comunicado como "alerta" ou "informação", mas composto de esclarecimentos sobre segurança dos alimentos / alimentação animal consideradas relevantes para as autoridades de controlo.

4- Notificação de **Rejeição Fronteiriça**:

- Relacionado com qualquer rejeição de géneros alimentícios num PIF da UE, com risco direto ou indireto para a saúde.

Tabela 4. Caraterização dos tipos de mensagem RASFF.

	NOTIFICAÇÃO		
	Alerta	Informação	Notícia
Risco para a Saúde	Direto	Potencial	Pouco plausível
Posição do Produto	No mercado	Aguarda Introdução	Num mercado externo
Adoção de Medidas	Imediata	Exames, análises	Não carece
Ação Imediata	Retirada do mercado	Seguimento	Não carece

Diagrama 1. Estruturação e comunicação no sistema RASFF (DG SANCO, 2009).



Efetivamente, sempre que um EM emite uma notificação, esta deve ser devidamente fundamentada e fazer-se acompanhar de uma descrição sobre quais as providências tomadas por parte das autoridades competentes. Deve também, o mais rapidamente possível, enviar informações relevantes, principalmente nas situações em que as medidas primárias forem modificadas ou substituídas.

Quando a mensagem é efetuada através da plataforma, recebida pela CE, esta difunde-a de forma imediata para todos os membros registados na rede de notificação. Adicionalmente toda e qualquer informação complementar é também devidamente reencaminhada para estes.

No caso específico dos PIF, sempre que uma remessa ou lote originário de um país terceiro seja reprovado pelas autoridades competentes num PIF, a CE procede imediatamente não só à notificação de todos os outros PIF da UE como também processa o aviso à autoridade responsável no país terceiro de origem da mercadoria. A partir daí, dá-se início à abertura de um procedimento sistemático de controlos reforçados (capítulo 1.9.2.), a ser aplicado a dez remessas sucessivas do mesmo produto com a mesma origem. As remessas só serão libertadas quando os resultados analíticos forem conformes. Se todas as dez remessas obtiverem resultados favoráveis, a modalidade de controlos reforçados é levantada. No entanto, se uma ou mais remessas revelarem resultados desfavoráveis (“não conformes”), uma nova série de controlos subsequentes de dez remessas será iniciada. Este processo tem como objetivo garantir a minimização do risco prévio.

1.4.2.2. Dados sobre controlos veterinários fronteiriços

Como referido anteriormente, a equipa RASFF elabora e edita anualmente um relatório, no qual informa, de acordo com a origem, natureza e número, as notificações inseridas no sistema.

O último relatório disponível (2012) faculta uma análise muito precisa e objetiva do desenvolvimento dos sistemas de notificação nos últimos anos.

Durante esse ano, registaram-se 3.516 notificações transmitidas através do RASFF dando origem a 5.281 notificações de seguimento.

Em modo comparativo, este documento faz também referência ao número total de comunicações entre os anos de 2008 e 2012. Observa-se aqui um progressivo aumento do número total de notificações até ao ano de 2011, sendo que em 2012 denota-se uma ligeira diminuição em relação ao ano transato, quer a nível de alertas, quer de informações e rejeições fronteiriças.

Ainda que a nível geral, contabilizando todas as importações, constata-se que a China, Índia, Turquia, Tailândia e Brasil são os países de origem de produtos alimentares que registaram um maior número de rejeições aquando dos controlos efetuados à entrada do território europeu.

Tabela 5. Evolução das notificações RASFF por país de origem (cinco principais).

País	2010	2011	2012
China	450	561	540
Índia	251	336	338
Turquia	255	319	310
Tailândia	131	95	120
Brasil	102	94	109

De salientar que dentro dos seis produtos em que houve um maior número de notificações, três dizem respeito a produtos sujeitos a controlo veterinário: peixe e produtos da pesca, carne e produtos à base de carne, produtos destinados à alimentação animal.

Tabela 6. Tipos de Notificações no RASFF de produtos sujeitos a controlo veterinário em 2012.

Natureza do Produto	Rejeições de Fronteira	Alerta	Total Notificações
Peixe e produtos da pesca	166	63	373
Carne e produtos à base de carne	93	83	301
Alimentação animal	103	8	235

Como referido anteriormente, no ano de 2008 mais de 50% da totalidade das notificações referem-se a controlos em PIF. Este facto fica-se a dever provavelmente à notória melhoria na comunicação entre os PIF ao longo dos últimos anos (CE, 2013).

O de relatório 2012 faz ainda especial referência ao aumento de casos de contaminação de alimentos por organismos patogénicos entre os anos de 2011 e 2012.

Em particular, o documento refere que ao contrário de 2011, onde apenas se registaram no total sete casos de “não conformidades” devidos a *Salmonella*, em 2012 este agente foi responsável pela notificação de dezoito casos, catorze dos quais dizem respeito à contaminação de lulas congelas originárias da Indonésia através de um só operador. Ainda sobre o mesmo assunto, assinala-se o registo de mais vinte casos, entre estes dois anos, de rejeições de fronteira, maioritariamente de atum enlatado da Tailândia, devido à presença de *Listeria* (estirpe não virulenta). Embora não se trate de um microrganismo patogénico, tal facto deve ser levado em consideração, pois tal contaminação pode indicar um risco elevado de botulismo neste tipo de produto. De realçar que após as autoridades tailandesas terem tomado conhecimento do sucedido, foram tomadas medidas adequadas após as quais este problema deixou de subsistir (CE, 2013).

No que concerne aos produtos para alimentação animal, este relatório apresenta dados bastante elucidativos sobre o assunto. Revela que a maioria das notificações se deve principalmente à contaminação por microrganismos patogénicos e micotoxinas, sendo que relativamente aos primeiros verificou-se uma ligeira subida no registo do número de comunicações comparativamente a 2011 (de cento e trinta para cento e trinta e quatro casos) e uma diminuição considerável no número de comunicações respeitantes a micotoxinas comparativamente ao mesmo ano (de pouco mais de cento e vinte casos para aproximadamente oitenta casos). Secundariamente e por ordem decrescente de frequência das demais categorias, as participações devem-se à contaminação por microrganismos não-patogénicos, metais pesados, contaminantes industriais, problemas de composição e de aditivos alimentares.

Quanto a notificações originadas nos PIF, particularmente à existência de micotoxinas nestes produtos, o documento refere a notificação repetida de presença de aflatoxinas em amendoins da Índia durante os primeiros meses de 2012. Tal incidência foi diminuindo, explicada pela implementação de controlos reforçados exigidos e a imposição de controlo de 20% do total das remessas importadas desse produto, oriundas desse mesmo país.

Em relação a problemas decorrentes da presença de metais pesados, o texto refere que, tal como no ano anterior, surgiram várias notificações devido à contaminação por arsénio em alimentos enlatados para animais de companhia, com origem na Tailândia.

É também anotada a existência de três notificações devido a níveis excessivos de gossipol na sua forma livre (tóxico para os animais) em sementes de algodão provenientes do Brasil. Há também o relato de quatro casos sobre o teor acima do limite permitido de sementes de

ambrósia em alimento para aves. Esta espécie vegetal é originária da América do Norte e devido às propriedades alergénicas do seu pólen foi necessário limitar a sua utilização neste tipo de produtos, com o intuito de combater a sua dispersão.

Finalmente, são relatados alguns casos de presença indevida de vários antibióticos, entre os quais uma substância proibida como o cloranfenicol em rações destinadas à alimentação de camarões ornamentais, oriundas de Singapura (CE, 2013).

1.4.3. Sistemas informáticos holandeses

1.4.3.1. IVO (*Import Veterinair Online*) – Sistema *Online* de Importações Veterinárias

Este sistema electrónico, gerido pelo NVWA, fornece toda a informação útil não só aos PIF durante o controlo das remessas (como exigida pelo ponto 3 do anexo da Decisão 2001/812/CE), mas também às restantes partes interessadas – agentes económicos e autoridades veterinárias do país de origem – sobre os requisitos de importação de animais vivos e produtos de origem animal desde países terceiros.

Pode ser acedido através de duas formas – intranet, nos locais de controlo e no sítio da internet, domínio da NVWA (<http://wisdom.vwa.nl>).

Via IVO, graças a uma sequência de perguntas curtas sobre o produto (e.g. natureza, país e região de origem, tratamentos aplicados, objetivo e destino a que se destina o produto) é possível obter a confirmação da possibilidade de importação, de armazenamento ou trânsito de produtos ou animais vivos e das condições a que devem obedecer.

Caso seja permitida a entrada na UE da importação em causa, esta plataforma descreve também em pormenor alguns dos requisitos a serem cumpridos durante cada controlo veterinário:

■ Verificação documental:

- identificação do modelo de certificado;
- lista de estabelecimentos aprovados do país em questão – ligação direta à lista da DG SANCO;
- garantias adicionais exigidas (e.g. carne – programas de vacinação implementados nessa região, tratamentos térmicos aplicados);
- condições e requisitos específicos, como no caso dos produtos da pesca de aquacultura e no caso da proibição da importação de peixes venenosos (Regulamento (CE) n.º 854/2004, Anexo III, Seção VIII, capítulo V).

■ Verificação de identidade:

- rotulagem (e.g. marca de identificação de acordo com o Regulamento (CE) n.º 853/2004).

- Verificação física:

- controlos reduzidos (se aplicável);
- testes de laboratório.

Existe ainda uma secção referente a toda a legislação aplicável aos procedimentos de controlo que incide especificamente no tipo de importação em causa.

Algumas instruções mais específicas só estão disponíveis apenas para pessoal autorizado da NVWA e dos serviços aduaneiros.

1.4.3.2. VGC (*Veterinair Grens Controle*) - Sistema de Inspeção Veterinário Fronteiriço

É um sistema eletrónico nacional de registo, utilizado no registo de todos os dados relevantes sobre remessas sujeitas a inspeção veterinária em todos os PIF holandeses. É uma ferramenta criada e adotada unicamente na Holanda, homóloga do TRACES, tornando-se indispensável durante todo o controlo fronteiriço e de seguimento da rastreabilidade de produtos e animais vivos. É uma aplicação inserida na intranet dos serviços da NVWA e consiste basicamente num sistema de base de dados, onde toda a informação é registada através de um formulário padronizado, podendo posteriormente ser exportada para outras plataformas eletrónicas. Desde 2007 existe um interface que permite a importação direta de informação do VGC para o TRACES, permitindo uma mais célere e melhor comunicação entre este país e os restantes EM.

Embora muito semelhante à plataforma oficial europeia, apresenta certas particularidades que o distinguem do TRACES:

- Permite o arquivo eletrónico de pré-notificações e do certificado sanitário de exportação em papel, após digitalização;
- Texto e informação adicionais (e.g. declarações, notificações de rejeição e apreensão);
- Comunicação direta entre autoridades alfandegárias e o centro de controlo documental;
- Existência de formulários pré-formatados (e.g. exames de laboratório);
- Emissão de faturas electrónicas.

Em contrapartida, não consegue exportar os dados diretamente para a plataforma RASSF e ocasiona alguns erros durante a exportação de dados para o TRACES (cerca de 10% do total).

1.5. DVCE - Documento Veterinário Comum de Entrada

De modo a garantir um funcionamento adequado do sistema de controlos veterinários dentro a UE, foi necessário reunir todas as informações relativas à importação dos produtos ou animais num único documento padronizado, denominado Documento Veterinário Comum de Entrada (DVCE). Pese embora nem todos os produtos de origem animal necessitem de certificado sanitário (e.g. lã) para a livre circulação de produtos importados de países

terceiros dentro da UE, estes têm obrigatoriamente que apresentar um DVCE. No caso de importações de produtos de origem animal, em conformidade com as regras gerais de certificação estabelecidos na legislação comunitária, o modelo utilizado é o que consta no Anexo III do Regulamento (CE) nº 136/2004, que define os procedimentos de controlo veterinário nos PIF da Comunidade a aplicar a produtos importados de países terceiros. Este documento originado por via eletrónica através do TRACES, consta de duas partes distintas. Uma primeira (Parte 1) preenchida pelo declarante ou pessoa responsável pela remessa, que consiste numa descrição pormenorizada das características da remessa/lote, nomeadamente, tipo de mercadoria, quantidade, peso, país e estabelecimento de origem, enviada em formato eletrónico ou papel, notificando o PIF designado a proceder ao controlo da chegada da remessa antes de esta ter atingido o local de desembarque – de preferência num prazo de 24 horas de antecedência como mínimo. Uma segunda (Parte 2) de registo dos resultados obtidos nos controlos, completada pelo veterinário oficial responsável. Após a introdução da respetiva decisão no TRACES, o veterinário deve proceder à emissão completa do DVCE, constituído pelas partes 1 e 2, acompanhado por duas cópias do mesmo. As três versões deverão ser devidamente assinadas e carimbadas pelo veterinário oficial, destinando-se uma versão para as autoridades oficiais, para efeito de arquivo, uma outra que deve acompanhar a remessa até ao seu destino final e por fim uma que deverá ser entregue às autoridades alfandegárias como comprovativo do controlo realizado para, caso seja favorável, ser dada a livre prática da remessa em questão.

1.6. Produtos Sujeitos a Controlo Veterinário nos PIF

Tendo em conta as regras de polícia sanitária aplicáveis à produção, transformação, distribuição e introdução no mercado de todos os produtos de origem animal destinados quer ao consumo humano (Diretiva 2002/99/CE), quer à alimentação animal e não destinados à entrada na cadeia alimentar, a UE, em conformidade com o parecer do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal, estabeleceu uma lista de produtos de origem animal a examinar nos PIF - Anexo I da Decisão 2007/275/CE, relativa às listas de animais e produtos que devem ser sujeitos a controlos nos PIF em conformidade com as Diretivas 91/496/CEE e 97/78/CE do Conselho.

A especificação de cada tipo de produtos deverá facultar uma descrição tão exata quanto possível a fim de evitar diferentes tipos de interpretações entre EM, que conduzam quer a distorções na lealdade de concorrência na atividade comercial quer a potenciais riscos para a saúde humana e animal. Inclusivamente devem ser instituídas normas a nível comunitário em matéria de produtos compostos que possam ser isentos de controlos veterinários previstos na Diretiva 97/78/CE.

Com base na necessidade de implementação de normas harmonizadas a nível comunitário, é fundamental prestar uma exclusiva vigilância à importação de determinados produtos,

visto que alguns destes apresentam um risco elevado tanto para a saúde humana como para a animal, como é o caso de produtos à base de carne. Neste caso deverá ser aplicado um critério diferente em relação a produtos compostos que contenham outros produtos de origem animal (e.g. leite ou ovos).

De modo a facilitar a identificação dos diferentes grupos de produtos listados e as suas subcategorias correspondentes, enquanto primeira base para a seleção das remessas, foram-lhes atribuídos Códigos de Nomenclatura (CN) relativos à pauta aduaneira comum (Regulamento CEE nº 2657/87 de 31 de Agosto, com as subseqüentes alterações, nomeadamente a Decisão 2012/31/UE de 21 de Dezembro de 2011).

Assim, estão sujeitos a controlo fronteiro pelas autoridades veterinárias os seguintes produtos:

- Carnes e miudezas comestíveis;
- Peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos;
- Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; outros produtos comestíveis de origem animal (e.g. geleia e ossos);
- Sementes e frutos de oleaginosas; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens;
- Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal;
- Preparações de carne, de peixe ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos;
- Açúcares e produtos de confeitaria (e.g. lactose e xarope de lactose com concentração de matéria seca superior ou igual a 99%);
- Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pastelaria à base de carne;
- Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas que contenham também produtos de origem animal transformados ou carne;
- Preparações alimentícias diversas (e.g. *fondue* de queijo, molho de peixe, sorvetes à base de leite);
- Outros produtos de origem animal (e.g. tripas, bexigas e estômagos de animais, cerdas de porco ou javali e seus subprodutos);
- Resíduos e desperdício das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais (e.g. farinhas contendo proteína animal, *pet food*);
- Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas (e.g. polifosfatos, fosfato de cálcio);
- Produtos farmacêuticos (e.g. sangue, vacinas, culturas de microrganismos de origem animal);
- Adubos (fertilizantes) de origem animal ou vegetal e animal;

- Matérias albuminoides; produtos à base de amidos ou de féculas modificados; colas; enzimas (e.g. caseínas, colagénio, coalho e seus concentrados para alimentação humana);
- Peles sem pêlo e couros;
- Obras de couro; artigos de correeiro ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa;
- Peles com pêlo e suas obras; peles com pêlo artificiais;
- Lã, pêlos finos ou grosseiros; fios e tecido de crina;
- Objetos de arte, de coleção ou antiguidades derivados de animais.

Não abrangidos por estes controlos, em conformidade com a Decisão 2007/275/CE, ficam de fora os seguintes géneros alimentícios:

- Bolachas;
- Pão;
- Bolos;
- Chocolate;
- Confeitaria (incluindo doçaria);
- Cápsulas de gelatina por encher;
- Suplementos alimentares, embalados tendo em vista o consumidor final ainda que contenham pequenas quantidades de produtos animais (e.g. glucosamina, condroitina ou quitosano, carnitina);
- Extratos de carne e concentrados de carne;
- Azeitonas recheadas com peixe;
- Massas alimentícias e aletria não misturada ou recheadas com produtos à base de carne;
- Caldos e substâncias aromáticas, embalados tendo em vista o consumidor final, que contenham extratos de carne, concentrado de carne, gorduras animais, ou óleos, pós ou extratos de peixe.

1.7. Controlos veterinários

Como citado anteriormente, a importação dos produtos animais, dos produtos de origem animal e de alguns produtos de origem vegetal (destinados à alimentação animal) têm que obedecer a determinados requisitos sanitários para poderem ser introduzidos no mercado único europeu.

O processo de controlo propriamente dito é antecedido pela apresentação de uma pré-notificação de chegada da remessa (Parte 1 do DVCE). Esta parte do documento é preenchida e assinada pelo interessado no carregamento, a cargo do importador, através do preenchimento eletrónico diretamente no sistema TRACES e descreve detalhadamente as características da remessa, de entre as quais se destacam, para efeitos de controlo veterinário subsequente, as seguintes (ver Anexo 2):

- Referência do país e estabelecimento de origem – casas 1 e 6

- Documentação veterinária associada à remessa – casa 10
- Descrição completa da mercadoria – casas 12, 13, 14 e 15
- Identificação do(s) número(s) e selo(s) do(s) contentor(es) que constituem a remessa ou lote – casa 16
- Caracterização da remessa segundo a legislação europeia – casa 19
- Destino aduaneiro – casas 17, 18, 20, 21 ou 22

A consulta antecipada destas informações possibilita aos veterinários oficiais do PIF obterem o conhecimento prévio do tipo de produto em questão, assim como da sua proveniência, podendo através do RASFF avaliar com segurança algum tipo de risco sanitário associado à chegada da mercadoria ao local de desembarque. É portanto de capital importância que esta notificação prévia seja consumada com a devida antecedência. No caso dos PIF de Lisboa e Roterdão, este intervalo de tempo corresponde a 1 dia útil anterior à chegada do navio ao porto.

Para além desta informação disponibilizada e sempre que a autoridade competente e os veterinários oficiais acharem necessário, de modo a assegurar que todos os produtos serão submetidos a controlo veterinário, deverão articular a sua atividade com outros serviços responsáveis pela aplicação da legislação a fim de recolherem todas as informações pertinentes relativas à introdução de produtos de origem animal na Comunidade. No caso dos PIF portuários, isto aplica-se a informações constantes nos serviços aduaneiros, nos manifestos de navios e de outros ao dispor dos operadores comerciais (Artigo 6º do Regulamento (CE) nº 136/2004).

Todas as remessas ou parte delas, após descarga das embarcações, devem ser devidamente transportadas para as instalações do PIF de acordo com os princípios de higiene e de bom funcionamento durante todo o processo de controlo, de modo a minimizar o risco de contaminação cruzada.

1.7.1. Controlo documental

Este procedimento é o primeiro tipo de controlo a ser efetuado após a pré-notificação e a chegada da remessa ao PIF de destino, sendo obrigatório e indispensável aplicá-lo a toda e qualquer remessa proveniente de um país terceiro, independentemente do seu destino aduaneiro (ponto 3 do Artigo 4º da Diretiva 97/78/CE). Este controlo corresponde a uma verificação de todos os documentos oficiais que acompanham a remessa ou parte desta – certificado sanitário, documentos veterinários, certificado analítico, entre outros – com o intuito de aferir o cumprimento dos requisitos inscritos na legislação europeia aplicada a cada produto (Artigo 2º da Diretiva 97/78/CE).

A certificação das remessas destinadas a território europeu é uma obrigação do domínio da autoridade competente do país expedidor. Esta deve emitir um certificado de acompanhamento de cada remessa de produtos, devendo o responsável assinar o

certificado e garantir que lhe foi aposto um carimbo oficial, sendo que este requisito é aplicável a todas as folhas do certificado, caso tenha mais do que uma. Nos termos legais, este deve ser constituído apenas por uma folha de papel; ou então por mais páginas que sejam parte integrante e inseparável de uma única folha de papel; ou por uma sequência de páginas numeradas por forma a indicar que cada uma delas constitui parte integrante de uma sequência finita (e.g. “página 3 de 5”). Este documento deve também ser redigido na língua ou línguas oficiais do EM de destino e do EM em que é efetuada a inspeção fronteiriça, ou então ser acompanhados de uma tradução certificada nessa(s) língua(s). Contudo, cada país pode aceitar a utilização de uma língua oficial da Comunidade que não a(s) sua(s). Segundo a legislação vigente, o certificado deve ser emitido antes da remessa deixar de estar sob controlo da autoridade competente do país de expedição e a sua versão original deve acompanhar as remessas no momento de entrada na Comunidade (Anexo IV da Diretiva 2002/99/CE).

Após a receção de toda a documentação oficial correspondente a cada remessa no PIF, esta deve ser objeto de inspeção por parte do veterinário oficial, devendo este confirmar a sua validade de acordo com a respetiva legislação europeia (Anexo I do Regulamento (CE) nº 136/2004):

- Deve tratar-se de um certificado ou documento original.
- Originário de um país terceiro ou a parte de um país terceiro autorizado a exportar para a UE.
- Proveniente de um estabelecimento ou uma embarcação autorizados ou registados, aptos a exportar produtos para a UE (lista da DG SANCO – https://webgate.ec.europa.eu/sanco/traces/output/non_eu_listsPerCountry_pt.htm)
- A sua apresentação e conteúdo têm de corresponder ao modelo estabelecido para os produtos em questão.
- Estar conforme com os princípios gerais de certificação estabelecidos no anexo IV da Diretiva 2002/99/CE (Princípios gerais da certificação).
- Estar inteiramente preenchido.
- Estar assinado pelo veterinário oficial ou, se for caso disso, pelo representante da autoridade oficial, e mencionar de forma legível e em maiúsculas o seu nome e cargo, bem como ostentar o carimbo sanitário oficial do país terceiro e a assinatura oficial, numa cor diferente da utilizada nas outras menções impressas no certificado, ou no caso dos certificados eletrónicos, a assinatura e o carimbo devam ser inseridos através de um sistema seguro.
- Verificar a existência de medidas de salvaguarda, instruções específicas, notificações do RASFF ou mensagens no TRACES em relação ao tipo de mercadoria, país e estabelecimento de origem.

- Verificar o correto preenchimento da parte 1 do DVCE e se a informação dela constante corresponde à informação contida noutros documentos oficiais pertinentes que acompanham a remessa ou lote.

1.7.2. Controlo de identidade

Após a aprovação documental, a remessa é submetida, em seguida, a um controlo de identidade - verificação por inspeção visual da concordância entre os produtos e os respetivos certificados ou documentos veterinários apresentados (Artigo 2º da Diretiva 97/78/CE).

Neste procedimento deve ser realizada a verificação do número do contentor e dos selos apostos pelas autoridades veterinárias e alfandegárias do país de origem, que deverão corresponder aos constantes nos certificados ou documentos que acompanham a remessa. Durante o controlo de selo deve-se avaliar, de forma sistemática, a sua perfeita integridade por forma a garantir o encerramento permanente do contentor ao longo de todo o trajeto entre territórios.

Seguidamente o selo deve ser partido e retirado, permitindo assim a abertura do contentor. Deste modo é possível aceder ao seu interior e confirmar as informações descritas no certificado relativas à natureza e características da mercadoria – carimbo da autoridade oficial de país de origem, marcas sanitárias do estabelecimento de origem, descrição do produto e quantidade (Artigo 4º da Diretiva 97/78/CE). Uma vez inseridas as informações colhidas neste tipo de controlo, nos casos de mercadoria acondicionada sob condições de refrigeração ou congelação, será necessário efetuar a medição da temperatura do interior do contentor.

Se a remessa for constituída por vários contentores, devem ser selecionados aleatoriamente e submeter 10% deles a controlo. No caso de Lisboa a seleção é efetuada diretamente pelo veterinário, enquanto no PIF de Roterdão os contentores alvo da inspeção são selecionados automaticamente pelo sistema informático VGC.

No caso de produtos embalados deve proceder-se à abertura das caixas que os contêm e efetuar o controlo de rotulagem prevista na legislação (Artigo 4º da Decisão 97/78/CE) sendo que deve abranger 1% do número total de embalagens que constituem a remessa – um mínimo de 2 e um máximo de 10 embalagens. Sempre que se proceda à abertura das embalagens estas devem ser devidamente identificadas pela autoridade veterinária e novamente fechadas. Terminada a tarefa do controlo, estas devem ser recolocadas no interior do contentor e procede-se ao encerramento das suas portas colocando um selo oficial do PIF, garantindo assim a sua inviolabilidade até ao local de destino (armazém do importador).

No caso de “controlos reduzidos” aplicados a determinadas remessas (ver ponto 1.9.1.), estes são constituídos por um controlo de identidade reduzido, após aprovação documental,

consistindo apenas numa verificação dos números de selo e do contentor, sem se proceder à respetiva abertura.

1.7.3. Controlo físico

Este tipo de controlo, para além de garantir a conformidade dos produtos em relação às características mencionadas no certificado e restante documentação veterinária, visa também confirmar se a operação de transporte da remessa em questão não alterou as garantias certificadas pelo país terceiro de origem no momento da partida, resultando numa possível presença de alterações relativamente à segurança sanitária dos produtos. Durante este controlo, o veterinário oficial deve servir-se de uma série de ferramentas e material de trabalho ao seu dispor no centro de inspeção para poder concretizar as operações necessárias, descritas na legislação como (Anexo III da Diretiva 97/78/CE):

- Exames sensoriais (avaliação das características organoléticas - aspeto, textura, consistência, cheiro, cor, e sabor);
- Ensaio físico-químico simples (e.g. provas de corte, cozedura, medição de pH);
- Verificação das condições e dos meios de transporte, nomeadamente para evidenciar as insuficiências ou quebras da cadeia de frio – através da medição das temperaturas externa e interna dos produtos;
- Controlo analítico – devido a controlos inseridos em planos de vigilância ou em rede de alerta, em casos de suspeita de irregularidades ou dúvida.

Geralmente, e à semelhança dos controlos de identidade, este deverá incidir sobre 1% da quantidade total de unidades de cada remessa – mínimo de 2 e máximo de 10 embalagens ou unidades controladas (Anexo III da Diretiva 97/78/CE). Em todo o caso, sempre que o veterinário assim o entender, devido a alguma suspeita ou dúvida, deverá selecionar um conjunto maior de amostras sujeitas a controlo. Concluído este processo inspetivo, no caso de caixas ou embalagens de onde se retiraram produtos para exame, estas deverão ser fechadas e recolocadas dentro do contentor devidamente identificadas pela autoridade, utilizando material apropriado – carimbos, rótulos, fita-adesiva – distinguindo assim quais os produtos sujeitos a controlo oficial veterinário no PIF.

Em determinadas situações e caso não se verifique qualquer irregularidade, certas remessas, consoante a sua natureza, origem e estatuto não carecem deste tipo de controlo (e.g. produtos incluídos no regime de controlos reduzidos, acordos especiais com alguns países terceiros, remessas destinadas a transbordo, trânsito e armazenamento).

1.7.3.1. Controlo analítico

Durante o controlo físico e em certas ocasiões é necessário recorrer a análises e provas laboratoriais para pesquisa de agentes que possam comprometer as características intrínsecas e sanitárias dos produtos (e.g. agentes biológicos patogénicos, micotoxinas), resíduos (e.g. pesticidas e fármacos), determinação de composição (e.g. pesquisa de alergénios e OMG).

Este controlo deve ser aplicado em circunstâncias de suspeita – notificação prévia na rede de alerta (RASFF), por deteção de irregularidades durante o controlo físico, ou pela necessidade de aplicação de medidas de salvaguarda – ou de forma aleatória, que corresponde à implementação planos de vigilância, os quais permitem aferir a conformidade dos produtos relativamente à legislação aplicada (e.g. PNCRC). Estes planos implementados quer a nível da Comunidade quer a nível de cada EM individualmente, incidem especialmente na pesquisa de agentes patogénicos, resíduos e outros contaminantes passíveis de comprometer a saúde animal e humana ou também o meio ambiente.

A forma como estes planos são aplicados tem em consideração vários parâmetros relevantes, como a natureza e risco que cada produto representa, a frequência e número dos diferentes tipos de remessas importados e, também, os resultados obtidos em programas de vigilância anteriores.

Importa ressaltar que, dependendo do âmbito do controlo analítico em causa, será necessário proceder de maneira distinta por forma a salvaguardar a segurança sanitária dos produtos em causa. Assim, caso os ensaios laboratoriais sejam requisitados com base numa suspeita de irregularidade que represente um possível risco direto ou imediato para a saúde animal ou pública, o veterinário oficial responsável pelo PIF que realizou o ensaio, ou a autoridade competente, deve adiar a aprovação veterinária ou a disponibilização da remessa até serem comunicados os resultados dos ensaios laboratoriais. Entretanto, a remessa permanecerá sob controlo das autoridades ou sob a responsabilidade do veterinário oficial ou agente oficial designado do PIF que tiver efetuado os controlos veterinários.

Caso se realizem ensaios aleatórios no âmbito dos planos de vigilância e não existam motivos que conduzam a suspeitas de perigo imediato para a saúde pública ou animal, pode ser dada livre prática à remessa submetida a ensaio antes de se receberem os resultados laboratoriais. Em todos os casos, o DVCE que acompanha a remessa deve ser anotado em conformidade, e a autoridade competente no local de destino deverá ser devidamente notificada.

Cabe a cada EM informar a CE mensalmente dos resultados favoráveis e desfavoráveis dos ensaios laboratoriais realizados nos seus PIF (Anexo II do Regulamento (CE) nº 136/2004).

1.8. Decisão veterinária

Após a conclusão dos procedimentos do controlo, o veterinário é responsável pela emissão de uma decisão relativamente a cada remessa inspecionada. Este processo é da sua inteira responsabilidade e é consumado com o preenchimento da parte 2 do DVCE devidamente assinado pelo mesmo. No documento é também averbado o resultado dos controlos veterinários executados e a respetiva decisão quanto ao destino final a dar à remessa/lote.

Em circunstâncias de pendência de decisão, principalmente devido à obtenção dos resultados de controlos analíticos e resolução de pequenas irregularidades, a remessa/lote é retida sob cuidado e responsabilidade da autoridade competente ou do veterinário oficial, até os resultados analíticos ou as alterações serem comunicados (Anexo II do Regulamento (CE) nº 136/2004).

1.8.1. Aprovação de remessas

Após a verificação das condições de importação de cada remessa durante os diferentes tipos de controlo veterinário e a confirmação da sua respetiva conformidade, o veterinário oficial responsável preenche a parte 2 do DVCE confirmando se os controlos previamente realizados foram satisfatórios na sua totalidade. A partir desse momento, este notifica o interessado no carregamento que, por sua vez, notifica as autoridades alfandegárias sobre a decisão veterinária favorável – procede-se à entrega da cópia do DVCE. Desta forma, e após aprovação aduaneira, é dada à remessa a livre prática dentro do território da UE, podendo esta seguir até ao local de destino, fazendo-se acompanhar devidamente pelo DVCE original (artigo 3º do Regulamento (CE) nº 136/2004).

Compete aos serviços veterinários oficiais conservar – por um período nunca inferior a três anos – a outra cópia do DVCE e, também, toda a documentação veterinária emitida pela autoridade veterinária do país terceiro que acompanhou a remessa até à chegada ao PIF (artigo 3º do Regulamento (CE) nº 136/2004).

1.8.2. Destino das remessas “não aptas”

Caso se verifique o incumprimento dos requisitos impostos ou a obtenção de resultados não conformes durante os controlos, o veterinário oficial deverá declarar na parte 2 do DVCE referindo os resultados dos controlos e os motivos pelos quais a remessa deve ser considerada “não apta” para o mercado interno, indicando o destino a aplicar aos produtos constituintes da partida – destruição dos produtos num estabelecimento aprovado para o efeito, reexpedição para o país de origem ou outro, ou transformação dos produtos (e.g. para alimentação animal). Toda a documentação veterinária que acompanha a remessa – DVCE e Certificado Sanitário – deve ser devidamente carimbada de forma legível e indelével com a palavra “rejeitado” e deverá ser conservada em arquivo pela autoridade

competente por um período nunca inferior a 3 anos (Artigo 3º do Regulamento (CE) nº 136/2004).

A escolha do reencaminhamento da remessa deve ter em conta os riscos para a saúde pública que os produtos representam e ser deliberado após o acordo entre autoridade competente, veterinário oficial, importador e no caso de transporte para um país terceiro, com a autoridade oficial deste. É por isso fundamental que o DVCE acompanhe a remessa de modo a garantir que não seja introduzida num outro destino senão aquele que foi previamente acordado.

No caso específico de reexpedição, a remessa deverá abandonar o país onde se realizou o controlo, num prazo máximo de 60 dias. Se após este intervalo de tempo não se efetivar a reexpedição, sem qualquer motivo ou justificação aparente, por qualquer uma das partes, a remessa deverá ser destruída após ter sido dada ordem pela autoridade veterinária do PIF correspondente.

O estabelecimento de transformação ou destruição das remessas deverá ser devidamente aprovado e estar integrado na lista de estabelecimentos de subprodutos aprovados pela autoridade competente (Artigo 17º da Diretiva 97/78/CE).

1.9. Regimes especiais de controlo

1.9.1. “Controlos reduzidos”

No ano de 1994, e em consonância com os controlos e resultados obtidos ao longo dos anos, foi possível agrupar os diferentes produtos importados, num regime de controlos reduzidos estabelecido através da Decisão 94/360/CEE, garantindo de forma sustentável a segurança sanitária dos mesmos. Esta medida implementada em todos os PIF da UE tem como principal propósito a redução do número dos controlos físicos a aplicar a remessas de determinados produtos originários de países e territórios terceiros que têm garantido de forma constante o correto cumprimento das normas sanitárias e ausência de irregularidades aquando deste controlo. Deste modo e considerando as listas de países e estabelecimentos aprovados a importar os seus produtos como os certificados sanitários e zoossanitários vigentes, foi criada na Decisão supracitada a seguinte lista de frequência de controlos físicos a aplicar aos diferentes grupos de produtos de origem animal (Tabela 7).

Tabela 7. – Grupos de produtos e frequência dos controlos físicos a efetuar em remessas de produtos importados de países terceiros (Anexo I da Decisão 94/360/CEE e suas alterações)

Grupos de Produtos	Frequência do Controlo Físico
Categoria I	
<ul style="list-style-type: none"> – Produtos de peixe em recipientes hermeticamente selados destinados a torná-los estáveis à temperatura ambiente, peixe fresco e congelado e produtos de pesca secos e/ou salgados – Carne fresca, incluindo miudezas, e produtos das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equina definidos na Diretiva 92/5/CEE – Tripas – Banha de porco e gorduras fundidas – Ovos inteiros – Ovos para incubação 	20%
Categoria II	
<ul style="list-style-type: none"> – Carne de aves de capoeira e produtos de carne de aves de capoeira – Coelho, carne de caça (selvagem/de criação) e seus produtos – Leite e produtos lácteos (para consumo humano) – Ovoprodutos – Proteínas animais transformadas para consumo humano – Outros produtos da pesca, exceto os mencionados no ponto 2 da categoria I, e moluscos bivalves – Mel 	50%
Categoria III	
<ul style="list-style-type: none"> – Sémen – Embriões – Estrume – Leite e produtos lácteos (não destinados ao consumo humano) – Gelatina – Pernas de rã e caracóis – Ossos e produtos à base de ossos – Couros e peles – Cerdas, lã, pêlos e penas – Chifres, produtos de chifres, cascos e produtos de cascos – Produtos apícolas – Troféus de caça – Alimentos transformados para animais de companhia – Matérias-primas para o fabrico de alimentos para animais de companhia – Matérias-primas, sangue, produtos de sangue, glândulas e órgãos para fins farmacêuticos – Produtos de sangue para fins técnicos – Organismos patogénicos – Feno e palha 	Mínimo 1% Máximo 10%

Adicionalmente, esta legislação europeia prevê determinados acordos especiais, estabelecidos com alguns países terceiros e a UE, instituindo igualmente uma redução da frequência dos controlos físicos e um regime de taxas específico sobre produtos originários desses mesmos territórios. São exemplos países como a Nova Zelândia – Decisão 97/132/CE, respeitante à conclusão do acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais; o Canadá – Decisão 1999/201/CE, respeitante ao acordo entre o governo do Canadá e a Comunidade Europeia relativo a medidas sanitárias de proteção da saúde pública e animal e em matéria de comércio de animais vivos e produtos animais; e o Chile - Decisão 2002/979/CE do Conselho, de 18 de Novembro de 2002, relativa à assinatura e à aplicação provisória de determinadas disposições do Acordo que cria uma Associação entre a Comunidade Europeia e os seus EM, por um lado, e a República do Chile, por outro.

1.9.2. “Controlos reforçados”

Quando os controlos previstos permitirem inferir infrações graves ou repetidas à legislação veterinária, a autoridade competente deverá tomar medidas relativamente aos produtos constituintes da remessa e ao país de origem dos mesmos, aplicando assim um regime de controlos reforçados.

Sempre que os controlos veterinários constatarem que uma remessa não cumpre os requisitos impostos pela legislação europeia, esta deverá ser declarada “não apta” pelo veterinário e inserida toda a informação referente na plataforma TRACES. Posteriormente é lançado no RASFF uma mensagem de “notificação de alerta” que obriga necessariamente que as 10 remessas subsequentes, provenientes do mesmo estabelecimento de origem, sejam submetidas ao plano de “controlos reforçados” (Artigo 24º da Diretiva 97/78/CE). A suspensão deste tipo de controlo sobre o produto em questão é alcançada após a obtenção de 10 resultados favoráveis consecutivos a partir do mesmo número de remessas inspecionadas. A título de exemplo se após 5 resultados conformes, o controlo da remessa seguinte (6ª) se revelar “não apta” pela mesma razão, ter-se-à de iniciar um novo ciclo de 10 resultados favoráveis.

Se, no caso de países terceiros que tenham celebrado acordos de equivalência com a UE, ou de países terceiros que beneficiem de frequências de controlos reduzidas, após inquérito junto das autoridades competentes do país terceiro posto em causa, a CE chegar à conclusão de que estas últimas faltaram às suas obrigações e às garantias dadas nos planos referidos, suspenderá, em relação a esse país, o benefício da redução das frequências de controlo relativamente aos produtos postos em causa até que esse apresente prova de que as irregularidades foram devidamente corrigidas (Artigo 24º da Diretiva 97/78/CE).

1.9.2.1. Medidas de salvaguarda

Sempre que uma remessa de um produto de origem animal ou para alimentação animal, importado de um país terceiro, seja passível de representar um elevado risco para a saúde humana e animal é necessário adotar medidas de emergência que garantam o cumprimento dos parâmetros sanitários exigidos dentro do mercado único europeu. Para isso, e tendo em conta as disposições do Regulamento (CE) nº 178/2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios, é necessária a aplicação de medidas de salvaguarda que garantam a segurança dos produtos. Cabe assim à CE adaptar a legislação vigente e diligenciar no sentido de aplicar controlos reforçados aos produtos que previamente tenham sido reconhecidos de alto risco para a saúde pública e meio ambiente. São exemplo dessas providências os seguintes casos:

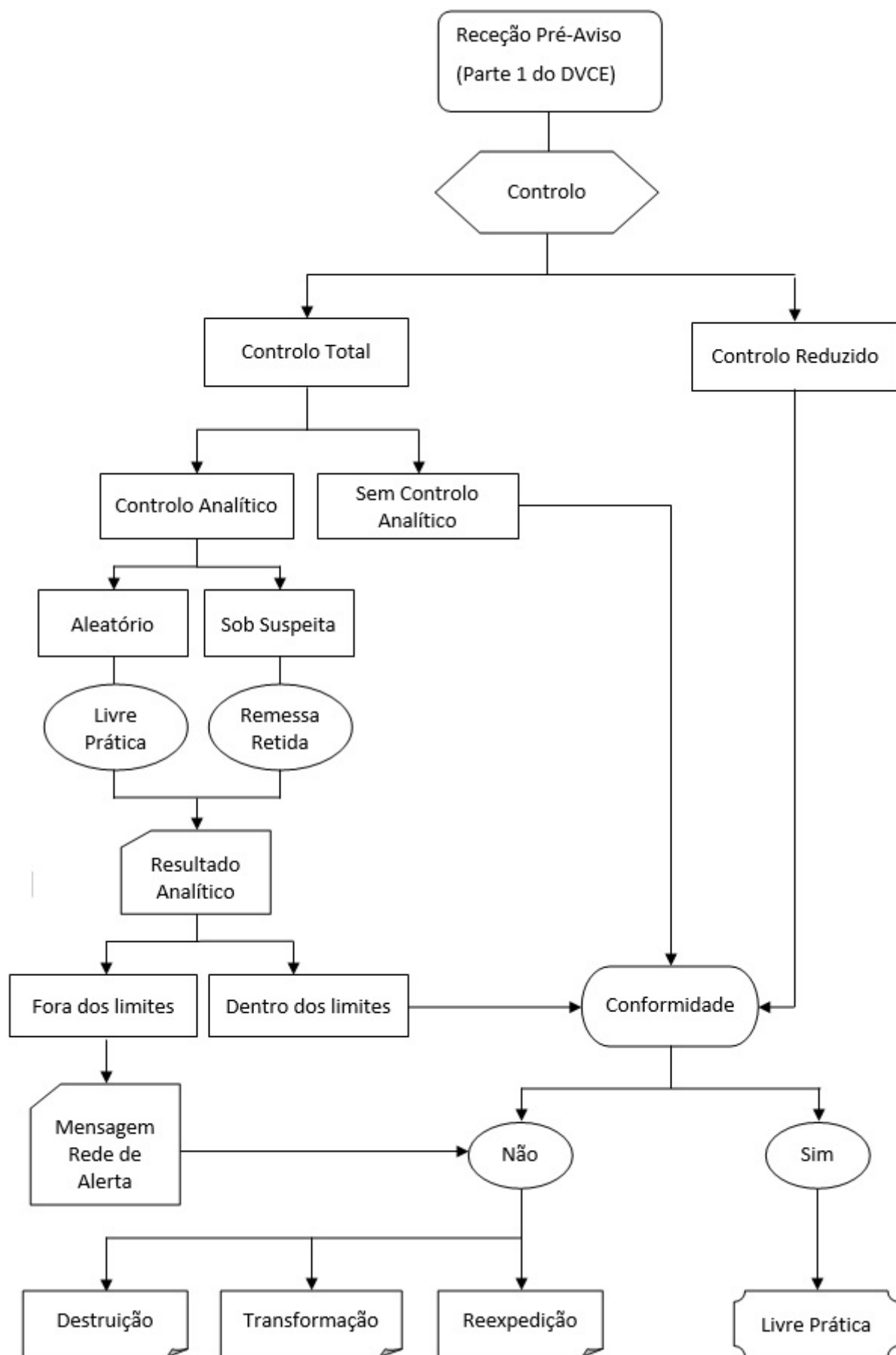
- Decisão 2010/387/UE relativa a medidas de emergência aplicáveis aos crustáceos importados do Bangladesh e destinados ao consumo humano;
- Decisão 2010/381/UE relativa a medidas de emergência aplicáveis a remessas de produtos da aquicultura importados da Índia e destinados ao consumo humano;
- Decisão 2010/220/UE relativa a medidas de emergência aplicáveis a remessas de produtos da pesca criados em exploração, importados da Indonésia e destinados ao consumo humano;
- Regulamento de Execução (UE) nº 996/2012 que impõe condições especiais à importação de géneros alimentícios e alimentos para animais originários ou expedidos do Japão após o acidente na central nuclear de Fukushima.

No caso dos produtos provenientes do Bangladesh, Índia e Indonésia, foram verificadas irregularidades referentes aos sistemas de controlo de resíduos de produtos de aquicultura e falta de competência laboratorial para deteção de certas substâncias farmacologicamente ativas e resíduos – medicamentos e substâncias proibidas. De modo a controlar as condições sanitárias exigidas, cada PIF terá de proceder a colheitas de amostras dos produtos, compreendendo pelo menos 20% do total de remessas provenientes de sistemas de aquicultura destes territórios para posterior pesquisa de substâncias ilícitas – cloranfenicol, metabolitos de nitrofuranos, tetraciclina, verde de malaquite, violeta de cristal. Em relação ao caso japonês, o regulamento supramencionado é aplicável aos alimentos para animais e aos géneros alimentícios originários de determinadas prefeituras afetadas pelo acidente na central nuclear de Fukushima – Anexo II do Regulamento de Execução (UE) nº 996/2012), só podendo ser importados para a UE se respeitarem o nível máximo admitido para a soma de cézio-134 e cézio-137 – formas radioativas. Assim, deverá ser executado um controlo documental da totalidade das remessas e adicionalmente controlos de identidade e físicos incluindo análises laboratoriais, para a presença de cézio-134 e cézio-137 em 5% das remessas. Adicionalmente cada remessa deverá ser acompanhada

por uma declaração válida, elaborada e assinada pela autoridade oficial japonesa, que garanta as condições especiais à importação em conformidade com as disposições do regulamento de execução - Anexo I do Regulamento de Execução (UE) nº 996/2012.

No conto geral, estas disposições implementadas têm uma intenção de caráter provisório até que os países terceiros executem os seus planos de ação de forma a restabelecer as garantias sanitárias de importação dos seus produtos.

Diagrama 2. Etapas do controlo veterinário para Importações no PIF (NVWA, 2013).



1.10. Remessas não destinadas à Importação na EU.

1.10.1. Reimportação

Sempre que remessas exportadas desde a UE para países terceiros, são rejeitadas nesses mesmo países e consecutivamente devolvidas ao território de origem, são denominadas reimportações estando igualmente sujeitas num PIF, aos mesmos atos inspetivos de controlo designados para mercadorias importadas de um país terceiro.

Assim e de acordo com o Artigo 15º da Diretiva 97/78/CE, um EM corroborará a reimportação de uma remessa de produtos de origem comunitária rejeitada por um país terceiro desde que esta cumpra determinadas condições:

- Possua o certificado original ou cópia deste, autenticada pela autoridade competente que emitiu o certificado que acompanha os produtos, referindo os motivos da recusa de entrada, dando a garantia de que foram respeitadas as condições de armazenagem e de transporte dos produtos e especificando que os produtos em questão não foram submetidos a qualquer manipulação;
- No caso de contentores selados, de um atestado do transportador certificando que o conteúdo não foi manipulado ou descarregado;
- Os produtos em questão sejam submetidos ao controlo documental, a um controlo de identidade e em casos de dúvida a um controlo físico.

Após aprovação da autoridade veterinária oficial, a remessa deve ser encaminhada para o estabelecimento de origem do EM em que foi emitido o certificado ou para transformação em subprodutos num local devidamente aprovado, sendo o transporte efetuado sob supervisão aduaneira, de modo a garantir efetivamente a correta chegada ao destino discriminado.

Caso seja necessário o trânsito por outro território comunitário, este deve ser previamente autorizado pelo veterinário oficial do PIF do EM em que a remessa tenha sido introduzida.

De fato se a autoridade competente emissora do certificado original tiver dado o seu acordo para a readmissão da remessa, nenhum país da Comunidade poderá opor-se à reintrodução de uma remessa de produtos de origem comunitária reimportada.

1.10.2. Trânsito

Entende-se por trânsito como “o movimento de remessas em todo o território da UE por via rodoviária, ferroviária ou fluvial de um país terceiro para outro. O trânsito pode ser direto ou indireto – envolvendo esta última modalidade um período de armazenamento” (DEFRA, 2012, p.4, tradução livre).

As remessas em trânsito direto, isto é, procedentes de um país terceiro, mas apenas de passagem pela EU não sujeitas a armazenamento em entrepostos, necessitam de satisfizer,

sob o ponto de vista veterinário e aduaneiro, determinadas regras como (Artigo 11º da Diretiva 97/78/CE):

- As remessas devem provir de um país terceiro aprovado pela legislação comunitária para a importação do tipo de produtos em causa;
- É exigido o envio de pré-aviso de chegada da remessa ao PIF por parte do interessado no carregamento (IC);
- Os certificados e restante documentação veterinária devem acompanhar as remessas apresentadas no PIF;
- Em momento algum, exceto durante o processamento dos controlos veterinários, é permitida a rutura do carregamento, fracionamento ou manipulação durante o transporte dos veículos ou contentores selados;
- As remessas devem sair do território da UE, através de um PIF aprovado, num prazo máximo de 30 dias após terem abandonado as instalações do PIF de entrada, salvo situações de afastamento geográfico devidamente fundamentadas.

Caso as remessas transitem entre diferentes países da UE até chegar ao PIF de saída, estas deverão ser expedidas fazendo-se acompanhar do documento aduaneiro T1, usado como uma declaração para transportar mercadorias não domésticas entre dois locais dentro do território alfandegário da UE, evitando assim ocorrências de transvio (NVWA, 2013).

A nível dos controlos oficiais o veterinário responsável deverá proceder a uma inspeção documental e de identidade das remessas, tendo a responsabilidade de efetuar controlos físicos a todas aquelas que suscitem dúvidas ou suspeitas de irregularidades quanto à sua origem (NVWA, 2013).

Sempre que uma remessa em trânsito é reprovada durante o controlo veterinário, o IC deve ser imediatamente informado e deverá ser acordado entre ambas as partes o reencaminhamento da remessa:

- Destruição imediata – pelo que as despesas ficarão a cargo do interessado no carregamento, sem direito a indemnização pelo EM;
- Reexpedição de volta ao país de origem – num período de tempo inferior a 60 dias após a rejeição da remessa, sendo que após este intervalo de tempo a remessa deverá ser destruída. Deverá ainda o interessado no carregamento elaborar uma declaração a informar o país de origem sobre o retorno da mercadoria, que acompanhará juntamente com a declaração de conhecimento de carga (Bill of Lading) a remessa até ao seu destino;
- Encaminhamento para outro país terceiro – após ser enviada uma declaração do país recetor declarando a aceitação da mercadoria. Neste caso a remessa será acompanhada pela declaração de conhecimento de carga e o documento aduaneiro T5 – documento de monitorização para transporte de mercadorias dentro da UE, usado quando a mercadoria devolvida (após aceitação de declaração de exportação pelo posto da alfândega) tenha que

ser transportada através de um outro EM da UE que não seja o EM expedidor (NVWA, 2013).

1.10.3. Transbordo

Segundo a Decisão 2011/215/UE, transbordo pode ser entendido como “o transporte de uma remessa proveniente de um país terceiro a partir de um navio ou avião através de um PIF para um outro meio de transporte homólogo num mesmo porto/aeroporto, dentro de uma mesma área de supervisão aduaneira ou zona franca responsáveis pela importação e exportação da mesma” (DEFRA, 2012, p.4, tradução livre).

Tal como no ponto anterior, no caso de uma remessa objeto de transbordo de um navio/avião para outro, dentro da zona aduaneira do mesmo porto/aeroporto, quer diretamente quer após descarga no cais/terminal é obrigatório a receção do aviso prévio no PIF de entrada por parte do Interessado no Carregamento (IC), ainda que este não seja o PIF de destino final dos produtos. O tempo de permanência do produto no respetivo porto, determinará as exigências e os procedimentos inspetivos a efetuar por parte da autoridade veterinária no PIF.

Assim, caso a remessa permaneça até ao sétimo dia desde a sua chegada ao PIF, somente será efetuado o controlo documental da parte 1 do DVCE, desde que este documento esteja devidamente preenchido e cumpra as condições comunitárias exigidas. Se o período de armazenagem se mantiver entre 7 a 20 dias, o veterinário oficial deverá executar um controlo documental e preencher os campos referentes às situações de transbordo no DVCE. Na circunstância do período armazenamento ser superior a 20 dias, o veterinário oficial realizará um controlo veterinário mais abrangente – como mínimo um controlo documental e de identidade da remessa.

Sempre que haja motivos de suspeita ou dúvida relacionados com perigo para a saúde pública e animal, as autoridades devem por em prática os atos inspetivos mais adequados a cada situação – controlos físicos, análises laboratoriais (Decisão 2011/215/UE, relativa à Diretiva 97/78/CE do Conselho no que diz respeito a operações de transbordo no PIF de introdução de remessas de produtos destinados a importação para a UE ou para países terceiros) (Tabela 8).

Tabela 8. Controlos veterinários realizados em situações de transbordo de remessas em PIF portuários.

Período de tempo	Tipos de controlos
< 7 dias	Verificação do Pré-aviso
7- 20 dias	Controlo documental
> 20 dias	Controlo documental, de identidade e físico

1.10.4. Remessas destinadas a armazenamento em zonas francas, entrepostos francos e entrepostos aduaneiros.

Trânsito indireto: movimento de remessas desde o PIF de entrada na comunidade para uma zona franca, entreposto franco ou aduaneiro e entreposto de abastecimento de meios de transporte marítimo transfronteiriço. Seguidamente são expedidas através de um PIF de saída, de um navio ou fornecedor de navios, deixando as águas costeiras do território da UE (DEFRA, 2012, p.4, tradução livre).

Conforme o ponto 1 do artigo 12º da Diretiva 97/78/CE, as remessas de produtos provenientes de países terceiros só podem ser admitidas pela autoridade competente se o interessado no carregamento tiver previamente declarado que o destino final destes produtos é a colocação em livre prática num dos EM ou então se se trata de um outro destino final a especificar, discriminando adicionalmente o cumprimento ou não das condições de importação. Estes locais estão devidamente equipados e aprovados para receber e armazenar produtos não conformes segundo os requisitos para a importação na UE, uma vez que estes não se destinam ao mercado europeu, mas sim a países e territórios terceiros. Assim, estes entrepostos deverão cumprir uma série de requisitos específicos para o controlo de produtos que não satisfaçam as exigências comunitárias (conforme o ponto 4 do artigo 12 da Decisão 97/78/CE) e deverão ser estreitamente controlados pelas autoridades competentes – aduaneira e veterinária. De salientar os seguintes aspetos mais relevantes:

- Deverá consistir num local fechado com pontos de entrada e saída, sujeitos a um controlo permanente pelo responsável do entreposto; no caso de entrepostos situados numa zona franca, o conjunto da zona deve ser fechado e estar colocado sob controlo permanente da autoridade aduaneira;
- Terá que dispor de uma contabilidade diária de todas as remessas que entram ou saem do entreposto, referindo a natureza e a quantidade dos produtos por remessa e o nome e endereço do destinatário. Essa contabilidade deve ser conservada durante pelo menos três anos;
- Haver uma separação física dos locais de armazenagem e/ou de refrigeração que permita armazenar os produtos não conformes à regulamentação veterinária;
- As autoridades competentes terão que verificar a manutenção das condições de aprovação dos entrepostos;
- Terão que ser dadas garantias de um controlo eficaz das entradas e saídas do entreposto, e durante os horários de acesso haver uma supervisão pela autoridade veterinária. Em particular, estas deverão zelar para que os produtos não conformes às exigências comunitárias não possam sair das instalações ou compartimentos sem o acordo da autoridade competente;

- Deverão ser realizados todos os controlos apropriados, a fim de evitar qualquer alteração ou substituição dos produtos armazenados em entrepostos ou qualquer mudança de embalagem, de acondicionamento ou de transformação;
- As remessas só poderão ser introduzidas nas zonas francas, nos entrepostos francos ou nos entrepostos aduaneiros quando munidas de selos aduaneiros;
- As remessas não poderão ser objeto de transferência entre estes entrepostos.

Devido ao não cumprimento das condições sanitárias europeias, estes produtos caracterizam-se por representarem um risco adicional para a sanidade pública e animal, pelo que, devem ser subordinados a controlos suplementares que certifiquem a sua correta manipulação durante o transporte, armazenamento e entrega, a fim de acautelar a sua introdução no mercado intracomunitário. Consequentemente e de acordo com a Decisão 2000/571/CE, que estabelece a metodologia dos controlos veterinários de produtos provenientes de países terceiros destinados a zonas francas, entrepostos francos, entrepostos aduaneiros ou operadores de meios de transporte marítimo transfronteiriço, os controlos veterinários devem ser conduzidos de forma particular, submetendo todas as remessas entregues num entreposto a um controlo documental e de identidade durante a armazenagem e antes da saída para verificar a sua origem e destino. O controlo de identidade efetuado nestes casos consiste numa verificação do número de caixas de cada partida completa ou fração desta a ser expedida, verificação do número do DVCE aposto no selo de cada caixa, verificação da rotulagem respeitante à natureza, país de origem e estabelecimento do produto (NVWA, 2013). O controlo físico não será exigido, exceto por motivos de suspeitas fundamentadas de fraude ou irregularidades denotadas nos controlos anteriores. Também o certificado veterinário que acompanha este género de remessas à chegada ao PIF deverá corresponder ao modelo estabelecido no Anexo da Decisão 2000/571/CE (ver Anexo 3).

No caso de divisão de uma remessa em partes para posterior expedição, deve ser emitido um novo DVCE para cada uma e anexada uma fotocópia autenticada do certificado sanitário original – bilingue caso seja necessário (Artigo 5º do Regulamento (CE) 136/2004). Estes documentos acompanharão cada lote até ao seu destino final. Após a expedição destas, a sua chegada deve ser comunicada às autoridades oficiais do PIF – devolução do certificado sanitário assinado pelo capitão do navio ou pelo responsável pela verificação da remessa – num prazo máximo de 30 dias após a saída, devendo, em caso contrário, o fato ser comunicado às autoridades aduaneiras para investigação (NVWA, 2013).

1.10.4.1. Remessas destinadas a abastecimento de meios de transporte marítimo transfronteiriço.

Integrado nestes entrepostos, existem operadores específicos fornecedores diretos dos meios de transporte marítimos de produtos destinados ao abastecimento da tripulação e passageiros, devendo obedecer a requisitos próprios (ponto 1 do Artigo 13º da Diretiva 97/78/CE), para além dos estatutos referidos no ponto anterior da presente dissertação:

- Abastecer-se unicamente de produtos que não podem ser objeto de qualquer transformação, salvo se a matéria satisfazer os requisitos comunitários;
- Dispor de instalações fechadas cujas entradas e saídas estejam sujeitas a um controlo permanente do responsável do entreposto, caso não se encontre dentro de uma zona franca;
- Comprometer-se a não entregar os produtos para consumo dentro do mercado comunitário;
- Os operadores deverão zelar pela garantia do abastecimento dos passageiros e do pessoal de bordo fora das zonas costeiras, caso os navios sejam abastecidos por produtos que não satisfaçam as exigências comunitárias.

Dentro deste género de entreposto, existe ainda um especialmente aprovado que se caracteriza por – de acordo com o ponto 2 do Artigo 13º da Diretiva 97/78/CE:

- Um armazenamento de curta duração;
- Localizado na mesma área portuária correspondente ao PIF de chegada da remessa;
- Os produtos não poderão, em circunstância alguma, sair da zona portuária rumo a outro destino;
- O transporte desde o entreposto de origem até ao porto de destino deve ser efetuado sob vigilância aduaneira.

A transferência de remessas de um entreposto franco (Artigo 12º, n.º 4 da Diretiva 97/78/CE) para um destinado ao abastecimento de meios de transporte marítimo transfronteiriço (Artigo 13º, ponto 1 da Diretiva 97/78/CE) deverá ser criteriosamente controlada e a sua chegada comunicada o mais depressa possível à autoridade competente. O transporte deverá ser feito a coberto de um formulário de controlo aduaneiro T 1, com a menção, no certificado de acompanhamento (2ª alínea do ponto 8 da Diretiva 97/78/CE). Após a chegada da mercadoria ao entreposto de destino, o veterinário oficial deverá carimbar o certificado original com a designação “13.1” e verificar a colocação do autocolante identificativo homólogo em todas as caixas ou paletes correspondentes, garantindo desta forma a mudança de estatuto da remessa ou lote em questão (NVWA, 2013). A administração da empresa terá a responsabilidade de tratar de todos os trâmites burocráticos implícitos no seu sistema de contabilidade e transação de remessas.

2. FUNCIONAMENTO DOS PIF DE LISBOA E ROTERDÃO

No decurso do estágio realizado foi possível observar e registar o modo como se desenvolvem as diferentes tarefas próprias dos atos de “controlo veterinário” nos PIF portuários de Lisboa e Roterdão.

2.1. Disposições Gerais

2.1.1. PIF de Lisboa

O PIF de Lisboa está fisicamente instalado no porto de Lisboa, é o principal PIF em Portugal. Dentro do território português é o local de entrada que recebe maior número de remessas de produtos de origem animal oriundos de países terceiros e destinadas serem introduzidas na UE.

Os controlos efetuados pelos veterinários oficiais no PIF de Lisboa são coordenados pela DGAV juntamente com a DSAVRLVT sob a tutela do Ministério da Agricultura e do Mar.

As suas instalações são constituídas por um escritório central, localizado no edifício da Delegação Aduaneira de Alcântara Norte e por dois centros de inspeção, um maior em Alcântara, no terminal de contentores da “Liscont” e um outro em Xabregas, no terminal de contentores da empresa “Sotagus”.

No gabinete anteriormente citado encontra-se também o serviço responsável pela certificação sanitária de transporte de animais de companhia em viagem para países terceiros.

Como anteriormente especificado, nos centros de inspeção de Alcântara e Xabregas (Porto de Lisboa) é apenas autorizado o controlo veterinário de produtos transportados em contentores a cargo de companhias marítimas, não sendo autorizado o transporte de animais vivos (Tabela 9).

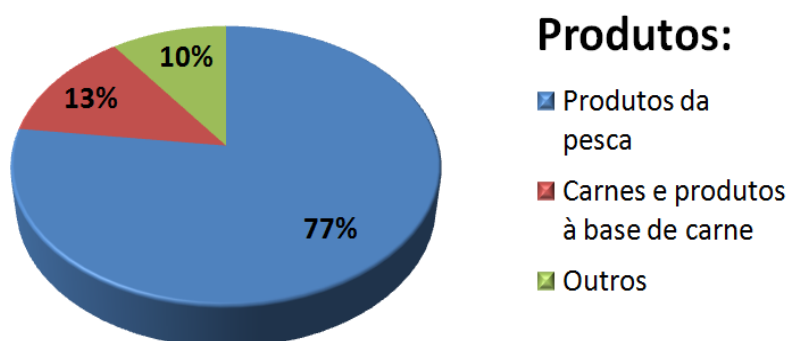
Tabela 9. Centros de Inspeção do PIF do porto de Lisboa e tipos de produtos admitidos a controlo (Decisão 2001/881/CE).

PIF	Centro de Inspeção	Produtos
Porto de Lisboa	Alcântara	CH(2), NCH
	Xabregas	CH, NCH-T(FR), NCH-NT

Legenda: CH = Todos os produtos destinados a consumo humano. NCH = Outros produtos. NT = Sem requisitos de temperatura. T = Produtos congelados/refrigerados. T (FR) = Produtos congelados. (2) = Apenas produtos embalados.

Entre os anos de 2007 e 2012 inclusive, foi registada, anualmente, em média, a entrada no porto de Lisboa de cerca de 3.400 remessas sujeitas a controlo oficial (dados anuais do PIF Lisboa). Entre a grande diversidade de produtos que chegam a este porto, os que se destinam ao consumo humano são os mais representativos. Entre eles destacam-se os produtos da pesca, seguido dos produtos à base de carne (Gráfico 1). Ambos, na sua grande maioria, encontram-se acondicionados sob condições de congelação.

Gráfico 1. Proporção dos diferentes produtos de origem animal recebidos no PIF de Lisboa destinados ao consumo humano entre 2011 e 2012 (DGAV, 2013).



Dos restantes produtos destacam-se: caldos, dobrada, gelatina, lactose, mel, óleo de peixe, molhos (carne, ostra, peixe, queijo), ovos e tripas.

Os produtos não destinados ao consumo humano – alimentação animal e indústria – constituem anualmente uma pequena percentagem (aproximadamente 7%) do total de remessas sujeitas a controlo neste PIF.

2.1.2. PIF de Roterdão

O PIF de Roterdão está inserido numa área portuária de 10 500 ha, com 40 Km de extensão, sendo considerado o maior porto europeu e o quinto a nível mundial em termos de transação de carga (NVWA, 2013). É o local de entrada no território holandês de quase 75% do total de remessas que carecem de controlo veterinário, com uma média anual de 60 000 remessas. Devido à sua localização geográfica privilegiada, é considerado um ponto estratégico no que respeita às trocas comerciais com o resto do mundo – 80% do volume de transações registado neste porto provem ou destina-se a outros EM dentro da UE (NVWA, 2013).

Os controlos veterinários neste país são da responsabilidade da autoridade competente holandesa - *Nederlandse Voedsel en Waren Autoriteit* (NVWA).

O PIF de Roterdão contabiliza um total de quatro centros de inspeção e um escritório central – inserido no edifício pertencente às autoridades alfandegárias – *Douane Post*, Reeweg. Com exceção do centro de inspeção localizado em Maasvlakte – Eurofrigo Karimatastraat – os restantes encontram-se aprovados apenas para procederem à execução de controlos de produtos destinados ao consumo humano (Tabela 10).

À semelhança do PIF Lisboa, as remessas de produtos congelados destinados ao consumo humano são as mais frequentes, sendo que dentro desta categoria, as remessas de produtos de carne de ave (*Gallus gallus*) são os que registam maior número de chegadas ao porto. Por seu lado, os produtos de origem animal não destinados ao consumo humano, representam uma percentagem residual no total de remessas sujeitas a controlo.

Tabela 10. Centros de Inspeção do PIF do porto de Roterdão e tipos de produtos admitidos a controlo (Decisão 2001/881/CE).

PIF	Centro de Inspeção	Produtos
Porto de Roterdão	<i>Wibaco B.V.</i>	CH-T(FR)(2), CH-NT(2)
	Frigocare B.V.	CH-T(2)
	Eurofrigo Karimatastraat	CH, NCH-T(FR), NCH-NT
	Eurofrigo Abel Tasmanstraat	CH

Legenda: CH = Todos os produtos destinados a consumo humano. NCH = Outros produtos. NT = Sem requisitos de temperatura. T = Produtos congelados/refrigerados. T (FR) = Produtos congelados.
(2) = Apenas produtos embalados.

Existem também diversos tipos de entrepostos dispersos por este porto, com o desígnio de armazenar todos os produtos que não respeitam as regras de harmonização europeias e que se destinam a trocas comerciais entre territórios terceiros.

Tabela 11. Tipos de entrepostos existentes no porto de Roterdão (NVWA, 2013).

Entrepostos	Tipo de Aprovação (artigo da Diretiva 97/78/UE) ¹
Eurofrigo B.V.	12.4
H. Fewerda B.V.	12.4 – 13.1 – 13.2
A. Riva B.V.	12.4 – 13.1 – 13.2
Klevenberg Shipping Centre	12.4 – 13.1 – 13.2
Neko Ship Supply B.V.	13.2
Handelsmaatschappij v/h Fa. W. van Glist	13.2
J en L van Ouwerkerk B.V.	13.2
Geordick Shipstores B.V.	13.2
Pol-Marine Shipstores B.V.	13.2
Ship Shares Logistics B.V.	13.2

¹ Consoante o tipo de aprovação atribuído segundo os artigos da Diretiva 97/78/EU:

- Artigo 12.4 – Entrepostos aduaneiros e entrepostos francos

- Artigo 13.1 – Fornecimento de navios

- Artigo 13.2 – Entrepostos com aprovação especial

Nas salas de inspeção de ambos os PIF, foi possível registar a existência dos seguintes materiais e equipamentos de trabalho:

- Bancadas de dimensões adequadas à receção e disposição dos produtos e com superfície inerte e impermeável de fácil lavagem, limpeza e desinfeção;
- Serras elétricas destinadas ao corte de produtos congelados;
- Potenciómetros;
- Balanças analíticas eletrónicas;
- Sacos próprios para recolha de amostras (estéreis e foto-opacos);
- Arcas congeladoras e frigoríficas para o armazenamento de amostras;
- Produtos de limpeza e desinfeção das mãos (e.g. sabonete e desinfetante líquido);
- Papel para secagem de mãos e superfícies;
- Banca com abastecimento de água fria e quente com torneiras de abertura não manual;
- Equipamentos e produtos de limpeza e desinfeção devidamente localizados, adequados à higienização de todo o material e superfícies.

2.2. Estruturas

No âmbito das exigências da UE relativas à aprovação de cada PIF, e independentemente da relevância que cada um exerce no panorama europeu e mundial, no que diz respeito a este assunto foram detetadas algumas disparidades entre estas duas realidades e que são relevantes para a questão da harmonização de processos.

2.2.1. PIF de Lisboa

No que concerne ao gabinete do PIF de Lisboa, instalado no edifício da delegação aduaneira de Alcântara Norte, este encontra-se inserido num edifício antigo, com problemas

Figura 3. Edifício da Delegação Aduaneira de Alcântara Norte.



relacionados com o seu estado de conservação. Este, tal como os centros de inspeção anexos ao PIF, apresenta um nível de conforto térmico e fonte de luminosidade natural deficientes. Nos centros de inspeção de Alcântara e Xabregas é notória a limitação da zona espacial da ação no local destinado à descarga dos contentores. Esta limitação dificulta a possibilidade

de intervir nas situações em que é necessário desconsolidação total ou parcial das remessas, criando um sério problema de logística no porto.

2.2.2. PIF de Roterdão

Já no caso holandês, a situação atual é bastante distinta. O edifício dos serviços aduaneiros é uma estrutura moderna em boas condições de manutenção, dispondo de um amplo espaço de trabalho, com um aproveitamento eficiente das fontes de luminosidade natural e acondicionamento térmico. Independentemente do tamanho e contemporaneidade, os centros de inspeção e entrepostos francos, apresentam condições estruturais e espaciais bastante satisfatórias proporcionando condições favoráveis para a realização dos atos inspetivos perfeitamente adaptados ao volume de remessas recebidas. A título de exemplo, nas instalações da Eurofrigo b.v. Abel Tasmanstraat, o maior centro de inspeção em Roterdão, existem duas salas independentes e isoladas fisicamente, com o objetivo de se proceder separadamente aos controlos de produtos cárneos produtos da pesca, respetivamente.

Figura 4. Edifício da Autoridade Aduaneira Holandesa em Reeweg, Roterdão.



2.3. Organização dos Recursos Humanos

A existência de desproporções relativas à dimensão e tráfego de mercadorias de cada porto representa implicações distintas a nível organizacional das equipas que desempenham os controlos veterinários oficiais.

2.3.1. PIF de Lisboa

Em Lisboa, os recursos humanos estão a cargo da DGAV - autoridade competente oficial portuguesa – existindo apenas uma equipa constituída por seis veterinários oficiais, orientada por um veterinário oficial responsável, encarregado dos controlos efetuados em ambos os PIF, o do aeroporto e o do porto de Lisboa. Através de um escalonamento rotativo realizado mensalmente, dois elementos são destacados diariamente para efetuarem os controlos no porto de Lisboa – um incumbido das remessas atendidas em Alcântara e outro em Xabregas. Outros três são distribuídos em turnos (matutino, vespertino e noturno) no PIF do aeroporto de Lisboa. Os restantes veterinários têm a seu cargo a realização de trabalho

administrativo, específico ou preenchimento de folgas (após realização do turno noturno no aeroporto). Para além dos controlos de que são responsáveis, a cada veterinário é atribuída uma área de intervenção e estudo específica no âmbito dos controlos veterinários fronteiriços – legislação europeia e nacional, sistemas TRACES e RASFF, dados estatísticos relativos às remessas, comunicação entre os diversos PIF da Europa e relatório de rejeições. Cada um trata dos assuntos correspondentes, desde atualizações, registos, comunicações, devendo informar sempre que necessário toda a equipa sobre dados relevantes. No porto de Lisboa estão também presentes dois técnicos auxiliares que colaboram no trabalho administrativo, recolha e introdução de informação nas bases de dados, como também na colheita e transporte de amostras para análise.

2.3.2. PIF de Roterdão

Analisando a organização dos grupos de trabalho em Roterdão, estes são constituídos por várias equipas, cada uma responsável por um controlo específico. Assim, relativamente à inspeção documental, existe uma equipa encarregue em exclusivo deste tipo de controlo. Esta é liderada por um chefe de equipa (não veterinário) que coordena e supervisiona todo o trabalho efetuado por cerca de dez veterinários oficiais e de mais quatro técnicos auxiliares. Devido ao grande volume diário de remessas que carecem deste tipo de controlo, esta equipa funciona em estreita cooperação com uma outra, constituída por funcionários alfandegários devidamente formados para estas tarefas de controlo. Ambas partilham o espaço de trabalho com a equipa veterinária, facilitando assim a própria intercomunicação. Neste âmbito de funcionamento do controlo documental, são implementados vários sistemas de controlo interno. Mensalmente, e de modo escalonado, o chefe de equipa delega num veterinário a função de detetar erros cometidos por cada funcionário alfandegário. Esta atividade visa identificar individualmente o tipo de erro mais comum registado durante este período e o seu correspondente esclarecimento e correção. A nível do grupo veterinário, também se fazem semanalmente *checkups* aleatórios de autocontrolo sobre falhas detetadas *a posteriori* do controlo documental e reuniões sobre casos relevantes, de modo a promover a uniformização de procedimentos e decisões.

Devido à estruturação organizacional deste departamento, em determinados dias cada veterinário tem a possibilidade de, mediante as tarefas imputadas, poder trabalhar a partir de casa.

Quanto aos restantes controlos – identidade e físico – quer nos centros de inspeção, quer nos entrepostos francos, estão sob a coordenação de duas equipas distintas. Estas são constituídas por veterinários oficiais e auxiliares técnicos de inspeção sob a orientação de um chefe de equipa não veterinário.

2.4. Organização e Descrição dos Controlos Veterinários

No seguimento do cumprimento dos princípios relativos à organização dos controlos veterinários por parte destes dois PIF, as diferenças observadas entre cada um, relativas às suas disposições estão estritamente relacionadas quer com o movimento de cada porto quer com os recursos que cada autoridade veterinária dispõe de modo a poder proceder às referidas inspeções.

2.4.1. PIF de Lisboa

Como já foi anteriormente referido, no PIF portuário de Lisboa, a cada veterinário oficial é incumbida a tarefa de atender diariamente a todos os tipos de controlo – documental, de identidade e físico – respeitante a cada remessa. Todos os procedimentos aqui realizados têm por base um manual de procedimentos que transcreve na íntegra a legislação europeia e nacional aplicada aos controlos veterinários dirigidos às importações de produtos originários de países terceiros.

Inicialmente, o inspetor oficial recolhe todos os pré-avisos existentes (parte 1 do DVCE), que deram entrada no dia anterior e principia o controlo documental de cada partida. O veterinário efetua todas as diligências necessárias, através do sistema TRACES, começando por comparar os dados existentes no certificado sanitário e na plataforma, assim como confirmar a presença ou ausência de qualquer estabelecimento em rede de alerta (RASFF via TRACES). Posteriormente, e caso o referido controlo tenha sido aprovado, entra em contacto com o despachante e acompanhado por este desloca-se para o centro de inspeção estabelecido para poder dar início aos restantes procedimentos. Neste local, auxiliado por um funcionário do porto, que procede à abertura e ao encerramento das portas do contentor, ao transporte das caixas ou paletes para a sala de inspeção, o veterinário realiza todos os controlos necessários referentes a cada produto. Após a conclusão destes, emite a sua decisão, que regista no sistema TRACES e imprime, carimba e assina as respetivas versões do DVCE entretanto completado (em triplicado). Duas destas cópias – a que acompanhará a remessa até ao seu destino e a que segue para as autoridades alfandegárias – são entregues ao despachante a fim de este poder levantar os produtos – enquanto que a terceira versão fica na posse do veterinário oficial para se proceder posteriormente ao seu arquivamento no gabinete dos serviços veterinários. Terminada a inspeção diária e de volta ao gabinete do PIF, o veterinário analisa todos os novos pré-avisos, afere o seu correto preenchimento e regista a existência de estabelecimentos em rede de alerta para poder ser dada a devida autorização de controlo veterinário das remessas a processar nos dias subsequentes.

2.4.2. PIF de Roterdão

Já em Roterdão, em cada departamento e nas várias instalações deste PIF, encontra-se implementada e arquivada uma lista de procedimentos oficiais com base na legislação europeia e holandesa, que define e descreve pormenorizadamente todo o modo de execução e processo de decisão inspetivo das remessas de produtos de origem animal:

- BPR 16: Sinalização das remessas sujeitas a controlo veterinário;
- BPR 17: Procedimento de transbordo de mercadorias;
- BPR 18: Controlo documental de produtos e verificação dos DVCE correspondentes;
- BPR 19: Verificação de identidade de produtos;
- BPR 20: Controlo físico dos produtos;
- BPR 21: Procedimento aplicado à intenção de retenção de remessas;
- BPR 22: Procedimento aplicado à intenção de rejeição de remessas;
- BPR 23: Processamento do DVCE na plataforma VGC e constituição de arquivos para produtos de origem animal;
- BPR 30: Retorno de remessas ao país de origem (NVWA, 2013, tradução livre).

Neste PIF, toda a documentação que acompanha a remessa à chegada ao porto de Roterdão é reencaminhada para o gabinete de controlo documental. Neste local os funcionários alfandegários são responsáveis pela verificação e introdução de dados dos pré-avisos na plataforma VGC. Posteriormente procedem ao controlo documental inserindo o seu resultado em formato digital no sistema informático (VGC), bem como a digitalização do certificado sanitário correspondente a cada remessa e sua introdução no sistema informático. Caso não se registre qualquer não-conformidade documental ou dúvida com o processo em questão, este é enviado para o centro de inspeção específico. Caso contrário, terá que ser remetido e analisado pela equipa veterinária responsável pelo controlo documental. A partir do sistema VGC cada veterinário consulta o motivo pelo qual o controlo prévio não foi satisfatório, podendo em caso de dúvida pedir esclarecimentos diretos ao funcionário da alfândega que procedeu ao controlo. A revisão de todo o processo é executada através do sistema TRACES e auxiliada pela plataforma IVO. É conferida também a concordância dos dados do certificado com os elementos inseridos no sistema VGC de forma a ser consumado o controlo documental e a ser tomada uma decisão. No final de cada dia, toda a documentação aprovada segue então para os centros de inspeção e entrepostos respetivos, onde são executados os restantes atos inspetivos.

Nos centros de inspeção e nos diferentes entrepostos, os controlos de identidade e físicos podem ser executados quer por veterinários quer pelos auxiliares técnicos, ainda que a responsabilidade destes seja efetivamente assumida por cada veterinário oficial. A este compete proceder a revisões do processo de controlo documental e aferir a presença de notificações da rede de alerta sobre os estabelecimentos de origem dos produtos ou sobre os próprios produtos. É também também sua a função de verificar os resultados obtidos

durante a inspeção, caso esta tenha sido efetuada por um auxiliar e ainda assinar e carimbar todos os documentos oficiais, inserir na plataforma VGC os dados relativos aos controlos de identidade, físico e de recolha de amostras para análise (caso necessário), decidir e comunicar o resultado final.

Em particular, nos controlos realizados nos diferentes entrepostos, durante a separação das remessas, o veterinário oficial é incumbido de executar o controlo de identidade das caixas e paletes respeitantes aos diferentes lotes para expedição – contagem total das diferentes unidades, número do DVCE, aposição da descrição da natureza do produto e país de origem – assim como da colocação do respetivo selo aduaneiro. Sempre que é detetada uma “não conformidade” relativa a condições sanitárias dos produtos, o controlo físico só é executado se forem verificadas, em qualquer uma das fases de controlos anteriores, determinadas irregularidades de carácter sanitário ou se houver suspeita de fraude. Esta inspeção é realizada em instalações devidamente isoladas, que posteriormente são submetidas a uma profunda e eficaz higienização.

A verificação semanal do *stock* de produtos presentes no entreposto é da responsabilidade dos assistentes técnicos, fazendo a correspondência entre estes e os dados fornecidos pela empresa, garantindo assim a correta rastreabilidade de cada remessa e dos respetivos lotes.

2.5. Material e Equipamento Técnico

Comparando os recursos físicos disponíveis em cada um dos PIF, foram manifestas as diferenças detetadas. Essas diferenças refletem-se nas capacidades de desempenho no plano prático.

2.5.1. PIF de Lisboa

Relativamente aos sistemas eletrónicos e informáticos instalados no PIF de Lisboa – computadores, impressoras, internet – embora em bom estado de conservação, não possuem grande desenvolvimento tecnológico, manifestando pouca celeridade no processamento de dados e comunicação. Também o recurso a equipamentos para acondicionamento térmico (frio) de amostras e remessas é algo limitado.

Importa referir também que, devido em grande parte à conjuntura atual que o país atravessa, se pôde verificar uma parca disponibilidade e evidente poupança no uso de material consumível (e.g. papel e *toners*) havendo um cuidado especial na restrição à impressão documental, limitando-se unicamente a documentação estritamente essencial.

No que respeita aos materiais e equipamentos usados nos controlos de identidade e físicos, existentes no centro de inspeção de Alcântara, constata-se que são bastante reduzidos, limitando de certa forma o desenvolvimento pormenorizado dos atos inspetivos.

2.5.2. PIF de Roterdão

Já em Roterdão, nas instalações dos vários centros de inspeção, pôde-se constatar que o material de apoio aos controlos servia por completo as necessidades de cada um, consoante o número de remessas e tipo de produtos recebidos. A todos os veterinários oficiais, membros integrados nas várias equipas do PIF, era atribuído um computador portátil capaz de permitir o acesso à rede interna e proceder à comunicação e consulta necessária durante as operações de controlo das remessas. Já os assistentes e pessoal administrativo dispunham de *desktops* em cada centro de inspeção para poderem proceder às funções delegadas.

Para os veterinários responsáveis pelos controlos nos vários entrepostos do PIF de Roterdão era disponibilizado vestuário adequado, de modo a poderem executar os procedimentos exigidos dentro das câmaras frigoríficas com a devida proteção: calças e casacos térmicos, luvas, gorros e botas de biqueira de aço.

Comparando os recursos físicos disponíveis nos dois PIF é possível constatar diferenças significativas (Tabela 12)

Tabela 12. Diferenças de materiais e equipamento nos PIF de Lisboa e Roterdão.

Materiais	PIF de Lisboa	PIF de Roterdão
Batas	Propriedade pessoal de cada Veterinário	Propriedade da NVWA – Higienização efetuada por empresa subcontratada
Material de corte	Uma faca quer para abertura das caixas e paletes quer para corte dos alimentos	Faca de cabo vermelho – para abertura das caixas Faca de cabo preto – para corte dos alimentos não congelados
Higienizador de facas	Ausente	Presente
Medição de Temperatura	Pirómetro Ótico – medição da temperatura do interior dos contentores e superfície dos produtos	Pirómetro Ótico Termómetro de Contacto com sonda – medição da temperatura interna dos produtos
Equipamento de Micro-ondas	Comum	Industrial – cozimento dos produtos mais uniforme
Máquina de vácuo	Ausente	Presente em alguns centros

		de inspeção (e.g. Eurofrigo e Frigocare)
Manuseamento dos produtos	Higienização das mãos e colocação de luvas descartáveis não estéreis	Higienização e Desinfecção das mãos antes do contato direto com os produtos
Transporte de caixas/paletes	Manual	Através de Empilhadoras
Identificação e encerramento das caixas/paletes	Fita adesiva com impressão oficial do PIF Lisboa	Autocolante oficial do PIF de Roterdão (identificação) Máquina semiautomática de arquear com fita de polipropileno (encerramento)
Encaminhamento da parte remanescente das amostras sujeitas a controlo físico	Contentor de resíduos sólidos urbanos	Contentores separados, consoante o risco do material (categorias 1,2 e 3)

Figura 5. Sala de Inspeção do Centro de Inspeção de Alcântara do PIF Lisboa.



Figura 6. Plataforma do Centro de Inspeção de Alcântara do PIF de Lisboa.



Figura 7. Sala de Inspeção na empresa Eurofrigo Abel Tasmanstraat - PIF Roterdão.



Figura 8. Local de descarga na empresa Wibaco – PIF de Roterdão.



3. CASOS PRÁTICOS

No decurso do estágio realizado nos PIF de Lisboa e de Roterdão surgiram algumas situações que, pela sua peculiaridade podem ser apontadas como exemplos ilustrativos da complexidade e da importância que os “Controlos veterinários oficiais” efetuados nos PIF, têm na proteção da saúde humana e animal na UE e também na EFTA. Referem-se seis casos.

3.1. Controlo veterinário efetuado a uma remessa de migas de paloco do pacífico salgadas e refrigeradas proveniente da China.

No PIF de Lisboa também foi detetada uma situação irregular relativa à importação de uma remessa de migas de paloco salgadas, refrigeradas, proveniente da China durante o mês de fevereiro de 2013 (Tabela 13).

Tabela 13. Elementos relativos à importação de uma remessa de migas de paloco salgadas refrigeradas, proveniente da China.

Remessa	Informações
Descrição	Produto de origem animal para consumo humano
Destino	Importação para a UE
Natureza da mercadoria	Paloco do Pacífico (<i>Theragra chalcogramma</i>)
Quantidade / Peso líquido	198 caixas / 1927,2 Kg
País de Origem	China
País de destino	Portugal
PIF de entrada	Lisboa (Portugal)
Data	18 de fevereiro de 2013

O procedimento de controlo documental foi dado previamente como satisfatório (conforme). O veterinário oficial deslocou-se desde o edifício da alfândega até às instalações frigoríficas do porto de Lisboa para proceder aos controlos de identidade e físicos da remessa referida na tabela 13.

À chegada ao referido local o veterinário oficial foi alertado, pelo motorista do camião, para o fato de o contentor selecionado para inspeção estar a verter água pela parte inferior das portas.

Com a maior brevidade, foi iniciado o controlo de identidade da remessa. Antes de se proceder à abertura do contentor, foi possível observar de imediato alguma água a escorrer desde o seu interior. Verificou-se então o número do contentor e o número de selo. Após a abertura das portas não se detetou qualquer tipo de cheiro anormal. Foi então imediatamente medida a temperatura do interior do contentor. O termómetro registou um

valor de 4º Centígrados, o que se encontra em conformidade com o intervalo de temperaturas exigido para este tipo de produtos alimentares refrigerados, que é até 7ºC (Decreto-Lei nº 25/2005). Seguidamente foi possível constatar a correta identificação das caixas, cada qual com o respetivo número e nome do estabelecimento aprovado e indicado no certificado, país de origem, espécie animal e peso de cada caixa.

Contudo foi notória a presença de uma pasta de papel sobre toda a parte livre do estrado (Figura 9).

Figura 9. Pormenor do interior do contentor na zona livre do pavimento.



Figura 10. Pormenor de caixas à porta do contentor salpicadas com água.



Para além disto constatou-se que algumas caixas inferiores encontravam-se abatidas, enquanto as superiores estavam salpicadas com água (Figura 10). O veterinário ordenou que fossem retiradas oito caixas de diferentes pontos do contentor para se proceder à sua abertura. Das caixas seleccionadas para controlo físico, as colocadas a um nível mais inferior apresentavam o material da embalagem em cartão bastante danificado, enquanto que outras estavam praticamente intactas. No seu interior, o produto a granel estava envolvido por um plástico resistente.

Após a colocação de luvas descartáveis o veterinário oficial procedeu ao exame pormenorizado de todo o conteúdo da mercadoria. Começou por tentar identificar algum cheiro ou aspeto anormal no produto, o que não se verificou. Depois observou algumas migas à contraluz, tentando identificar a presença de algum tipo de parasita muscular no peixe (*Anizakis* spp.), sendo o resultado negativo. Nas duas caixas que se apresentavam danificadas, separou-se o cartão do restante conteúdo que se encontrava dentro do plástico, não aparentando ter havido contato entre a água presente no contentor e as migas. Para finalizar, foi seleccionada uma amostra para prova de cozedura, tendo-se obtido resultados completamente satisfatórios.

Após a realização de todo este processo, o veterinário querendo ter a certeza da origem do problema, entrou em contacto com a empresa de contentores responsável, de modo a poder

obter o registo de temperatura daquele contentor durante todo o seu percurso (registo termográfico).

Como esse tipo de informação não foi disponibilizado de imediato, a mercadoria teve que ficar retida no porto até à chegada do registo solicitado.

Passados dois dias úteis, por correio eletrónico, os resultados foram comunicados ao veterinário responsável pelo controlo. A partir daí pôde confirmar-se que não houve em momento algum quebra da cadeia de frio, nem tão pouco registo de temperaturas negativas no interior do contentor, o que poderia eventualmente ter alterado o estado físico da água.

A remessa foi então aprovada e foi dada a respetiva livre prática, já que, embora tenham ocorrido roturas acidentais significativas das embalagens, correspondiam apenas a uma pequena percentagem do total de caixas, colocadas na zona inferior do contentor, não sendo registada qualquer alteração do produto alimentar. Adicionalmente, durante o restante controlo veterinário não foi possível observar qualquer “não conformidade” que pusesse em causa o estado de conservação do produto.

Não tendo havido, por nenhuma das partes envolvidas, algum tipo de explicação para a presença daquela quantidade de água no interior do contentor, foram colocadas como hipóteses mais plausíveis a má estiva do contentor durante a limpeza deste no local de origem, tendo sido indevidamente escoada a água antes do carregamento ou então devido à entrada de água do mar para o interior do contentor devido a agitação marítima no decurso da viagem.

3.2. Controlo Veterinário efetuado a uma remessa de diversos produtos de origem animal provenientes da China.

Em fevereiro de 2013, no PIF de Lisboa, ocorreu um caso insólito relacionado com uma remessa ilegal de diversos produtos de origem animal provenientes da China, que não estavam declarados no “Manifesto internacional de carga” que acompanhava a mercadoria (Tabelas 14 e 15).

Tabela 14. Elementos relativos à importação de uma remessa ilegal de vários produtos de origem animal provenientes da China.

Remessa	Informações
Descrição	Produto de origem animal para consumo humano
Destino	Importação para a UE
País de Origem	China
País de destino	Portugal
PIF de entrada	Lisboa (Portugal)
Data	20 de fevereiro de 2013

Tabela 15. Elementos relativos à descrição da remessa de vários produtos de origem animal provenientes da China (não declarados no “Manifesto de carga”).

Natureza das mercadorias	Quantidade / Peso Neto
Ovos de “Mil anos”	36720 unidades / 2282 Kg
Sopa de galinha instantânea	1500 unidades / 945 Kg
Batido de leite e frutos variados	6000 unidades / 1944 Kg
Salsichas de porco	20000 unidades / 700 Kg
Patatas de galinha	120 unidades / 18,96 Kg

Um responsável alfandegário do porto de Lisboa solicitou a colaboração dos Veterinários oficiais para a resolução de uma questão que tinha surgido na sequência da deteção dos produtos descritos na tabela 15 inseridos dentro de contentores juntamente com “utensílios domésticos” (pratos de loiça e conjuntos de talheres) (Figura 11).

Figura 11. Amostra dos vários produtos de origem animal provenientes da China não declarados no “Manifesto de Carga” – vista geral (à esquerda) e em pormenor (à direita).



A *priori*, aqueles géneros alimentícios não tinham sido declarados no “Manifesto de Carga” pelo destinatário / interessado na carga, o que só por si já constituía entrave à entrada daqueles produtos no território português. Porém, as autoridades alfandegárias quiseram consultar as autoridades veterinárias com o intuito de perceber se estes produtos cumpriam de facto os requisitos legais para poderem entrar em circulação no mercado. O veterinário oficial, após ter efetuado a leitura dos rótulos, dos produtos, procedeu à abertura cuidada das embalagens. De facto, o exame físico não revelou qualquer alteração no estado de conservação dos géneros alimentícios em causa. Após consulta das listas de produtos de origem chinesa passíveis de poderem ser importados para território europeu, confirmou que os mesmos não possuíam os requisitos de sanidade necessários. Prontamente comunicou ao funcionário da alfândega que tais produtos não podiam obter qualquer aprovação veterinária no ponto de entrada na Europa. A base legal da decisão assenta nas

Decisões da Comissão 798/2008/CE e 994/2002/CE relativamente à importação de leite e produtos de origem chinesa, respetivamente.

O veterinário oficial sublinhou com especial cuidado a referência à interdição de importações de produtos lácteos e de produtos à base de leite provenientes da China. Isto decorre das proibições determinadas pela UE na sequência de sucessivas contaminações, aquando do processamento de leites por melamina, estando por isso até à data proibida toda e qualquer importação de produtos lácteos a partir daquele país. Para além disso colocavam-se questões relativas à identidade e à rastreabilidade dos produtos.

Após esta breve explicação, as autoridades alfandegárias entenderam que o procedimento a seguir seria contactar a pessoa interessada no carregamento e comunicar a intenção de destruição dos bens alimentares contidos nos contentores.

3.3. Controlo veterinário efetuado a uma remessa de peixe congelado proveniente da China.

Um outro caso interessante ocorreu com uma remessa de peixe congelado (arinca e paloco) proveniente da China (Tabela 16).

Tabela 16. Elementos relativos à importação de uma remessa de peixe congelado proveniente da China.

Remessa	Informações
Descrição	Produto de origem animal para consumo humano
Destino	Importação para a UE
Natureza da mercadoria	Arinca fumada (<i>Melanogrammus aeglefinus</i>) e Paloco do Pacífico (<i>Theragra chalcogramma</i>)
Quantidade / Peso líquido	169 caixas / 16400 Kg
País de Origem	China
País de destino	Holanda
PIF de entrada	Roterdão (Holanda)
Data	13 de maio de 2013

Neste caso particular não foi possível acompanhar o controlo documental desta remessa, por ter sido efetuado por um funcionário alfandegário, não tendo sido identificada qualquer “não conformidade” nem tão pouco qualquer dúvida da parte deste. Logo, não houve a necessidade de reencaminhamento para um veterinário oficial responsável pelo controlo documental, seguindo diretamente para o centro de inspeção para se processarem os restantes controlos exigidos.

No centro de inspeção da Eurofrigo b.v. Abel Tasmanstraat, o veterinário oficial responsável procedeu à revisão do controlo documental através da plataforma VGC, tendo confirmado a

correta colocação dos dados referidos no certificado. Posteriormente deslocou-se na companhia de dois auxiliares técnicos para dar início aos processos de controlo de identidades e físico da remessas. Ao entrar no corredor que dá acesso à sala de inspeção foi possível sentir um forte cheiro nauseabundo, que se ia intensificando à medida que se se aproximavam do local onde se encontrava o contentor. Foi então controlado o número do contentor e o número de selo. De seguida foram abertas as portas do contentor e foi possível observar as alterações no seu interior (Figuras 12 e 13).

Figura 12. Caixas de Paloco do Pacífico após a abertura das portas do contentor.



Figura 13. Caixas de Arinca fumada na parte inferior do contentor.



Observaram-se manchas escuras na parte inferior das caixas, presença de gelo aderente às mesmas e também o abatimento das caixas colocadas na posição mais inferior, dentro do contentor. De imediato foi medida a temperatura no interior do contentor (no terço posterior deste), apresentando resultados entre os $-9,2^{\circ}\text{C}$ e os $-6,3^{\circ}\text{C}$, muito superiores ao limite máximo aceitável que é até -15°C (Regulamento (CE) nº 853/2004).

Para se efetuar o exame físico foi retirada uma amostra representativa do contentor, colhida em diferentes zonas, a partir de 10 caixas, como indica a instrução de trabalho para este tipo de situações (Anexo 5).

Quanto ao restante controlo de identidade das caixas de arinca e paloco, estavam corretamente colocadas as marcas do país de origem, estabelecimento e respetivo número de aprovação, espécies e data de congelação do produto.

Quando se procedeu à abertura das caixas foi possível observar a grande quantidade de gelo acumulado interiormente na parte inferior (Figura 14) e algumas alterações do aspeto e da cor dos peixes (Figura 15). Consecutivamente, efetuou-se um controlo de temperatura, tanto à superfície como ao interior do produto. O intervalo de temperaturas registado compreendeu valores entre os $-9,7^{\circ}\text{C}$ e os $+0,8^{\circ}\text{C}$.

Em seguida e escolhendo as caixas em que o peixe apresentava um aspeto e odor aceitável, com o auxílio da serra elétrica, foram cortadas três porções de arinca fumada e

selecionados sete cubos de paloco do pacífico para se proceder à prova de cozedura. As amostras de paloco foram então introduzidas num forno micro-ondas durante 40 segundos. Decorrido o período de aquecimento, foram retiradas do interior do forno. No caso das amostras de arinca, devido à sua espessura, e estrutura intrínseca do próprio peixe, foram colocadas dentro de uma pia com água quente.

Figura 14. Acumulação de gelo no interior das caixas devido à quebra da cadeia de frio.



Figura 15. Alteração de cor da arinca fumada.



Este tipo de procedimento permitiu uma descongelação mais lenta e uniforme do peixe, resultando numa melhor manutenção da sua estrutura para análise. De referir que a amostra de paloco do pacífico não evidenciou qualquer alteração das suas características organoléticas, enquanto que uma amostra de arinca suscitou algumas dúvidas quanto à sua cor após este exame.

Em face desta deteção na primeira fase do controlo físico, com um resultado não satisfatório e seguindo o procedimento indicado, tornou-se necessário aumentar a dimensão da amostra para 14 caixas e recolhe-las de zonas mais interiores do contentor.

Desta vez obtiveram-se valores de temperatura entre os $-18,2$ e $-10,4^{\circ}\text{C}$, havendo um notório registo de temperaturas mais baixas precisamente nas caixas colocadas numa parte mais anterior do contentor. Perante tais factos o veterinário oficial não achou fundamental proceder a mais provas.

Como seria de esperar desde o início da abertura do contentor, complementado pelos resultados obtidos ao longo do controlo físico, a remessa foi considerada no seu todo “não conforme”, devido à interrupção da cadeia de frio registada.

O veterinário de seguida elaborou a intenção de reprovação, determinando que fosse dado como destino à remessa a sua destruição.

Foi durante a seleção das caixas dos diversos locais no contentor que surgiu a possível explicação para o sucedido. O funcionário da empresa que auxiliou nesta tarefa alertou o veterinário oficial para a estiva deficiente do contentor, referindo que existiam colunas de caixas em posições mais anteriores que impossibilitavam de todo a correta circulação de ar

frio para locais posteriores a elas. Isto poderá, de facto, explicar a grande variabilidade de temperaturas registadas nos diversos pontos do contentor.

As disposições regulamentares e a legislação que serviram de base à reprovação da remessa são extensas e complexas. Entre os requisitos legais invocados, consultados a partir das *guidelines* implementadas nos centros de inspeção holandeses, podem referir-se:

- Ponto 2. do artigo 17º da Diretiva 97/78/CE – relativo à implementação de medidas caso o controlo não seja satisfatório;
- Ponto 1.b do capítulo 8º da secção 8 do anexo III e ponto 1.c do artigo 6º do Regulamento 853/2004 – referente à temperatura de transporte de produtos da pesca congelados importados;
- Ponto 1, 2, 5 e 6 do artigo 14º e artigo 11º do Regulamento 178/2002 - requisitos de segurança dos géneros alimentícios e princípios e normas gerais da legislação alimentar aplicados a géneros alimentícios importados para a Comunidade;
- Pontos 2, 3.c e 3.d do artigo 4º e ponto 5 do capítulo 9 do anexo 2 do Regulamento 852/2004 – requisitos gerais e específicos de higiene aplicáveis aos produtos alimentícios suscetíveis de permitirem a reprodução de microrganismos patogénicos ou a formação de toxinas;
- Ponto 1 do artigo 19º do Regulamento 882/2004 – relativo a medidas subsequentes aos controlos oficiais dos géneros alimentícios provenientes de países terceiros;
- Ponto 1 do capítulo 8º do anexo da Diretiva 91/493/CEE – relativamente à temperatura de transporte e armazenamento do produto em questão (produto da pesca congelado).

3.4. Controlo veterinário efetuado a uma remessa de mel proveniente da Guatemala.

Durante o controlo documental de uma remessa, efetuado em maio de 2013 no edifício da alfândega em Reeweg, o funcionário alfandegário reencaminhou a documentação para as autoridades veterinárias, reportando, através da plataforma VGC, uma suposta falta de um certificado de análises de salvaguarda da saúde pública e animal que deveria acompanhar os restantes documentos anexados à remessa (Tabela 17).

Tabela 17. Elementos recolhidos sobre a remessa de mel da Guatemala

Remessa	Informações
Descrição	Produto de origem animal para consumo humano
Destino	Importação para a UE
Natureza da mercadoria	Mel
Quantidade / Peso líquido	200 bidões / 20000 Kg
País de Origem	Guatemala
País de destino	Holanda
PIF de entrada	Roterdão (Holanda)
Data	23 de maio de 2013

O veterinário encarregado do controlo da remessa, servindo-se da plataforma IVO, procedeu à verificação de todos os requisitos necessários impostos pela legislação que suporta a importação deste produto para espaço europeu.

No caso concreto, e segundo a legislação europeia, o mel é um produto considerado “não harmonizado”, não sendo neste caso necessário a inclusão de um certificado de análises a acompanhar a respetiva remessa.

Ao contrário do que acontece com os produtos harmonizados, para o mel também não existe uma lista de estabelecimentos homologados e registados pela UE, mas sim uma lista de países aprovados, que terão de dispor de um plano nacional de vigilância de resíduos aplicado em concordância com os parâmetros de segurança europeus, algo que a Guatemala cumpre, encontrando-se portanto incluída na referida lista.

Quanto ao certificado sanitário que acompanhava a remessa, pôde-se constatar o seguinte:

- Tratava-se de um certificado original;
- Correspondia ao modelo de certificado específico destinado ao tipo de produto em questão, de acordo com o Apêndice VI do Anexo II do Regulamento 1664/2006/CE;
- Estava corretamente carimbado, paginado, assinado e preenchido por um veterinário oficial ao serviço da autoridade competente do país de expedição
- Toda a informação constante no certificado oficial estava de acordo com a que vinha inserida na parte 1 do DVCE

Após a verificação do correto preenchimento do certificado, o veterinário, a partir da plataforma informática VGC, assinalou o controlo documental como “conforme”, podendo assim prosseguir com os restantes controlos no centro de inspeção.

Passados dois dias a documentação encontrava-se no PIF localizado nas instalações da Eurofrigo b.v. Abel Tasmanstraat, para ser efetuado o controlo de identidade e físico da remessa.

Num primeiro momento, no escritório reservado à equipa responsável pelos controlos oficiais, o veterinário oficial procedeu à revisão documental da remessa correspondente.

De seguida, como esta era composta por quatro contentores contendo 50 bidões cada um, o sistema informático (VGC) selecionou aleatoriamente um contentor para se proceder aos controlos.

Após a separação do contentor nas instalações frigoríficas do PIF, na plataforma destinado a produtos não conformes, deu-se início ao controlo de identidade. Começou-se por verificar a correspondência dos números de contentor e do selo com os referidos no certificado sanitário. Em seguida, foi partido o selo que garante o encerramento das portas do contentor durante todo o seu trajeto, desde a origem até à chegada ao local de inspeção em solo europeu.

Quando se abriram as portas do contentor, fez-se a contagem do número de bidões presentes e a verificação da marca do país de origem dos mesmos.

Concluído este processo, o veterinário oficial verificou que dois bidões à porta do contentor estavam com a base virada para cima e em mau estado de conservação (Figura 16).

Figura 16. Disposição dos bidões de mel da Guatemala no interior do contentor.



Figura 17. Certificado de inspeção antinarcóticos da autoridade policial equatoriana.


POLICIA NACIONAL DEL ECUADOR
DIRECCION NACIONAL ANTINARCOTICOS
ADANTINARCOTICOS DEL PUERTO MARITIMO DE GUAYAQUIL CONTECON
CERTIFICADO INSPECCION ANTINARCOTICOS
FECHA EMISION DEL CERTIFICADO 11 DE ABRIL DEL 2013

FECHA	BUQUE	CONTENEDOR	SELLOS ROTOS	SELLOS NUEVOS
05-04-13	CSAV LLANQUIHUE	MEDU6577271	M6EC31354-TU41347- 9655ANN-TS95492	B18128-M4EC54396- 9216ANL

0.111

Como é do conhecimento geral, é a partir dos países latino-americanos que partem grandes quantidades de narcóticos para Europa. Perante tal suspeita o veterinário decidiu imediatamente entrar em contacto com as autoridades do país de origem e a polícia alfandegária local.

Prontamente, via correio eletrónico, as autoridades de origem enviaram um certificado de inspeção antinarcóticos do Equador (Figura 17), pois a mercadoria teria embarcado a partir deste país rumo ao porto de Roterdão, garantindo assim que nada tinha sido identificado como suspeito.

Entretanto chegou ao local a polícia alfandegária, constituída por 3 elementos e um cão pisteiro, que de imediato inspecionou através do olfato todos os bidões que se encontravam no interior do contentor, sem obter um resultado positivo.

Foram então retirados manualmente de dentro do contentor os dois bidões suspeitos, com o auxílio de duas cordas, tendo sido colocados na sua posição natural. Procedeu-se então à sua abertura pelas tampas. Com a ajuda de uma longa vara metálica inspecionou-se em toda a profundidade o interior dos bidões e extraíram-se amostras do seu conteúdo. Os resultados registados no exame físico da amostra indicaram a presença única de mel, através da cor, cheiro e textura.

No final deste controlo, reparou-se que ambos os bidões estavam a verter o seu conteúdo através da base. Esta constatação permitiu identificar a possível causa de os bidões terem sido colocados numa posição diferente dos restantes.

Assim, e após a recolocação dos bidões com a base virada para cima, foram colocados os autocolantes identificativos do controlo veterinário. Por fim, encerram-se as portas e colocou-se o selo pertencente às autoridades veterinárias.

Concluído este processo, o veterinário atribuiu livre prática a toda a remessa de mel.

Assinale-se que pela tarde do mesmo dia chegou ao PIF outro contentor com o mesmo problema.

3.5. Controlo veterinário efetuado a remessa de sangue desfibrinado de vitela proveniente da Austrália.

Durante o mês de maio de 2013 ocorreu um caso relativo à importação de sangue desfibrinado de vitela proveniente da Austrália, que pela sua singularidade merece referência (Tabela 18).

Tabela 18. Elementos relativos à importação de uma remessa de sangue desfibrinado de vitela proveniente da Austrália.

Remessa		Informações	
Descrição		Produto de origem animal para uso como dispositivo médico	
Destino		Importação para um país da EFTA	
Natureza da mercadoria		Sangue desfibrinado de Vitela	
Quantidade / Peso líquido		20 paletes/ 16 835 Kg	
País de Origem		Austrália	
País de destino		Suíça	
PIF de entrada		Roterdão (Holanda)	
Data		30 de maio de 2013	

Antes de se proceder à descrição deste caso, é importante referir que a Suíça, assim como a Noruega, o Liechtenstein e a Islândia, pertencem à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA). Esta é uma organização de comércio sem barreiras alfandegárias entre aqueles quatro países europeus que operam em paralelo com a UE. Neste contexto, embora não façam parte da UE, o estatuto adquirido em relação aos controlos veterinários e trocas comerciais é equiparável a qualquer outro dos 28 EM.

De salientar também, segundo a legislação comunitária, este como qualquer produto de origem animal destinado a não consumo humano ou animal, carece da apresentação de um documento específico, modelo T5, aquando do controlo veterinário. Este é um documento aduaneiro, preenchido pelas autoridades alfandegárias, no momento em que a remessa entra no país e antes de ser dado o livre-trânsito para poder circular dentro da comunidade. Tem como objetivo ser usado como prova de que as mercadorias para as quais ele foi


Figura 18. Certificado sanitário correspondente à remessa de sangue desfibrinado de vitela proveniente da Austrália.

Porém, durante a verificação dos dados na plataforma VGC e no certificado original, foi detetada a falta de preenchimento da casa destinada à colocação do número de aprovação do estabelecimento de destino, só tendo sido referido o nome e morada da referida empresa (casa nº 10).

Este detalhe ganha especial relevo, pois somente será possível enviar este tipo de produtos para estabelecimentos previamente

aprovados, capazes de garantir condições de tratamento adequadas, aos quais tenha sido atribuído o número de aprovação correspondente. O veterinário oficial decidiu então entrar em contacto imediato com o estabelecimento de destino a partir do nome e morada indicados. Foi solicitada a confirmação da receção da remessa, como também o envio através de correio eletrónico do número de aprovação do estabelecimento para posterior confirmação por parte dos serviços.

Após a resolução desta inconformidade e correspondente aprovação no controlo documental, a remessa seguiu para o estabelecimento indicado para que se procedesse ao controlo de identidade e físico.

 Austrian Government		Health certificate for untreated blood products, excluding of equine, for the manufacture of derived products for purposes outside the feed chain for farmed animals, intended for dispatch to the European Union	
Department of Agriculture, Fisheries and Forestry <i>Einzel- und Viehwirtschaft</i> <i>Einzel- und Viehwirtschaft</i>		Gesundheitscertificaat Voor onbehandelde bloedproducten, met uitzondering van de van paardachtigen, voor de vervaardiging van afgeleide producten voor bestemming buiten de voederketen van landbouwhuisdieren, bestemd voor verzending naar of doorvoer door (2) de Europese Unie	
1.1. Consignor/Verzender Name/Naam: MIDFIELD MEAT INTERNATIONAL PTY LTD Address/Adres: Tel./Tel.:		12. Certificate reference No./Referentienummer (certificaat) 6308596	
1.5. Consignee/Bestemmende Name/Naam: Address/Adres: Tel./Tel.:		13.2. Certificate reference No./Referentienummer (certificaat) 6308596 13.1. Central competent authority/Bewegende centrale autoriteit DEPARTMENT OF AGRICULTURE, FISHERIES AND FORESTRY 13.4. Local competent authority/Bewegende lokale autoriteit AUSTRALIAN QUARANTINE AND INSPECTION SERVICE 13.5. Person responsible for the load in EU In de EU voor de verzending verantwoordelijke persoon Name/Naam: Address/Adres: Tel./Tel.:	
1.7. Country of origin/Land van oorsprong ISO code: AU 1.8. Region of origin/Regio van oorsprong Code: AU 1.9. Country of destination/Land van bestemming ISO code: EU 1.10. Region of destination/Regio van bestemming Code: EU		1.1. Place of origin/Plaats van oorsprong 1.1.1. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.2. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.3. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.4. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.5. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.6. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.7. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.8. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.9. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.10. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.11. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.12. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.13. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.14. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.15. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.16. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.17. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.18. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.19. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.20. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.21. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.22. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.23. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.24. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.25. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.26. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.27. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.28. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.29. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.30. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.31. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.32. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.33. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.34. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.35. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.36. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.37. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.38. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.39. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.40. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.41. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.42. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.43. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.44. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.45. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.46. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.47. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.48. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.49. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.50. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.51. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.52. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.53. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.54. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.55. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.56. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.57. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.58. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.59. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.60. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.61. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.62. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.63. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.64. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.65. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.66. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.67. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.68. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.69. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.70. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.71. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.72. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.73. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.74. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.75. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.76. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.77. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.78. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.79. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.80. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.81. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.82. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.83. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.84. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.85. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.86. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.87. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.88. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.89. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.90. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.91. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.92. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.93. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.94. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.95. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.96. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.97. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.98. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.99. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.100. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.101. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.102. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.103. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.104. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.105. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.106. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.107. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.108. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.109. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.110. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.111. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.112. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.113. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.114. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.115. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.116. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.117. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.118. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.119. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.120. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.121. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.122. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.123. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.124. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.125. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.126. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.127. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.128. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.129. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.130. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.131. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.132. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.133. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.134. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.135. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.136. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.137. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.138. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.139. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.140. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.141. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.142. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.143. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.144. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.145. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.146. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.147. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.148. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.149. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.150. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.151. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.152. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.153. Place of destination/Plaats van bestemming 1.1.154. Place of destination/Plaats van bestemming 	

3.6. Controlo veterinário efetuado a uma remessa de carne (lombos) de bovino proveniente dos Estados Unidos da América.

No início do mês de junho de 2013 foi possível acompanhar um caso relacionado com uma remessa de carne de bovino proveniente dos EUA, em trânsito para o Congo (Tabela 19).

Tabela 19. Elementos relativos ao trânsito de uma remessa de carne de bovino proveniente dos Estados Unidos da América (EUA).

Remessa	Informações
Descrição	Produto de origem animal para consumo humano
Destino	Em trânsito para país terceiro
Natureza da mercadoria	Lombos de bovino (<i>Bos taurus</i>)
Quantidade / Peso líquido	140 caixas / 2800 Kg
País de Origem	EUA
País de destino	Congo
PIF de entrada	Roterdão (Holanda)
Data	2 de junho de 2013

Este caso é referente a um lote de uma remessa que foi armazenado nas instalações da empresa Fewerda e que seguiu por via marítima para o porto de Antuérpia, tendo o Congo como destino final.

Chegado ao entreposto belga, esta mercadoria foi rejeitada pelo intermediário, devido à suposta falta de qualidade do produto, não tendo sido dada qualquer explicação objetiva sobre qual o aspeto qualitativo em causa.

O lote retornou então a Roterdão e foi alvo de uma nova inspeção pelas autoridades veterinárias.

Durante este novo controlo foram efetuadas verificações documentais e de identidade, não tendo sido registadas quaisquer anomalias no controlo documental da remessa, estando todos os documentos “conformes”. Durante o controlo de identidade, a contagem do número de caixas contendo os lombos de bovino correspondia ao assinalado no certificado, assim como a identificação das mesmas (natureza da mercadoria, quantidade, identificação do estabelecimento e país de origem). Porém observou-se que as caixas se encontravam no interior de um saco de plástico transparente, aberto, sem estar devidamente selado. Para além do mais, não existia qualquer selo, quer o original das autoridades alfandegárias holandesas quer o das autoridades belgas. Esta “não conformidade” corresponde, em termos práticos, a uma falta de garantia de salubridade do produto (falhas na identidade ou rastreabilidade). O veterinário oficial decidiu então entrar em contacto com a empresa local, que recebeu esta mercadoria. Em resposta, com o intuito de poder recomercializar o

produto, esta apresentou um certificado oficial da autoridade veterinária belga a garantir a devida qualidade do produto aquando do controlo efetuado no porto de Antuérpia. Perante esta situação, o veterinário oficial não tendo as garantias totais de segurança que são exigidas, principalmente durante o transporte de retorno até Roterdão, decidiu dar início à intenção de reprovação da totalidade da remessa atribuindo como único destino possível a sua destruição.

Figura 19. Correto encerramento do saco e colocação do selo aduaneiro contendo um lote de uma remessa para expedição.



4. DISCUSSÃO

Ao longo das duas últimas décadas é notável o esforço que a UE tem dedicado aos problemas de polícia sanitária concernentes à saúde pública, à promoção da saúde animal e à proteção do meio ambiente. Essas preocupações têm sido equacionadas levando também em consideração o enquadramento global, nomeadamente em sintonia com as posições das organizações mundiais de saúde humana e animal, ainda mais exigentes neste âmbito. Prova disso é a permanente atualização das medidas legislativas, discutidas e implementadas a nível da comunidade e em todos os EM. Entre os locais de aplicação destas medidas encontram-se os PIF, estruturas fundamentais para levar a cabo o controlo de todos os produtos animais de origem animal e dos alimentos para animais importados de países terceiros. Nesses pontos específicos de acesso ao mercado europeu são aplicadas medidas que servem de barreira seletiva à entrada dos produtos no Mercado único, visando garantir o cumprimento das normas sanitárias e os elevados níveis de higiene exigidos na Comunidade.

Como foi possível constatar, existem, de fato, inúmeras disposições legais dedicadas exclusivamente aos controlos veterinários nos PIF – desde as mais gerais, relativas à sua aprovação e organização, até a legislação aplicada a casos mais particulares, como são exemplo os procedimentos de controlo de determinados produtos oriundos de zonas específicas do globo – de modo a permitir um correto *modus operandi* e uniformização dos processos de decisão final a aplicar aos produtos nos PIF aprovados dispersos por todos os EM. Contudo e como se pode comprovar através do acesso às plataformas informáticas europeias com informação relativa às trocas de mercadorias entre a UE e países terceiros – TRACES e RASFF – foi possível provar que na prática ainda existem ligeiros aspetos que contrariam o desígnio europeu de poder alcançar uma plenitude de standardização dos controlos veterinários entre as remessas. Isto muito provavelmente fica a dever-se à diferente interpretação da legislação vigente por parte das várias autoridades oficiais que coordenam cada PIF. Adicionalmente, existe também um conjunto de leis, de carácter nacional, aplicadas em cada EM que restringem por vezes a entrada de certos produtos com determinadas características levando à geração de mensagens de rede de alerta, sendo que em alguns PIF instalados noutros EM, não são assumidas como relevantes. A título de exemplo, durante o período de estágio foi possível verificar, através do sistema RASFF, enúmeras remessas reprovadas pelas autoridades veterinárias oficiais italianas devido à presença de *Vibrio* spp. em remessas de vários produtos de origem animal. Tal decisão não tem de fato assente uma base legislativa europeia, pelo que embora comunicada a nível central europeu e colocada na rede de alerta, não carece de todo da abertura de um plano de “controlo reforçado” sobre o tipo e origem do produto em questão.

Em termos práticos, e dentro da conceção do mercado comum europeu, não fará de todo muito sentido que uma remessa que cumpra efetivamente as normas sanitárias europeias seja reprovada num determinado PIF devido a limitações ou imposições a nível nacional e por outro lado possa ser aprovada num PIF de um país vizinho, permitindo deste modo ser transportada sem qualquer género de restrições, dentro do território da comunidade, para o local de destino pretendido.

Relativamente aos sistemas utilizados durante os controlos veterinários, a instauração e constante desenvolvimento das plataformas informáticas oficiais de comunicação entre EM e a UE – TRACES e RASFF – têm-se demonstrado pedras basulares no melhoramento dos processos de inspeção veterinária. Estes recursos facultam informações e ferramentas cada vez mais específicas para cada remessa em particular, permitindo uma melhor harmonização dos mesmos controlos e gestão de risco dos produtos em questão. Estas têm comprovado serem cada vez mais fundamentais ao longo dos últimos anos no processo de harmonização dos controlos veterinários e na gestão de risco, principalmente em matéria de segurança sanitária dos alimentos na UE. Todavia estes sistemas, com o progresso eletrónico e desenvolvimento das respetivas interfaces, podem constantemente ser sujeitos a melhorias significativas, de modo a poder alcançar níveis superiores de eficácia nos controlos, melhorando o apoio às autoridades e médicos veterinários oficiais. Com isto poderá ser facilitado o modo de consulta e comunicação de informações detalhadas sobre as remessas, simplificando o seu acesso e garantindo sempre um alto nível de segurança. Esta necessidade de progresso, relativamente às plataformas de comunicação entre os PIF e a nível central, pode ser facilmente compreendida pelo exemplo dos PIF holandeses. Estes recorrem a uma plataforma informática própria – VGC – implementada a nível nacional com capacidades nalguns aspetos superiores ao TRACES e capazes de colmatar algumas lacunas existentes. Neste sistema são notórias, como já foi referido anteriormente, as vantagens quer na parte de consulta de informação, introdução de dados relevantes sobre os controlos efetuados pelos médicos veterinários oficiais quer uma maior facilidade e eficácia referente à intercomunicação entre os diversos PIF.

Quanto à comparação entre as especificidades dos dois PIF de Lisboa e Roterdão foi possível constatar, em termos práticos, uma notória discrepância entre estas duas realidades.

As diferenças no que diz respeito à organização das equipas responsáveis pelos controlos veterinários propiciam níveis de eficácia e rapidez nos controlos algo dissemelhantes. No caso holandês cada equipa de veterinários é formada unicamente com o desígnio de proceder a um determinado tipo de controlo. Para além do mais, contam ainda com o auxílio de técnicos assistentes, promovendo assim, a nível individual dos controlos, uma maior atenção e disponibilidade por parte dos responsáveis em cada um deles. Esta organização possibilita também a elaboração de uma verificação documental e correta introdução de dados de uma mesma remessa por, pelo menos, dois responsáveis durante todo o

processo, diminuindo assim consideravelmente a probabilidade de erro. Ao invés, no caso português, havendo somente um veterinário oficial encarregado do controlo total e completo de cada uma das remessas, a possibilidade de ocorrência de erro no decurso das tarefas será substancialmente maior. Contudo, como foi possível constatar, o papel do médico veterinário no PIF de Lisboa abrange múltiplas tarefas diárias no controlo de cada partida, o que implica a necessidade de uma grande disponibilidade e versatilidade durante a execução do trabalho. Por outro lado, o parco trabalho em equipa registado neste local e por vezes bastante isolado dos outros intervenientes, dificulta de certa forma a eficácia e a uniformização de processos de controlo e de decisão final relativamente ao destino das mercadorias.

Demonstrativo desta conjuntura descrita no PIF do porto de Lisboa, foi o caso do controlo efetuado a uma remessa de óxido de manganês, um oligoelemento utilizado como aditivo nas rações para bovinos. Durante este controlo foi necessário proceder à recolha de amostras para análise da possível presença de contaminantes no produto. De fato, não sendo uma mercadoria frequentemente controlada neste PIF, foi notória a falta de informação demonstrada pelo veterinário oficial responsável pelo controlo, acerca dos métodos de colheita e cuidados a ter aquando da recolha das amostras. Não tendo a possibilidade de na altura poder contactar rápida e facilmente com colega de trabalho, decidiu consultar via internet, uma ficha de dados de segurança de uma marca produtora deste produto, informando-se de todos os cuidados e EPI (Equipamentos de Proteção Individual) necessários para proceder à recolha de amostras. Aliado à inadequação das instalações e materiais para a toma de amostras deste tipo de produto e à fraca qualidade dos EPI existentes, sendo este composto bastante nocivo para a saúde quer por via respiratória quer por via oral, o veterinário correu um sério risco contra a sua integridade física. Devido também em parte às sérias limitações referidas, o processo de colheita não foi processado da forma mais ortodoxa, provocando uma contaminação da área de trabalho dentro sala de inspeção – de referir que o composto é insolúvel em água, apresentando-se em forma de pó de grão bastante fino, sendo por isso de difícil remoção – passível de provocar uma fonte de contaminação cruzada com outros produtos.

Em relação ao PIF de Roterdão, existe efetivamente uma disposição que promove, durante os controlos veterinários, a discussão de ideias e o esclarecimento de dúvidas entre os veterinários, facilitando o trabalho de cada um. Em grande medida favorece a adoção de normas de conduta uniformes para a decisão e de procedimentos padronizados, tendo em vista a melhoria dos controlos veterinários dentro da UE. Esta organização aliada a boas condições de trabalho e de infraestruturas, diligencia uma melhoria dos níveis de concentração e motivacional de cada trabalhador e consequentemente uma melhor execução dos controlos veterinários.

Outro aspeto importante relativamente à distribuição dos controlos é a localização física dos centros de inspeção. No PIF de Lisboa, devido à distância real entre os diferentes locais de controlo, o veterinário tem que se fazer deslocar entre o gabinete instalado no edifício da Delegação Aduaneira de Alcântara Norte e o centro de inspeção respetivo – de Alcântara ou de Xabregas, resultando numa perda de tempo considerável, refletida na sua carga horária e na morosidade de inspeção das remessas.

Já em Roterdão, a disposição verificada tem como vantagem evitar a necessidade de deslocação de qualquer veterinário durante o período de expediente.

Relativamente aos recursos materiais disponíveis, enquanto no PIF de Roterdão se apresentavam em número e condições de manutenção bastante satisfatórias, permitindo, quando necessário um detalhado e rigoroso controlo das mercadorias, no PIF de Lisboa por seu lado, denotou-se uma limitação no material disponível. Adicionalmente, algum dele apresentava-se em falta ou em notório fraco estado de manutenção, limitando nalguns casos mais específicos, carentes de um exame físico mais exaustivo, o aprofundamento dos atos de controlo e o seu correto procedimento – como anteriormente citado no caso do óxido de manganês.

Como assinalado anteriormente, a FVO tem como responsabilidade enviar equipas constituídas por técnicos devidamente formados com o intuito de efetuar auditorias (normalmente de três em três anos) aos PIF europeus. De modo a conduzir a uma melhoria dos controlos veterinários nestes locais, as autoridades competentes nacionais são convidadas a fornecer detalhes sobre as ações realizadas e planeadas, visando abordar diversas recomendações enunciadas no relatório da auditoria dentro de 25 dias úteis após a sua receção, incluindo os prazos para a conclusão do "plano de ação" indicados no artigo 6º da Decisão 2001/812/CE.

Neste âmbito foi efetuada, entre 16 e 27 de novembro de 2009, uma auditoria geral aos PIF holandeses, incluindo o de Roterdão, de modo a avaliar os controlos veterinários nestes locais. Em março de 2011, com o intuito de acompanhar as ações tomadas por parte da autoridade oficial responsável, foi novamente executada uma auditoria de seguimento em relação ao sistema de controlos fronteiriços nos PIF anteriormente citados.

De um modo geral, o relatório da missão de 2009 concluiu que foram verificadas melhorias e progressos na organização dos controlos veterinários relativamente às auditorias anteriores. No entanto, foi assinalada a persistência de algumas não conformidades que não sofreram quaisquer correções relativamente a anos anteriores.

Em primeiro lugar a equipa responsável constatou um deficiente seguimento da rastreabilidade na saída da maioria das remessas em trânsito e de algumas para importação, devido a uma irregular introdução de dados no sistema TRACES. Esta foi aliás a área onde se apurou haver a maioria dos problemas. A resolução desta irregularidade ficou na pendência do desenvolvimento de um interface com o sistema nacional VGC e a

plataforma europeia TRACES, algo que foi prontamente corrigido pela NVWA, criando de fato uma plataforma de comunicação eficaz entre estes dois sistemas. Durante os últimos anos esta tem vindo a ser aperfeiçoada gradualmente, sendo que o VGC ainda hoje em dia é constituído por certas características mais avançadas do que as existentes na plataforma TRACES, devendo ser por isso um assunto a ser observado pelas autoridades centrais europeias responsáveis, de modo a poderem melhorar uniformemente os controlos fronteiriços em toda a UE. A título de exemplo, uma das melhorias existentes nas várias funcionalidades da plataforma VGC pode ser observada no caso do registo correto da rastreabilidade de remessas em trânsito, divididas em lotes durante o armazenamento nos entrepostos francos, que não é de todo exequível no TRACES, como exigido pelo artigo 5.3 da Diretiva 97/78/CE.

Também foi constatada a necessidade de haver uma formação complementar contínua, vertical de todo o pessoal responsável pelos controlos documentais. Este aspeto foi dado como resolvido na auditoria de seguimento. Corroborando este fato foi possível observar, durante o período de estágio, uma grande preocupação quer por parte do chefe de equipa quer por parte dos veterinários oficiais, em resolver todas as situações mais complexas e causadoras de dúvidas no seio da equipa. Ficou também bastante patente a grande predisposição para o debate de ideias e cooperação entre os diversos funcionários, quer pessoal alfandegário, quer técnicos auxiliares como dentro da própria equipa de médicos veterinários.

Outro ponto importante assinalado foi a falta de controlo em casos de irregularidades cometidas por falha ou incorreta pré-notificação das remessas no PIF, denotando também uma escassa aplicação de sanções dissuasoras por parte das autoridades oficiais, conforme o ponto 1 do Artigo 55º do Regulamento CE nº 882/2004. Esta situação acaba assim por promover uma maior probabilidade de recorrência de tal incumprimento como acabou por ser revelado pela missão, apontando alguns problemas a nível de evasão dos controlos veterinários por parte dos importadores devido a uma fraca aplicação de providências conforme o Artigo 17º da Diretiva 97/78/CE, referente a medidas a serem tomadas em caso de remessas que entraram dentro da comunidade sem terem sido sujeitas a controlo oficial. Esta situação leva a que haja uma contínua repetição destas inconformidades por parte dos interessados no carregamento, em não pré-notificarem devidamente as autoridades oficiais sobre a importação de produtos sujeitos a controlo veterinário oficial nas instalações do PIF, podendo trazer eventualmente graves consequências sanitárias ao território comunitário.

A missão evocou também uma má execução na seleção das caixas durante o controlos de identidade e físico, de acordo com o estabelecido com os requerimentos legais. Esta não conformidade encontra-se já retificada, depois de se ter estabelecido uma lista de procedimentos oficiais com a descrição do modo padronizado de seleção das caixas em consonância com os princípios relativos à organização dos controlos veterinários nos PIF –

como foi possível ser observado no caso prático 3.3 referente à remessa de peixe congelado proveniente da China.

Apesar de uma das conclusões da auditoria referir o fato do *staff* envolvido nos controlos documentais não utilizar toda a informação disponível, de modo a poder confirmar a autenticidade dos certificados dos diversos países, foi possível constatar durante o estágio uma grande preocupação dos médicos veterinários em confirmar continuamente quer a formatação padronizada dos certificados de cada país, quer os autocolantes oficiais apostos, assim como a validação das assinaturas dos veterinários responsáveis pela emissão dos documentos nos países terceiros, de modo a poder excluir a possibilidade de fraude na emissão destes.

Talvez devido ao grande volume de trânsito de remessas neste PIF e com algumas dificuldades ainda hoje não debeladas, a auditoria denotou que o procedimento aplicado no controlo documental de remessas destinadas a transbordo exigido pelo ponto 1.b. do artigo 9º da Diretiva 97/78/CE, não permitia que estas deixassem o porto após o prazo de 7 dias, estabelecido conforme o artigo 2º da Decisão 2000/25/CE. Da mesma forma foi verificado que a autoridade competente, devido à falta de monitoramento e acompanhamento de sistemas de saída de remessas de trânsito, não pôde garantir que todas as remessas em trânsito pudessem deixar o território da UE, dentro dos prazos previstos nas Diretivas 91/496/CEE e 97/78/CE e na Decisão 2000/571/EC. Durante o período que pude acompanhar os serviços oficiais holandeses neste departamento, foi possível reconhecer que ainda subsistiam algumas dificuldades de logística portuárias e alfandegárias, alheias aos serviços veterinários, que impossibilitavam a correção desta situação em particular.

Por fim, nos entrepostos devidamente aprovados para a admissão de remessas não conformes a legislação europeia, a equipa da FVO denotou que durante os controlos oficiais não era garantida a correta rastreabilidade e verificação pormenorizada da quantidade de caixas que entram e saem destes armazéns – conforme exigido pelo artigo 18º do Regulamento (CE) nº 178/2002 e do artigo 3.2, da Decisão 2000/571/CE da Comissão. Porém, durante o período de estágio correspondente às práticas efetuadas nestes estabelecimentos, foi possível constatar a elevada atenção demonstrada quer pelo corpo veterinário quer pelos técnicos oficiais, na execução de um controlo apertado ligado a este aspeto da rastreabilidade. Tal como descrito no caso 3.6 relativo à remessa de lombos de bovino, era efetuada sistematicamente a contagem de caixas, a verificação da integridade das mesmas, do invólucro que as encerrava e do selo oficial da autoridade alfandegária assim como o respetivo controlo de identidade.

Já em 2011 foi realizada uma auditoria de seguimento de modo a avaliar as ações tomadas pela NVWA após as recomendações prestadas pela FVO na missão de 2009.

Como apreciação global constante no relatório final, o sistema holandês de controlos de importação/trânsito de produtos de origem animal foi descrito como bem desenvolvido e de

grande eficácia. Relativamente às recomendações sugeridas foi verificado que as autoridades competentes implementaram a maioria das ações corretivas propostas em resposta ao relatório de 2009. Registou-se também uma reorganização e reestruturação eficaz das equipas de trabalho, resultando num melhor desempenho dos controlos de importação oficiais e aplicação de um sistema melhor adaptado às instalações do PIF (e.g. maior colaboração entre serviços responsáveis pelo controlo documental e serviços aduaneiros, inserido no edifício da alfândega), traduzindo-se assim numa substancial melhoria dos controlos veterinários. Houve igualmente uma adequada atualização das listas de procedimentos oficiais utilizados pela equipa responsável pelos controlos. Também os procedimentos de controlos reforçados e auditorias internas demonstraram-se eficazes para deteção e resolução de falhas existentes.

Foi identicamente alcançado um progresso significativo em relação à introdução e importação de dados para o sistema TRACES, sendo que se notou uma maior rapidez e menor incidência de erros aquando do registo dos resultados dos controlos veterinários nesta plataforma.

Quanto aos problemas detetados em 2009 relativos ao controlo documental foram devidamente corrigidos e em geral os controlos veterinários são bem executados, assim como as tomadas de decisão relativas a cada remessa. Igual averbamento mereceu o controlo, acompanhamento e registo das remessas em trânsito. Em relação às remessas destinadas a transbordo no PIF holandês, foi anotado que estas são monitorizadas e acompanhadas de forma adequada de modo a garantir a sua saída, embora o seu controlo documental não seja executado de modo a que estas cumpriram o prazo estipulado de permanência máxima no porto entre sete e 20 dias.

Por fim, o ponto fraco assinalado pela FVO continuou a ser a incorreta pré-notificação de lotes antes da sua chegada ao PIF, embora fosse reconhecido o esforço por parte das autoridades holandesas em reverter esta situação.

Relativamente à avaliação do PIF do porto de Lisboa, entre os dias 6 e 14 de Outubro de 2009 foi enviado uma equipa de especialistas da FVO em missão ao território português para efetuarem uma auditoria relativa aos controlos veterinários nos PIF portugueses. Embora houvesse a referência a uma progressiva melhoria dos controlos veterinários no seu computo geral, estes ainda apresentavam algumas irregularidades e aspetos com necessidade de serem consideravelmente melhorados.

Em relação à gestão dos recursos humanos foi descrito que estes se encontravam em número insuficiente e que as carências verificadas em relação a certos procedimentos podiam indiciar a necessidade de formação adicional. De facto, pese embora o volume de remessas sujeito a controlo veterinário no porto de Lisboa tenha decaído durante os últimos anos, foi possível observar que, nos dias mais movimentados, era patente a necessidade da

existência de pelo menos um técnico auxiliar a acompanhar o médico veterinário responsável durante os vários atos inspetivos.

Relativamente às auditorias internas efetuadas quer pela DGAV quer pelas Direções de Serviços Veterinários Regionais (DSVR) para fiscalização e verificação dos controlos oficiais, o relatório concluiu que estas se mostraram incapazes de identificar não conformidades relevantes, com especial incidência no centro de inspeção de Xabregas, referentes aos controlos documental e físico (incluindo problemas na recolha de amostras), reimportações, rejeições das mercadorias e também no procedimento efetuado durante os controlos reduzidos.

Também em certos casos relativos a reimportações foram notadas lacunas devido a falhas na rastreabilidade destas, dificultando o acompanhamento da sua chegada ao destino, especialmente quando se destinavam para destruição. Este caso particular vem reforçar a necessidade de prestação de esclarecimentos e formação complementares aos veterinários oficiais, como também é demonstrativo da falta de comunicação existente entre as equipas de trabalho.

Constatou-se igualmente a falta de procedimentos formalizados no sentido de verificar a eficácia dos controlos oficiais nas zonas para receção e armazenamento de produtos de origem animal, recolha dos resíduos de cozinha dos navios e bagagem pessoal – no caso de navios turísticos e militares, durante o seu tempo de permanência no porto de Lisboa. Sendo que estes resíduos das cozinhas são resultantes de produtos provenientes de países terceiros, não tendo sido aplicado um controlo semelhante ao que é instituído dentro da UE, são tratados com estatuto de resíduos sólidos urbanos e não como subprodutos. Assim, estes desperdícios constituem um grave problema devido ao risco sanitário de elevada perigosidade, como uma lacuna grave no combate à entrada de agentes nocivos perigosos e à proteção do estatuto epidemiológico quer do território nacional quer do espaço comum europeu.

Referido igualmente no documento e comprovado durante as práticas efetuadas neste local, foi possível constatar a impossibilidade de classificação, separação e encaminhamento de subprodutos de diferentes categorias de risco sanitário, registada no PIF de Lisboa, sendo considerada uma falha de extrema gravidade. Com frequência são referidas na RASFF notificações de alerta sobre remessas de produtos “não aptos” por apresentarem contaminações com substâncias proibidas (Cloranfenicol em mel, Nitrofuranos em vísceras de aves) ou contaminantes, que são obrigatoriamente classificadas como materiais de risco da categoria 1. Os subprodutos desta categoria têm como destino único possível, a incineração. No PIF de Lisboa constata-se que existe uma absoluta impossibilidade de fazer cumprir esta exigência da legislação da UE, no que respeita a este assunto – artigo 7º do Regulamento (CE) nº 1069/2009 de 21/10 – sendo encaminhados e processados com estatuto equivalente a resíduos sólidos urbanos.

Outro fator que não contribui para a melhoria do sistema de controlos fronteiriços no porto de Lisboa é o facto não existir uma estreita cooperação entre os serviços aduaneiros e a autoridade responsável pelo PIF de Lisboa. Esta situação conduz não só a falhas graves, tornando pouco acessível para os médicos veterinários oficiais a consulta dos manifestos dos navios que chegam diariamente ao porto de Lisboa, como também a erros de comunicação entre a alfândega e o PIF, que provocam a falta de controlo veterinário de remessas passíveis deste procedimento, quando não se verifica a devida pré-notificação por parte do interessado no carregamento. Aliás, o caso prático 3.2. referente à remessa de produtos de origem animal chineses representa um caso excecional de comunicação direta entre autoridades alfandegárias e veterinárias.

Esta conjuntura poderia ser de fácil resolução se eventualmente fosse criado um sistema informático de intercomunicação entre cada uma das autoridades interessadas que facilitasse de certa forma a troca de informação entre elas, podendo reduzir consideravelmente o número de remessas que não são inspecionadas pelos serviços veterinários e no caso concreto dos manifestos, este poderia ser anexado eletronicamente à remessa correspondente.

Outra inconformidade assinalada pela missão da FVO refere-se ao não cumprimento do Plano Nacional de Controlo de Resíduos e Contaminantes neste local, comprometendo de todo o estudo em causa. A explicação para a ocorrência desta situação decorre do facto de este ser sistematicamente enviado pela DGAV, de forma tardia para o PIF de Lisboa, sendo a recolha de amostras iniciada já durante o segundo trimestre do ano civil. Torna-se portanto, por esta razão, inexecutável o seu total cumprimento nas instalações deste PIF, devido ao insuficiente número e variedade de remessas que chegam todos os dias ao porto, durante o referido período.

No seguimento da descrição das não conformidades observados pela missão, foi mencionado a falta de cumprimento das análises ou respetivos prazos por parte dos laboratórios portugueses aprovados pela CE para realização de ensaios analíticos. Este problema tem sido constantemente relatado em auditorias anteriores e os planos corretivos têm sido considerados insuficientes de modo a reverter esta situação. Aliás, na prática, o período de espera dos resultados analíticos é em muito superior aos dos restantes EM e até ao presente a comunicação dos resultados continua a ser, nalguns controlos analíticos, muito superior ao desejável. As autoridades portuguesas justificam esta realidade devido aos cortes de verbas para estes estabelecimentos (e.g. INIAV - LNIV) e a consequente falta de recursos materiais e equipamento relacionada também com a falta de recursos humanos. Em alternativa, a solução mais viável para a resolução desta problemática, ou seja, do caso da obrigatoriedade da execução de análises de inseridas em planos de vigilância e em redes de alerta, consiste no envio das amostras para outros laboratórios oficiais instalados noutros EM (e.g. Reino Unido). Esta opção tem como grande desvantagem a necessidade

de um acondicionamento especial das amostras devido ao tipo de transporte que têm de ser sujeitas, e os custos inerentes comportados pela DGAV. Além disto, existem encargos adicionais para o interessado no carregamento devido à manutenção da refrigeração dos contentores durante todo o tempo de espera até ao conhecimento dos resultados finais.

Outro assunto não satisfatório ressaltado pela missão diz respeito às condições de infra-estruturas e de equipamentos disponível neste local, havendo necessidade de efetuar melhorias, tornando mais capaz e adequado o sistema de controlos. Neste contexto, é evidenciada a ausência de um sistema de climatização tanto no cais de descargas como nas salas de inspeção de ambos os centros de inspeção, essencial durante o controlo de produtos refrigerados e congelados, ficando estes sujeitos a quebras da cadeia de frio – principalmente durante os dias de maior calor – logo após a abertura das portas dos contentores até à conclusão dos atos inspetivos necessários. Neste contexto pode ser referido o caso prático 3.1. referente à remessa de migas salgadas de paloco. De facto a veterinária responsável pelo controlo viu limitada a possibilidade de desconsolidação total do contentor em questão, devido à falta de espaço dentro do cais de descarga, para poder assim realizar um exame mais pormenorizado a todas as caixas danificadas pela água presente no contentor.

A nível dos recursos materiais e ferramentas de trabalho, foi bastante evidente a existência de material insuficiente, especialmente de material de corte (e.g. facas em número insuficiente tanto para uso separado de abertura das caixas e para contacto direto com o produto como para uso individual em produtos de diferente natureza). Para além disto, a inexistência de higienizadores para este tipo de material, compromete seriamente a sua correta desinfecção, tornando-se especialmente crítica durante dias de maior movimento. Se a esta situação se acrescentar o facto de não existirem salas separadas para o controlo de produtos cárneos e para produtos da pesca, o uso continuado do mesmo material de trabalho (e.g. superfícies de trabalho, facas, serra elétrica, micro-ondas), conduz em grande medida à possibilidade de ocorrência de situações de contaminação cruzada entre os vários produtos inspecionados. Dos centros de inspeção vinculados ao PIF de Lisboa, o de Xabregas é o que, atualmente, apresenta condições mais delicadas referentes a estes problemas sanitários, devido em grande parte à degradação das instalações e material nele presente (e.g. piso e tetos de difícil higienização e limpeza).

Por fim não foi possível demonstrar a existência de um programa de limpeza e desinfecção implementado em ambos os centros de inspeção, Alcântara e Xabregas, que garantisse níveis de higiene satisfatórios durante os intervalos entre cada controlo e uma limpeza diária de todas as instalações, após a conclusão destes.

Apesar das diferenças relacionadas com as dimensões e a importância relativa que cada PIF tem no panorama europeu, é de destacar a evolução positiva que tanto o PIF de Lisboa como o de Roterdão têm demonstrado. Ainda que as condições apresentadas pelo PIF de

Lisboa estejam longe de serem equiparáveis às do PIF de Roterdão, tem havido uma melhoria progressiva dos sistemas de controlos veterinários, como comprovam os últimos relatórios das missões realizadas pelos serviços competentes da DG SANCO. Será portanto necessário tomar medidas corretivas e promover uma reestruturação profunda, tanto a nível da sua organização como das infraestruturas e condições apresentadas, as coisas precisam de ser melhoradas.

Para além da necessidade de haver uma grande aposta na formação de todo o pessoal envolvido nos controlos de modo a corrigir certos erros relacionados com o registo e comunicação dos controlos e resultados obtidos, é indispensável criar uma lista de procedimentos oficiais que promova a uniformização dos procedimentos a executar no decurso das tarefas por qualquer um dos veterinários oficiais responsáveis pelos controlos, reduzindo dessa forma possíveis disparidade entre remessas com características idênticas e protegendo ao mesmo tempo o papel do médico veterinário como responsável pelo controlo. Dentro deste contexto deveria também existir um acesso restrito à zona dos controlos de identidade e físico, nos centros de inspeção, limitada ao pessoal responsável por estes, já que a simples presença do interessado no carregamento neste local tende a enviesar os atos inspetivos. Quanto às infraestruturas e equipamento presentes nestes locais, terá que haver um forte investimento, embora neste momento não se coadune com a conjuntura económico-financeira que o país atravessa, pois é notório o estado de degradação que algumas instalações apresentam – caso do gabinete no edifício da alfândega e do centro de inspeção em Xabregas – e a patente incapacidade para se poderem executar exames mais exaustivos – como é exemplo a falta de logística, o espaço limitado e falta de acondicionamento térmico que impedem a desconsolidação completa dos contentores sob condições sanitárias mínimas.

O PIF de Roterdão para além de ser um local fundamental no controlo da entrada de produtos para todo o território europeu é sem dúvida um modelo a ser seguido pelos restantes PIF espalhados por toda a UE. Para além de possuir plataformas informáticas próprias, que em muito facilitam os controlos veterinários, também possuem ferramentas mais diversificadas em relação ao sistema TRACES. Relativamente às instalações dedicadas aos controlos oficiais, estas encontram-se bem estruturadas, capazes de responder ao tráfego existente neste porto e estão equipadas com o material devido e com toda a logística necessária, o que permite realizar um controlo mais exaustivo.. As não-conformidades identificadas, não sendo de grande gravidade, facilmente conseguem ser resolvidas graças à sólida e experiente estrutura existente na NVWA.

5. CONCLUSÃO

A realização do estágio curricular no âmbito dos controlos veterinários oficiais nos PIF, possibilitou o contacto com uma realidade profissional muito complexa mas extremamente relevante para a persecução da missão social dos Médicos Veterinários nas Sociedades modernas. A participação ativa nas tarefas de controlo veterinário permitiu confirmar a importância fundamental que estes serviços oficiais têm na garantia da segurança sanitária dos produtos de origem animal importados de países terceiros, aquando da sua entrada no mercado da UE. A realização do estágio também tornou possível verificar o elevado grau de exigência e todos os esforços que são envidados pelas autoridades oficiais europeias, tanto a nível central como em cada EM, no campo de ação de política sanitária, de modo a garantir a segurança dos diversos géneros alimentícios e de outros produtos, na promoção da saúde pública, animal e na preservação do meio ambiente.

A realização do mesmo tipo de tarefas em duas realidades diferentes, nos PIF e Lisboa e Roterdão, também permitiu aferir a relevância relativa deste tipo de atividade e a importância que cada PIF tem, tanto a nível regional como na própria UE, devendo estes estar perfeitamente adaptados ao seu enquadramento socioeconómico e possuir as condições materiais essenciais às suas necessidades.

Ainda que ao longo dos últimos 20 anos tenha ocorrido uma meritória e significativa evolução/progressão no contexto das atividades dos controlos fronteiriços, de que é reflexo o vasto e complexo número de documentos legais elaborados, que tem como objetivo conduzir a uma mais concreta e pormenorizada harmonização e uniformização dos controlos veterinários, foi possível constatar várias disparidades entre os modos de funcionamento dos dois PIF, nomeadamente no que respeita à sua organização e condições de trabalho existentes, que comprometem na prática o pleno alcance dessa standardização dos processos de controlo. Cabe portanto às autoridades centrais europeias, em cooperação com as autoridades oficiais dos vários EM, adotar medidas práticas que fomentem essa harmonização de procedimentos e critérios, passando inevitavelmente por um aperfeiçoamento dos sistemas eletrónicos oficiais e criação de uma lista comum de procedimentos oficiais. Não obstante, deverá ser promovida uma maior e melhor interação entre os vários PIF, assim como ações de formação de todo o pessoal responsável pelos controlos.

De resto e com o desígnio de proceder à verificação da correta atuação e manutenção das condições exigidas nos PIF, as missões executadas pela FVO têm sido, sem dúvida alguma, uma peça fundamental no progresso e no aperfeiçoamento dos controlos veterinários fronteiriços. Contudo, não deverá ser descurada a ação que esta entidade tem também a nível dos países terceiros, na garantia do cumprimento das corretas condições sanitárias que estes aplicam aquando da exportação e envio dos seus produtos para o território

européu. Para isso serão essenciais todas as contribuições e cooperação leal por parte das autoridades nacionais dos países terceiros, facilitando todo o trabalho inerente à verificação das condições exigidas pela UE. Ao mesmo tempo esses países poderão, igualmente, beneficiar com a concretização dessas adaptações (ganhos de competitividade).

Sem PIF devidamente equipados, sem pessoal habilitado e sem procedimentos harmonizados, dificilmente o Mercado Único Europeu pode aspirar a ser um espaço comercial, no qual a lealdade de concorrência e a equidade sejam princípios respeitados.

Como conclusão central deste estágio de cariz profissional, fica a ideia de que ainda é necessário continuar a fazer esforços para se alcançar a desejada equivalência entre os desempenhos dos mesmos serviços de inspeção fronteiriça em toda a UE.

BIBLIOGRAFIA

Bernardo, F & Almeida, I. (2007, Novembro). RASFF – O Sistema de Alerta Rápido – Troca de informação permanente e atualizada sobre perigos sanitários que ocorrem na UE. *Segurança E Qualidade Alimentar* nº3, p. 26.

Codex Alimentarius Commission (2012) *Codex alimentarius – Food import and export inspection and certification systems – Food import and export inspection and certification systems (5th ed. From Codex Alimentarius)*. Rome, Codex Alimentarius Commission.

Decisão 94/360/CE de 20 de maio de 1994. *Jornal Oficial* L 158 de 25/06/1994, p. 41 -45. *Relativa à frequência reduzida de controlos físicos de remessas de certos produtos a importar de países terceiros nos termos da Diretiva 90/675/CEE*. Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 97/132/CE de 17 de dezembro de 1996. *Jornal Oficial* L 57 de 26/02/1997, p. 4. *Respeitante à conclusão do acordo entre a Comunidade Europeia e a Nova Zelândia relativo a medidas sanitárias aplicáveis ao comércio de animais vivos e produtos animais*. Conselho da União Europeia. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 1999/201/CE de 14 de dezembro de 1998. *Jornal Oficial* L 71 de 18/03/1999, p. 1 – 2. *Sobre a celebração do acordo entre o governo do Canadá e a Comunidade Europeia relativo a medidas sanitárias de proteção da saúde pública e animal em matéria de comércio de animais vivos e produtos animais*. Conselho da União Europeia. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2000/208/CE de 24 de Fevereiro de 2000. *Jornal Oficial* L 64 de 11/3/2000, p. 20 – 21. *Sobre o estabelecimento de regras pormenorizadas de execução da Diretiva 97/78/CE do Conselho no que respeita ao trânsito exclusivamente rodoviário através da Comunidade Europeia de produtos de origem animal de um país terceiro para outro país terceiro*. Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2000/571/CE de 8 de setembro de 2000 *Jornal Oficial* L 240 de 23/09/2000, p. 14 – 18. *Estabelece a metodologia dos controlos veterinários de produtos provenientes de países terceiros destinados a zonas francas, entrepostos francos, entrepostos aduaneiros ou operadores de meios de transporte marítimo transfronteiriço*. Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2001/812/CE de 21 de novembro de 2001. *Jornal Oficial* L 306 de 23/11/2001, p. 28 – 33. *Estabelece as exigências para a aprovação dos postos de inspeção fronteiriços responsáveis pelo controlo veterinário dos produtos provenientes de países terceiros introduzidos na Comunidade*. Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2001/881/CE de 7 de dezembro de 2001. *Jornal Oficial* L 326 de 11/12/2001, p. 44 – 62. *Estabelece uma lista de postos de inspeção fronteiriços aprovados para a realização dos controlos veterinários de animais vivos e produtos animais provenientes de países terceiros e que atualiza as regras pormenorizadas relativas aos controlos efetuados por peritos da Comissão*. Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2002/657/CE de 12 de Agosto de 2002. *Jornal Oficial* L 221 de 17.8.2002, p. 8 – 36. *Dá execução ao disposto na Diretiva 96/23/CE do Conselho relativamente ao desempenho de métodos analíticos e à interpretação de resultados*. Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2003/24/CE de 30 de dezembro de 2003. *Jornal Oficial* L 8 de 14/01/2003, p. 44 – 45. *Relativa ao desenvolvimento de um sistema informático veterinário integrado*. Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2003/812/CE, de 17 de Novembro de 2003. Jornal Oficial L 305 de 22.11.2003, p. 17 – 21. *Estabelece listas de países terceiros dos quais os Estados-Membros devem autorizar a importação de determinados produtos destinados ao consumo humano abrangidos pela Diretiva 92/118/CEE do Conselho.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2004/292/CE de 30 de março de 2004. Jornal Oficial L 94 de 21/03/2004, p. 63 – 64. *Relativa à aplicação do sistema TRACES e que altera a Decisão 92/486/CEE.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2004/432/CE de 29 de Abril de 2004. Jornal Oficial L 154 de 30.4.2004, p. 42 – 48. *Relativa à aprovação dos planos de vigilância de resíduos apresentados por países terceiros, em conformidade com a Diretiva 96/23/CE do Conselho.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2004/438/CE de 29 de Abril de 2004. JO L 154 de 30.4.2004, p. 71 – 93. *Relativa as condições de saúde pública e de sanidade animal e a certificação veterinária para a introdução na Comunidade de leite tratado termicamente, de produtos à base de leite e de leite cru destinados ao consumo humano.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2005/290/CE de 4 de abril de 2005. Jornal Oficial L 93 de 12/04/2005, p. 34 – 39. *Relativa a certificados simplificados para a importação do Canadá de sêmen de bovino e de carne fresca de suíno e que altera a Decisão 2004/639/CE.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2007/275/CE de 17 de abril de 2007. Jornal Oficial L 116 de 04/05/2007, p. 9 – 33. *Relativa às listas de animais e produtos que devem ser sujeitos a controlos nos postos de inspeção fronteiriços em conformidade com as Diretivas 91/496/CEE e 97/78/CE do Conselho.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2007/453/CE de 29 de Junho de 2007. Jornal Oficial L 172 de 30.6.2007, p. 84 – 86. *Relativa ao estatuto em matéria de EEB de Estados-Membros, países terceiros e suas regiões, em função do respetivo risco de EEB.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2007/777/CE de 29 de Novembro de 2007. Jornal Oficial L 312 de 30.11.2007, p. 49 – 67. *Relativa às condições de sanidade animal e de saúde pública e os modelos de certificados para as importações de determinados produtos à base de carne e estômagos, bexigas e intestinos tratados para consumo humano provenientes de países terceiros e que revoga a Decisão 2005/432/CE.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2008/798/CE de 14 de Outubro de 2008. Jornal Oficial L 273 de 15.10.2008, p. 18 – 20. *Relativa à imposição de condições especiais às importações de produtos contendo leite ou produtos lácteos provenientes ou expedidos da China e revoga a Decisão 2008/757/CE.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2010/220/UE de 16 de abril de 2010. Jornal Oficial L 97 de 17/04/2010, p.17 – 18. *Relativa a medidas de emergência aplicáveis a remessas de produtos da pesca criados em exploração importados da Indonésia e destinados ao consumo humano.* Comissão Europeia. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2010/381/UE de 8 de julho de 2010. Jornal Oficial L 174 de 9/07/2010, p. 51 – 53. *Relativa a medidas de emergência aplicáveis a remessas de produtos da aquacultura importados da Índia e destinados ao consumo humano.* Comissão Europeia. Bruxelas, Bélgica.

Decisão 2010/387/UE de 12 de julho de 2010. Jornal Oficial L 178 de 13/07/2010, p. 31 – 33. *Altera a Decisão 2008/630/CE relativa a medidas de emergência aplicáveis aos crustáceos importados do Bangladesh e destinados ao consumo humano*. Comissão Europeia. Bruxelas, Bélgica.

Decreto-Lei nº 25/2005 de 28 de janeiro de 2005. Diário da República nº 20 – I Série. *Estabelece as condições de comercialização de bacalhau seco*. Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Lisboa, Portugal.

Department for Environment Food and Rural Affairs (2012). *Border Inspection Post Manual (16th ed.)* (pp. 1-5). Acedido em ago. 27, 2013, disponível em: <http://www.defra.gov.uk/animal-trade/imports-non-eu/enforcement-guidance/>

Directorates-general of health and consumers of European Commission (2009) *The Rapid Alert System for Food and Feed (RASFF)*. Bruxelas: DG SANCO.

Directorates-general of health and consumers of European Commission (2010). *Food and veterinary office – Final report of a mission carried out in Portugal from 6 to 14 October 2009 in order to evaluate the import/transit control system and border inspection posts*. Acedido em set. 12, 2013, disponível em: http://ec.europa.eu/food/fvo/rep_details_en.cfm?rep_id=2456

Directorates-general of health and consumers of European Commission (2010). *Food and veterinary office – Final report of a mission carried out in the Netherlands from 16 to 27 november 2009 in order to evaluate import/transit controls and border inspection posts*. Acedido em set. 13, 2013, disponível em: http://ec.europa.eu/food/fvo/rep_details_en.cfm?rep_id=2489

Directorates-general of health and consumers of European Commission (2010). *Food and veterinary office – Final report of a mission carried out in the Netherlands from 07 to 11 march 2011 in order to evaluate import/transit controls and border inspection posts*. Acedido em set. 13, 2013, disponível em: http://ec.europa.eu/food/fvo/rep_details_en.cfm?rep_id=2735

Diretiva 89/662/CEE de 11 de dezembro de 1989. Jornal Oficial L 395 de 30/12/1989, p. 13 – 22. *Relativa aos controlos veterinários aplicáveis ao comércio intracomunitário, na perspetiva da realização do mercado interno*. Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Diretiva 90/425/CEE de 26 de junho de 1990. Jornal Oficial L 224 de 18/08/1990, p. 29 – 41. *Relativa aos controlos veterinários e zootécnicos aplicáveis ao comércio intracomunitário de certos animais vivos e produtos, na perspetiva da realização do mercado interno*. Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Diretiva 90/675/CEE de 10 de dezembro de 1990. Jornal Oficial L 373 de 31/12/1990, p. 1 – 14. *Fixa os princípios relativos à organização dos controlos veterinários dos produtos provenientes de países terceiros introduzidos na Comunidade*. Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Diretiva 97/78/CE de 18 de dezembro de 1997. Jornal Oficial L 24 de 30/01/1998, p. 9 – 30. *Fixa os princípios relativos à organização dos controlos veterinários dos produtos provenientes de países terceiros introduzidos na Comunidade*. Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Diretiva 2002/99/CE de 16 de dezembro de 2002. Jornal Oficial L 18 de 23/01/2003, p. 11 – 20. *Estabelece as regras de polícia sanitária aplicáveis à produção, transformação,*

distribuição e introdução de produtos de origem animal destinados ao consumo humano. Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

European Commission (2013) The Rapid Alert System for Food and Feed (RASFF) Annual Report 2012. Luxembourg: Publications Office of the European Union

NVWA (2013) *Import (vanuit derde landen) BIP-procedures*. Acedido em abr. 20, 2013, em <http://www.vwa.nl/onderwerpen/regels-voor-ondernemers-dier/dossier/import-vanuit-derde-landen/import-van-dieren-en-producten-van-dierlijke-oorsprong/bip-procedures>

Regulamento (CEE) nº 2658/87 de 23 de Julho de 1987. Jornal Oficial 256 de 07/09/1987, p. 1 – 675. *Relativo à nomenclatura pautal e estatística e à pauta aduaneira comum.* Conselho das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Regulamento (CE) nº 178/2002 de 28 de Janeiro de 2002. Jornal Oficial L 31 de 1/02/2002, p. 1 – 24. *Determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios.* Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. Bruxelas, Bélgica.

Regulamento (CE) nº 1642/2003 de 22 de Julho de 2003, Jornal Oficial L 245 de 29/09/2003, p. 4 – 6. *Altera o Regulamento (CE) nº 178/2002 que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios.* Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. Bruxelas, Bélgica.

Regulamento (CE) nº 136/2004 de 22 de Janeiro de 2004. Jornal Oficial L 21 de 28/01/2004, p. 11 – 23. *Define os procedimentos de controlo veterinário nos postos de inspeção fronteiriços da Comunidade a aplicar a produtos importados de países terceiros.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Regulamento (CE) nº 853/2004 de 29 de Abril de 2004. Jornal Oficial L 139 de 30.4.2004, p. 55 – 205. *Estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Regulamento (CE) nº 2073/2005 de 15 de Novembro de 2005. Jornal Oficial L 338 de 22.12.2005, p. 1 – 26. *Define os critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Regulamento (CE) nº 2074/2005 de 5 de Dezembro de 2005. Jornal Oficial L 338 de 22.12.2005, p. 27 – 59. *Estabelece medidas de execução para determinados produtos ao abrigo do Regulamento (CE) nº 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e para a organização de controlos oficiais ao abrigo dos Regulamentos (CE) nº 854/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e nº 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, que derroga o Regulamento (CE) nº 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e altera os Regulamentos (CE) nº 853/2004 e (CE) nº 854/2004.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Regulamento (CE) nº 1441/2007 de 5 de Dezembro de 2007. Jornal Oficial L 322 de 7/12/2007, p. 12 – 29. *Altera o Regulamento (CE) nº 2073/2005 relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Regulamento de Execução (UE) nº 468/2012 de 1 de junho de 2012. JO L 144 de 5.6.2012, p. 1 – 14. *Altera o Regulamento (UE) n.º 28/2012 que define as exigências de certificação*

aplicáveis às importações e ao trânsito na União de determinados produtos compostos.
Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

Regulamento de Execução (UE) nº 996/2012 de 26 de outubro de 2012. Jornal Oficial L 299 de 27.10.2012, p. 31 – 41. *Impõe condições especiais à importação de géneros alimentícios e alimentos para animais originários ou expedidos do Japão após o acidente na central nuclear de Fukushima e que revoga o Regulamento de Execução (UE) n.º 284/2012.*
Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, Bélgica.

ANEXOS

Anexo 1. Lista dos PIF e Centros de Inspeção de Holanda e Portugal devidamente aprovados (Decisão 2009/821/CE).

Nome	Tipo	Centro de Inspeção	Produtos	Animais Vivos
Amsterdam	A	Aero Ground Services	HC(2), NHC-T(FR), NHC-NT(2)	O (1 4)
		KLM-2		U, E, O(1 4)
		Freshport	HC(2), NHC(2)	O(1 4)
Amsterdam	P	Cornelis Vrolijk	HC-T(FR)(2)(3)	
		Daalimpex Velsen	HC-T	
		PCA	HC(2), NHC(2)	
		Kloosterboer IJmuiden	HC-T(FR)	
Eemshaven	P		HC-T(2), NHC-T(FR)(2)	
Harlingen	P	Daalimpex	HC-T	
Maastricht	A		HC, NHC	U, E, O
Rotterdam	P	Eurofrigo Karimatastraat	HC, NHC-T(FR), NHC-NT	
		Eurofrigo, Abel Tasmanstraat	HC	
		Kloosterboer Terminal Rotterdam B.V.	HC-T(FR)(2)	
		Wibaco	HC-T(FR)(2), HC-NT(2)	
Vlissingen	P	Daalimpex	HC-T(2), NHC-T(FR)(2)	
		Kloosterboer	HC-T(2), HC-NT(2)	

Nome	Tipo	Centro de Inspeção	Produtos	Animais Vivos
Faro	A		HC-NT(2), HC-T(CH)(2)	O
Funchal	A		HC(2)	
Canical	P		HC-T(2)	
Lisboa	A		HC(2)	O
Lisboa	P	Liscont	HC(2), NHC	
		Xabregas	HC, NHC-T(FR), NHC-NT	
Ponta Delgada	A		NHC-NT	
Ponta Delgada	P		HC-T(FR)(3), NHC-T(FR)(3)	
Porto	A		HC-T(2), NHC-NT(2)	O
Porto	P		HC(2), NHC-NT	
Sines	P		HC(2), NHC	
Viana do Castelo	P		HC-T(FR)(3)	

Legenda: CH = Todos os produtos destinados a consumo humano. NCH = Outros produtos. NT = Sem requisitos de temperatura. T = Produtos congelados/refrigerados. T (FR) = Produtos congelados. (2) = Apenas produtos embalados. (3) = Apenas produtos da pesca O = Outros Animais – não Ungulados nem Equídeos. U = Ungulados – bovinos, suínos, ovinos, caprinos, solípedes domésticos ou selvagens. E = Equídeos registados conforme definido na Directiva 90/426/CEE do Conselho. (14) = Apenas peixes tropicais.

**Anexo 2. Documento Veterinário Comum de Entrada para produtos de origem animal
– Regulamento (CE) nº 136/2004.**

COMUNIDADE EUROPEIA

DOCUMENTO VETERINARIO COMUM DE ENTRADA, DVCE

Parte 1: Características da remessa apresentada	1. Expedidor/Exportador <input type="checkbox"/>		2. Nº de referência do DVCE	
			Posto de inspeção fronteiriço	
			Número ANIMO	
	3. Destinatário		4. Interessado no carregamento	
	5. Importador		6. País de origem + código ISO	
			7. País de expedição + código ISO	
			8. Endereço de entrega	
	9. Chegada ao PIF (data estimada)		10. Documentos veterinários	
	11. Nome do navio/Número do voo		Número(s)	
	Número do conhecimento de embarque/ da carta de porte aéreo		Data de emissão	
Número do vagão/do veículo/do reboque		Estabelecimento de origem (se for caso disso)		
		Número de aprovação veterinária		
12. Natureza das mercadorias; número e tipo de embalagens			13. Código da mercadoria (NC, primeiros 4 dígitos, no mínimo)	
			14. Peso bruto (kg)	
			15. Peso líquido (kg)	
Temperatura Refrigeradas: <input type="checkbox"/> Congeladas: <input type="checkbox"/> Ambiente: <input type="checkbox"/>				
16. Número do selo e número do contentor				
17. Transbordo para <input type="checkbox"/>		18. TRÁNSITO para um país terceiro <input type="checkbox"/>		
PIF da UE		Para o país terceiro: + código ISO		
País terceiro		PIF de saída		
Número ANIMO		Número ANIMO		
Código ISO do país terceiro				
19. Conformidade com os requisitos da UE		20. Para reimportação		
Conforme <input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		
NÃO conforme <input type="checkbox"/>				
21. Para o Mercado Interno:		22. Para remessas NÃO conformes		
Consumo humano <input type="checkbox"/>		Entrepósito aduaneiro <input type="checkbox"/> Nº de registo		
Alimentação animal <input type="checkbox"/>		Zona franca ou entreposto franco <input type="checkbox"/> Nº de registo		
Uso farmacêutico <input type="checkbox"/>		Fornecedor de navios <input type="checkbox"/> Nº de registo		
Uso técnico <input type="checkbox"/>		Navio <input type="checkbox"/> Nome		
Outro <input type="checkbox"/>		Porto		
23. Declaração		Local e data da declaração		
O abaixo assinado, responsável pelo carregamento acima descrito, certifica que, tanto quanto é do seu conhecimento, as declarações feitas na parte 1 do presente documento são verdadeiras e completas, e compromete-se a respeitar os requisitos jurídicos da Directiva 97/78/CE, incluindo o pagamento dos controlos veterinários para retomada de qualquer remessa rejeitada após trânsito através da UE com destino a um país terceiro (nº 1, alínea c), do artigo 11º) ou dos custos de destruição, se necessário.		Nome do signatário		
		Assinatura		

Documento Veterinário Comum de Entrada para produtos de origem animal - Regulamento (CE) nº 136/2004. (Continuação).

COMUNIDADE EUROPEIA

DOCUMENTO VETERINARIO COMUM DE ENTRADA, DVCE

Parte 2: Decisão sobre a remessa	24. DVCE anterior <input type="checkbox"/> Número de referência	Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/>	25. Nº de referência do DVCE
	26. Controlo documental: Satisfatórios <input type="checkbox"/> Não satisfatórios <input type="checkbox"/>		27. Controlo de identidade Controlo do selo <input type="checkbox"/> OU Controlo de identidade completo <input type="checkbox"/> Satisfatórios <input type="checkbox"/> Não satisfatórios <input type="checkbox"/>
	28. Controlo físico Satisfatórios <input type="checkbox"/> Não satisfatórios <input type="checkbox"/> Não efectuado 1. Regime de controlos reduzidos <input type="checkbox"/> 2. Outro <input type="checkbox"/>		29. Ensaios laboratoriais Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Ensaios para: Alcatórios <input type="checkbox"/> Suspeitos <input type="checkbox"/> Resultados: Satisfatórios <input type="checkbox"/> Não satisfatórios <input type="checkbox"/> Disponibilizada na pendência de um resultado <input type="checkbox"/>
	30. APTA para transbordo PIF da UE <input type="checkbox"/> Número ANIMO País terceiro <input type="checkbox"/> Código ISO do país terceiro		31. APTA para trânsito <input type="checkbox"/> Para o país terceiro: + código ISO PIF de saída Número ANIMO
	32. APTA para o Mercado Interno Para colocação em livre prática Consumo humano <input type="checkbox"/> Alimentação animal <input type="checkbox"/> Uso farmacêutico <input type="checkbox"/> Uso técnico <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/>		33. APTA se transportada sob controlo Procedimento do artigo 8º <input type="checkbox"/> Reimportação de produtos da UE (artigo 15º) <input type="checkbox"/>
	35. NÃO APTA 1. Reexportação <input type="checkbox"/> 2. Destruição <input type="checkbox"/> 3. Transformação <input type="checkbox"/> Data-limite <input type="checkbox"/>		34. APTA para o procedimento específico de armazenagem (nº 4 do artigo 12º e artigo 13º) Entrepósito aduaneiro <input type="checkbox"/> Zona franca ou entreposto franco <input type="checkbox"/> Fornecedor de navios <input type="checkbox"/> Directamente a um navio <input type="checkbox"/>
	37. Informações sobre os destinos controlados (33-35) Nº de aprovação (se for caso disso) Endereço		36. Razões de recusa 1. Falta de/não validade do certificado <input type="checkbox"/> 2. País não aprovado <input type="checkbox"/> 3. Estabelecimento não aprovado <input type="checkbox"/> 4. Produto proibido <input type="checkbox"/> 5. Não corresponde aos documentos <input type="checkbox"/> 6. Erro na marca de salubridade <input type="checkbox"/> 7. Higiene física insuficiente <input type="checkbox"/> 8. Contaminação química <input type="checkbox"/> 9. Contaminação microbiológica <input type="checkbox"/> 10. Outro <input type="checkbox"/>
	38. Remessa novamente selada Novo nº do selo:		
	39. Identificação completa do posto de inspecção fronteiriço/da autoridade competente e carimbo oficial		40. Veterinário oficial O abaixo assinado, veterinário oficial ou agente oficial designado, certifica que os controlos veterinários da presente remessa foram efectuados em conformidade com os requisitos da UE. Assinatura Nome (em maiúsculas) Data
	41. PIF de saída para trânsito: formalidades de saída da CE e controlos das mercadorias em trânsito confirmados de acordo com o nº 2, alínea e), do artigo 11º da Directiva 97/78/CE Data Carimbo		42. Referência do documento aduaneiro: 43. DVCE subsequente Número(s):

Anexo 3. Modelo de Certificado Veterinário que acompanha remessas de produtos destinados ao fornecimento de navios – Anexo da Decisão 2000/571/CE.

CERTIFICADO VETERINÁRIO

Número de referência:

Certificado veterinário que acompanha remessas de produtos de um entreposto aprovado nos termos do n.º 4, alínea b), do artigo 12.º ou de um operador aprovado nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Directiva 97/78/CE directamente até um navio ou através de um entreposto especialmente aprovado [referido no n.º 2, alínea a), do artigo 13.º da Directiva 97/78/CE] para abastecimento em conformidade com a Decisão 2000/571/CE da Comissão

Autoridade responsável:

1. Origem (entreposto ou posto de inspecção fronteiriço que expede os produtos)

Endereço e número de aprovação do entreposto de origem na CE/nome do posto de inspecção fronteiriço de expedição/identidade e número de aprovação do entreposto referido no artigo 13.º (se for caso disso):

.....
.....

2. Destino dos produtos

Nome do navio:

Porto onde o navio atracou:

Porto e número de aprovação das instalações de armazenagem especialmente aprovadas (caso sejam utilizadas):

.....

3. Informações sobre a remessa expedida ⁽¹⁾

Data de expedição dos produtos:

Tipo de produto	País de origem	Número de embalagens	Peso		Número do certificado de origem (n.º 1 do artigo 5.º da Directiva 97/78/CE)
			Bruto	Líquido	

Modelo de Certificado Veterinário que acompanha remessas de produtos destinados ao fornecimento de navios – Anexo da Decisão 2000/571/CE. (Continuação)

4. Atestado

Certifico que os produtos acima descritos estão autorizados a ser expedidos para o navio ou entreposto acima especificado em conformidade com o n.º 2, alínea a), do artigo 13.º da Directiva 97/78/CE

Feito em em.....
(local) (data)



.....
(Assinatura do veterinário oficial) (?)

.....
(Nome em maiúsculas, qualificações e funções)

5. Confirmação da chegada da remessa

Confirmo a entrega da remessa especificada na secção 3, como carga a bordo do navio indicado na secção 2.

Feito em em.....
(local) (data)



.....
(Assinatura da autoridade competente/representante oficial do capitão do navio) (?)

.....
(Nome em maiúsculas, cargo)

(?) A assinatura e o carimbo devem ser de cor diferente da dos caracteres impressos.

Anexo 4. Evolução do número de notificações por país nos últimos cinco anos (RASFF, 2013).

País	2008	2009	2010	2011	2012
Alemanha	437	412	396	415	362
Áustria	85	110	88	65	49
Bélgica	106	117	94	128	143
Bulgária	22	26	33	116	75
Chipre	65	53	52	76	51
República Checa	55	68	90	95	72
Dinamarca	127	122	131	151	130
Estónia	11	13	18	9	17
Finlândia	93	141	130	111	105
França	137	157	171	199	275
Grécia	106	160	157	127	66
Hungria	17	10	20	13	10
Islândia	1	1	2	6	3
Irlanda	27	30	33	49	53
Itália	470	466	541	544	517
Letónia	32	14	21	17	26
Lituânia	44	33	48	39	51
Luxemburgo	11	16	23	25	8
Malta	30	18	12	27	11
Holanda	246	212	214	202	173
Noruega	50	30	23	51	61
Polónia	156	141	140	223	181
Portugal	14	8	18	22	28
Roménia	13	18	25	21	14
Eslováquia	56	52	56	35	35
Eslovénia	76	73	56	45	43
Espanha	142	255	285	297	239
Suécia	50	60	73	72	95
Suíça	-----	4	7	6	20
Reino Unido	345	334	319	507	517
TOTAL	3026	3154	3276	3693	3430

Anexo 5. Lista de procedimentos oficial da NVWA relativa à seleção de amostras para controlo de identidade e físico.

Bijlage 1

Tabel 1: Uitbreiding steekproef bij onregelmatigheid.

Aantallen bij productie eenheden < 1 kg. netto gewicht	
Aantal productie eenheden	Aantal monsters
< 4800	13
4801 - 24000	21
24001 - 48000	29
48001 - 84000	48
84001 - 144000	84
144001 - 240000	126
≥ 240001	200

Aantallen bij productie eenheden ≥ 1 kg. en < 4,5 kg. netto gewicht	
Aantal productie eenheden	Aantal monsters
< 2400	13
2401 - 15000	21
15001 - 24000	29
24001 - 42000	48
42001 - 72000	84
72001 - 120000	126
≥ 120001	200

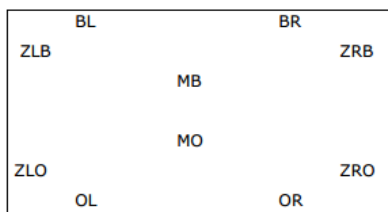
Aantallen bij productie eenheden ≥ 4,5 kg. netto gewicht	
Aantal productie eenheden	Aantal monsters
< 600	13
601 - 2000	21
2001 - 7200	29
7201 - 15000	48
15001 - 24000	84
24001 - 42000	126
≥ 42001	200

Bijlage 2

Het aangeven van de plaats van monsternames in een zeecontainer

Van achteren in de container gekeken, is de plaatsbepaling volgens onderstaand schema:

BL = Boven links BR = Boven rechts
ZLB = Zijkant links boven ZRB = Zijkant rechts boven
ZLO = Zijkant links onder ZRO = Zijkant rechts onder
OL = Onder links OR = Onder rechts
MB = Midden boven MO = Midden onder



Van iedere gecontroleerde slag worden de locaties van de verpakkingen aangegeven volgens een schema als hieronder of eventueel alleen met nummer van de gecontroleerde slag in combinatie met bovenstaande afkortingen.

Slag:	1	2	3	..(enz.)..					
BR									
BL									
ZLB									
ZRB									
MB									
MO									
ZLO									
ZRO									
OL									
OR									

Anexo 6. Resultados do Plano de Controlo de Resíduos nos PIF de Lisboa em 2012.

Plano e Resultados de Controlo de Resíduos nos Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF) - 2012

LISBOA (Porto) Total: 46

Matrizes: músculo, mel

Substâncias	Bovinos			Ovinos/caprinos			Aves			Aquicultura			Mel			Prod. da Pesca			Estomagos			Tripas		
	Plano	Colhidas	NC	Plano	Colhidas	NC	Plano	Colhidas	NC	Plano	Colhidas	NC	Plano	Colhidas	NC	Plano	Colhidas	NC	Plano	Colhidas	NC	Plano	Colhidas	NC
Grupos	5	8	0	3	1	0	12	8	0	7	10	0	3	6	0	10	10	0	4	1	0	2	1	1
TOTAL A+B	5	8	0	3	1	0	12	8	0	7	10	0	3	6	0	10	10	0	4	1	0	2	1	1
Total A	9	4	0	0	0	0	5	4	0	4	4	0	3	3	0	0	0	0	4	1	0	2	1	1
A2	1	0																						
Tireostáticos	1	0																						
A3	1	0																						
Esteróides	1	0																						
A5	3	0																						
B-Agonistas	3	0																						
A6	4	4								3	3		3	3					4	1		2	1	1
Cloranfenicol	4	4								3	3		3	3					4	1		2	1	1
Nitrofuranos	6	4	0	3	1	0	5	4	0	1	1	0	3	3	0	10	10	0	0	0	0	0	0	0
Total B	6	4	0	3	1	0	7	4	0	6	6	0	3	3	0	10	10	0	0	0	0	0	0	0
B1	4	4		2	1		5	4		3	3		3	3										
Antimicrobianos	4	4		2	1		5	4		3	3		3	3										
B2a	2	0		1	0																			
Antihelmínticos	2	0		1	0																			
B2b							2	0																
Anticoccídeos																								
B3c																10	10	0						
Metais pesados																								
B3e										3	3													
Corantes										3	3													

em cada amostra, pesquisar antimicrobianos+cloranfenicol
em cada amostra, pesquisar antimicrobianos+cloranfenicol: 1 amostra de crustáceos

LISBOA (Aeroporto) Total: 8

Matrizes: músculo

Substâncias	Prod. da Pesca	Tipos					
		Plano	Colhidas	NC	Plano	Colhidas	NC
Grupos	7	7	0	1	1	0	0
TOTAL A+B	7	7	0	1	1	0	0
Total A	0	0	0	1	1	0	0
A2							
Tireostáticos							
A3							
Esteróides							
A5							
B-Agonistas							
A6				1	1	?	
Cloranfenicol							
Nitrofuranos	7	7	0	0	0	0	0
Total B	7	7	0	0	0	0	0
B1							
Antimicrobianos							
B2a							
Antihelminticos							
B2b							
Anticoccídeos							
B3c	7	7	?				
Metais pesados							
B3e							
Corantes							

Anexo 7. Resultados do Controlo de Agentes Microbiológicos nos PIF de Lisboa em 2012.

Mapa de Colheitas e Resultados de Controlo de Agentes Microbiológicos nos Postos de Inspeção Fronteiriços (PIF) - 2012

Matriz	Salmonella			E. coli			Enterotoxinas estafilococicas			Listeria monocytogenes			Histamina			Total			Quantidade por subunidade de amostra	PIF LX (A)			PIF LX (P)		
	P	C	NC	P	C	NC	P	C	NC	P	C	NC	P	C	NC	P	C	NC		P	C	NC			
Moluscos Bivalves Vivos	1			1												1			12-30 animais	1					
Produtos da pesca de espécies c/ elevado teor histidina com/sem maturação												14	1	0	14				200 g	6			8	1	0
Crustáceos e moluscos cozidos	10									10						10			200 g				10		
Alimentos Prontos para Consumo (produtos da pesca)										2						2			200 g				2		
Alimentos Prontos para Consumo (produtos à base de carne)	2									2						2			200 g				2		
Carne fresca de aves (Gallus gallus e Perus)	7	1	0													7			200 g				7	1	0
Total de amostras																			36						

Notas:
Amostragem de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 2073/2005 da Comissão Colheitas em triplicado, em sacos esterilizados (no caso dos microbiológicos), de acordo com os procedimentos adoptados nos PIF
Em cada amostra pesquisar *Salmonella* + *E. coli*
O número de animais depende do tamanho dos mesmos. Exemplo: 12 animais - ostras / 20 animais berbigão/ameijoia pequena
Em cada amostra (subunidade) pesquisar *Salmonella* + contagem *Listeria monocytogenes*
As determinações de *Salmonella*, *E. coli*, enterotoxinas estafilocócicas e *Listeria monocytogenes* são feitas em 5 subunidades (subamostras)
As determinações de histamina são feitas em 9 subunidades (subamostras)

Legenda
P - Nº de amostras previstas no plano
C - Nº de amostras colhidas
NC - Nº de resultados desfavoráveis (não conformes)

Anexo 8. Entrepósitos francos e destinados a abastecimento de meios de transporte marítimos em Portugal.

Nome	Localização	Estatuto de Aprovação*
Casa Angola	Porto	12.4, 13.1, 13.2
Sicampos	Sines	13.1, 13,2

* Consoante o tipo de aprovação atribuído segundo os artigos da Diretiva 97/78/EU:

- Artigo 12.4 – Entrepósitos aduaneiros e entrepostos francos
- Artigo 13.1 – Fornecimento de navios
- Artigo 13.2 – Entrepósitos com aprovação especial